

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Departamento de Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade



ELEDISON DE SOUZA SAMPAIO

**PRÁTICAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:
O CASO DA UFBA – CAMPUS DE ONDINA**

FEIRA DE SANTANA – BAHIA

2014

ELEDISON DE SOUZA SAMPAIO

**PRÁTICAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:
O CASO DA UFBA – CAMPUS DE ONDINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana, na área de concentração II: Desenho, registro e memória visual, Linha de pesquisa em Patrimônio cultural, representação e memória, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade, sob orientação do Profº Dr. Francisco Antônio Zorzo

FEIRA DE SANTANA – BAHIA

2014

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

S182p Sampaio, Eledison de Souza
Práticas de videovigilância na cidade contemporânea : o caso da UFBA – Campus de Ondina. / Eledison de Souza Sampaio. – Feira de Santana, 2014.
130 f. : il.

Orientador: Francisco Antônio Zorzo

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014.

1.Videovigilância – Cidade contemporânea. 2.Desenho
3.Segurança pública – Política. 4.Videovigilância – UFBA. I.Zorzo, Francisco Antônio.. II.Universidade Estadual de Feira de Santana.
III. Título.

CDU: 741:351.78

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Departamento de Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade



ELEDISON DE SOUZA SAMPAIO

**PRÁTICAS DE VIDEOVIGILÂNCIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:
O CASO DA UFBA – CAMPUS DE ONDINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade, avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Antônio Zorzo

Universidade Federal da Bahia – UFBA (Orientador)

Prof. Dr. Mauricio Matos dos Santos Pereira

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Cláudio Cledson Novaes

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Aprovada em cinco de setembro de 2014

FEIRA DE SANTANA – BAHIA

2014

Agradecimentos

Aos meus pais, Eledison e Iorlandia, pelo carinho e dedicação que sempre tiveram na criação dos filhos. Agradeço o apoio incondicional que sempre orientou nossa relação. Agradeço a força, fé e amor que move nossa relação.

À Clécia e ao nosso pequeno filho Benício pelo amor de cada dia. Benício, meu filho, papai ama muito você!

À meu irmão, Francisco Neto, e aos amigos do interior e da capital.

À minha família pelo apoio nos momentos de descontração e desconcerto.

Aos colegas, professores e funcionários do Mestrado em Desenho da UEFS.

Ao orientador e amigo Francisco Zorzo, pelo incentivo e disposição com que orientou a pesquisa.

Aos professores Mauricio Matos e Cláudio Cledson, pelas sugestões na banca de qualificação e pelo incentivo diante dos passos dados no estudo.

Aos gestores e técnicos do sistema de videovigilância e segurança da UFBA.

Aos professores, alunos e técnicos administrativos que, com boa vontade, contribuíram com o desenvolvimento da pesquisa.

À FAPESB pelo auxílio financeiro durante a pesquisa.

RESUMO

Câmeras de vigilância têm se naturalizado numa lógica expansiva por espaços públicos e privados da cidade contemporânea. Esse fenômeno é recente e tem mobilizado um conjunto variado de autores que tratam o tema segundo uma perspectiva interdisciplinar. Enquanto parte da dinâmica urbana contemporânea, as câmeras de vigilância estão inseridas em um processo maior e mais abrangente de controle que faz emergir novos regimes de visibilidade, novas espacialidades e novas condições para a ação política. Essa dissertação está dividida em duas partes, uma teórica e outra empírica, que se articulam de modo a lançar as bases para uma reflexão sobre as práticas de videovigilância na sociedade contemporânea. Partimos de uma discussão mais ampla sobre vigilância e controle nas sociedades atuais e chegamos à análise de um contexto empírico mais específico, localizando a discussão sobre as práticas de monitoramento por câmeras na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com dimensão interdisciplinar, que procura caracterizar e refletir sobre a lógica das práticas de monitoramento e vigilância por câmeras na UFBA (a experiência do vigiar e ser vigiado). As reflexões que seguem tentam apontar um pouco da amplitude desse fenômeno visual que articula a política, a cultura, a comunicação e a arte.

Palavras-chave: Videovigilância; Política; Cidade; Desenho; UFBA.

RESUMEN

Cámaras de vigilancia son cada vez más habituales, como resultado de una lógica expansiva por diversos espacios públicos y privados de la ciudad contemporánea. Aunque este fenómeno es reciente ha generado el desarrollo de diferentes estudios, que abordan el tema desde una perspectiva interdisciplinaria. Como parte de la dinámica urbana contemporánea, las cámaras de vigilancia están inseridas en un proceso que además de incrementar y expandir el control produce nuevos regímenes de visibilidad, nuevas espacialidades y condiciones para la acción política. El presente estudio se encuentra dividido en una parte teórica y otra práctica, con el fin de aportar reflexiones que sirvan de base para la investigación de las prácticas de videovigilancia en la sociedad contemporánea. A partir de la discusión sobre la temática de la vigilancia y el control en las sociedades actuales, este documento tiene como objeto de análisis el caso de las prácticas de monitoreo del sistema de cámaras de la Universidad Federal de Bahía (UFBA). Así desde una metodología cualitativa y bajo una dimensión interdisciplinaria, se busca caracterizar y reflexionar sobre la lógica de las prácticas de monitoreo y vigilancia con cámaras en esta institución universitaria (la experiencia de vigilar y ser vigilado). Por lo tanto, las reflexiones que componen este texto pretenden ampliar la comprensión de este fenómeno visual que articula la política, la cultura, la comunicación y el arte.

Palabras clave: Videovigilancia; Política; Ciudad; Diseño; UFBA.

Lista de Siglas

ABESE – Associação Brasileira das Empresas de Sistemas de Segurança Eletrônica

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

BI'S – Bacharelados Interdisciplinares

BO – Botetim de Ocorrência

CCTV – Closed-circuit-television

CEMON – Central de monitoramento da UFBA

CF/1988 – Constituição Federal de 1988

CFTV – Circuito Fechado de Televisão

COSEG – Coordenação de Segurança

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

IHAC – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências professor Milton Santos

MAS – Museu de Arte Sacra da UFBA

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA

PM-BA – Polícia Militar da Bahia

PPGDCI – Programa de Pós-Graduação em Desenho, cultura e interatividade

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

SP – São Paulo

SRO – Serviço de Registro de Ocorrência

SSP BA – Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia

SVSF – Sorria, você está sendo filmado

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC – Tecnologias de informação e comunicação

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA – Universidade Federal da Bahia

Lista de Figuras

Figura 1: Desenho da pesquisa

Figura 2: Desenho do panóptico de Bentham

Figura 3: Sorria, você está sendo multado

Figura 4: Sorria, mesmo sem estar sendo filmado

Figura 5: Não sorria por isso

Figura 6: Tem sempre alguém de olho no vigia

Figura 7: Aniquilando o sistema

Figura 8: Mapa do campus de Ondina (A)

Figura 9: Cartaz da Selba anexado na Biblioteca Central

Figura 10: Prédio da Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Figura 11: Recepção da Proad

Figura 12: Sala de videomonitoramento

Figura 13: Sala de videomonitoramento

Figura 14: Câmeras na entrada principal do Campus de Ondina

Figura 15: Câmeras no acesso ao Instituto de Ciências

Figura 16: Câmera instalada na parte lateral do Restaurante Universitário

Figura 17: Câmera IP instalada nas adjacências do PAF IV

Figura 18: Imagem do PAF III

Figura 19: Localização das câmeras no 2º andar do PAF III

Figura 20: Imagem gerada por câmera de videovigilância no PAF III

Figura 21: Cartaz do Grupo Estrela

Figura 22: Manutenção técnica da câmera

Figura 23: Câmera na entrada do MAS

Figura 24: Câmera flagra homicídio na residência universitária da Av. Garibaldi

Figura 25: Estudantes da UFBA protestam contra a violência

Figura 26: Estudantes da UFBA pedem controle

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	11
1.1 Objetivos da pesquisa -----	15
1.2 Procedimentos metodológicos-----	16
1.3 Abordagem Teórico-Metodológica-----	18
1.4 Vigilância e controle: o moderno e o contemporâneo em conversaço-----	19

CAPÍTULO I: OLHARES CRUZADOS ENTRE AS SOCIEDADES DISCIPLINARES E AS SOCIEDADES DE CONTROLE

2.1 Itinerários das sociedades disciplinares-----	23
2.1.1 Os recursos para o bom adestramento-----	26
2.1.2 O panóptico como ferramenta conceitual central nos estudos sobre vigilância contemporânea	30
2.2 Desdobramentos das sociedades de controle-----	35
2.4 Videovigilância nas cidades brasileiras -----	44
2.4.1 Videovigilância: limites tênues entre segurança e violência -----	47
3 Controle e resistência -----	50
3.1 Desenhos de resistência na cidade da videovigilância-----	53

CAPÍTULO II: PRÁTICAS DE VIDEOVIGILÂNCIA E SEGURANÇA NA UFBA: O CAMPUS DE ONDINA

4.1 Procedimentos metodológicos na pesquisa de campo-----	64
4.2 O local da pesquisa-----	67
4.3 Sistema de câmeras de vigilância da UFBA-----	70
4.4 A central de monitoramento (Cemon) -----	75
4.5 Objetivos e espaços estratégicos-----	80
4.6 Tipos de câmeras -----	84
4.7 Pontos de instalação e registros da câmera -----	86
4.8 Processos de instalação e manutenção das câmeras-----	89
4.9 Percepções sobre a videovigilância na UFBA-----	94
4.9.1 Videovigilância, segurança e violência-----	95
4.9.2 Resistências ao controle e ao sistema de videovigilância-----	104
5. Reflexões sobre os efeitos da videovigilância no campus da UFBA-----	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	120
REFERÊNCIAS -----	124

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu de inúmeras inquietações, dentre as quais penso oportuno destacar: 1) Qual é a relação entre política e cidade que se estabelece através do fenômeno da videovigilância? 2) Por que o debate sobre os efeitos das câmeras de vigilância ainda é pouco estudado e por vezes negligenciado no Brasil? 3) O que se espera das câmeras de vigilância nas cidades? 4) O que o nosso local de pesquisa, a UFBA, nos diz sobre os efeitos da videovigilância em países como o Brasil? Tais questões estão colocadas nesse trabalho seguindo vários pontos de vista e combinações metodológicas, demonstrando um esforço interdisciplinar de problematização do tema.

A cidade contemporânea é, visível ou invisivelmente, marcada por um emaranhado de dispositivos de vigilância e controle. Alguns dispositivos mais discretos, embora mais invasivos e invisíveis, e outros mais evidentes e visíveis tais como as câmeras de videovigilância. Essa lógica de vigilância difusa e descentralizada se espalha sobre o ambiente construído e atinge o cotidiano das cidades, focalizando não só indivíduos e populações consideradas perigosas ou desviantes, mas capturando a tudo e a todos nos vários contextos do ambiente citadino.

No âmbito das práticas de vigilância e controle da sociedade atual, essa dissertação concentra as reflexões em torno dos desdobramentos sociopolíticos que mantêm relação direta ou indireta com a presença proliferada da videovigilância nas cidades. Do ponto de vista técnico, entenda-se por videovigilância um sistema televisual distribuído entre câmeras, analógicas e digitais, que produz imagens incessantes dos espaços vigiados em tempo real, mantendo interlocução junto a um centro de controle.

Câmeras com as mais variadas funções e potencialidades registram os vários acontecimentos da vida social, acionando imagens em tempo contínuo que extrapolam o tema da segurança e da violência. A expansão da videovigilância é parte de um processo maior e mais abrangente de vigilância e controle que faz emergir novos regimes de visibilidade, novas espacialidades e novas condições para a ação política (BRUNO; KANASHIRO & FIRMINO, 2010).

Embora a justificativa para a instalação das câmeras aponte para uma busca pela promoção da segurança e pelo combate à violência urbana, não se pode olvidar que a vigilância contemporânea ultrapassa em muito as duas questões, atingindo de modo transversal a rede de produção de subjetividades e sociabilidades no seio das metrópoles.

Questões outras, tais como a identidade daqueles que filmam e também dos que são filmados, além das características técnicas que subsidiam essas relações, pode ser objeto de um tratamento teórico flexível calcado no exercício da interdisciplinaridade¹.

O estudo que toma a forma de escrita ao longo desse trabalho consiste duas partes, uma teórica e outra empírica. O quadro teórico encontra-se numa encruzilhada entre estudos de cunho filosófico, “estudos urbanos” e estudos sobre comunicação e cultura contemporânea. Como se sabe, as práticas interdisciplinares envolvem duas prerrogativas fundamentais: humildade e coragem. Humildade para driblar o escudo narcísico e a resistência por detrás das práticas disciplinares; coragem para enveredar pelos caminhos tortuosos da produção do conhecimento, valorizando as errâncias em sua positividade e o enfrentamento das dificuldades (FAZENDA, 2007).

O estudo teórico inicia com uma reflexão conjunta sobre vigilância e controle em Michel Foucault e Gilles Deleuze para, em seguida, compreender a relação entre câmeras de vigilância e as cidades brasileiras a partir da contribuição dos estudos teóricos e empíricos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Ou seja, o caminho teórico para entender os efeitos sociopolíticos e comunicacionais ligados aos dispositivos de videovigilância remonta aos estudos de Michel Foucault (2013) sobre a disciplina e o panóptico, passando pelos estudos de Gilles Deleuze (1992) sobre controle, e chega às contribuições de autores mais contemporâneos que perceberam a necessidade de elaborar diagnósticos mais atualizados (LYON, 2010; BRUNO, 2013).

Nessa pesquisa, o arsenal conceitual tem o sentido de relacionar a videovigilância à teoria do panóptico e aos dispositivos de controle. Com relação ao dispositivo panóptico, cabe dizer que a aproximação aqui é moderada, pois temos consciência de alguns limites desse modelo para pensar a vigilância do ponto de vista atual. Por outro lado, os estudos de Deleuze (1992) apontam um deslocamento da vigilância, enquanto aparato político centralizado, para uma nova forma de vigilância, a qual opera por vias que extrapolam o caráter arbitrário do Estado e das instituições e que se exerce em redes tecnológicas, por vias modulares. Deleuze percebeu uma mudança radical no paradigma da vigilância contemporânea: de forma um tanto diversa da vigilância coercitiva descrita por Foucault em seus primórdios, a vigilância do final do século XX estaria sendo alcançada por meio de regimes sutis de sedução das massas. Isso implica em dizer que a vigilância estaria alcançando tamanha sutileza a ponto de ser desejada

¹ Para Fazenda (2007), a interdisciplinaridade consiste em um modo de olhar o conhecimento como produção coletiva que se dinamiza a partir da conversação entre as várias fontes do saber: artística, científica, filosófica, senso comum etc.

pelos indivíduos. Atualmente, não é por acaso que nos pedem para sorrir enquanto estamos sendo filmados nos locais públicos e privados.

Por outro lado, entendemos que o pensar deleuziano não aponta necessariamente para uma negação ou superação total do modelo panóptico e dos mecanismos disciplinares. Por assim ser, as reflexões sobre a vigilância visual estarão, nessa pesquisa, amparadas no reconhecimento da coexistência entre *panóptico e controle*². Antes de excludentes, os dois modos de poder dialogam e nos ajudam a pensar a vigilância e o controle no Brasil e, de forma mais localizada, na UFBA.

Para compreender melhor como o fenômeno da videovigilância vem sendo interpretado no Brasil, realizou-se um levantamento bibliográfico do trabalho de pesquisadores brasileiros, tais como Machado (1993), Kanashiro (2006), Bruno (2008; 2013), Mansano (2009), Lemos (2011), Firmino (2010) e Melgaço (2010; 2012). Observou-se que os estudos sobre as tecnologias de vigilância são variados por tantos modos e direções e que, por isso mesmo, não cabe um pensamento fechado, como se a complexidade do fenômeno pudesse ser colocada a partir de um único autor ou área do conhecimento. Enquanto parte da dinâmica urbana contemporânea, os efeitos da videovigilância possuem sentidos variados a depender de quem filma, de quem é filmado e de quais intencionalidades se pode alcançar com o monitoramento.

O texto amplia o quadro de discussões sobre vigilância ao tratar das práticas de resistência. Dialoga com alguns desenhos que, conforme se poderá observar, sugerem uma negação ao regime de videovigilância naturalizado pela sociedade contemporânea. O desenho aqui é entendido seguindo os passos de Campos (2007), para quem essa produção visual vai além do visível, possui caráter desregrado e transgressor, indo, portanto, muito além das regras firmadas por certa racionalidade instrumental. Em sentido mais amplo, o desenho de resistência é concebido como procedimento criativo que reflete uma busca pela afirmação de certa experiência política nas cidades brasileiras. Neste íterim, o desenho assume uma dimensão eminentemente política, mesmo porque não se pode enxergar a vigilância como um conceito “neutro”, mas como tema de crítica política por excelência³ (FUCHS, 2011).

² Posição confluyente, ainda que não de todo, a de autores tais como: (LYON, 2010; MACHADO, 1993; FUCHS, 2011; NEGRI & HARDT, 2005).

³ Christian Fuchs (2011), no texto intitulado “Como podemos definir vigilância?”, problematiza o modo como a vigilância vem sendo estudada como um conceito neutro, com sentidos semelhantes e confluentes nas mais diversas esferas do conhecimento humano: Ciências Sociais, na Engenharia, no campo da saúde etc. Para ele, a ampliação irresponsável do conceito de vigilância é acompanhada de uma negligência no que diz respeito aos efeitos anti-democráticos (violentos) que atravessam as relações de poder no mundo contemporâneo.

A resistência, sob a forma de desenho, é aqui tomada em sua positividade, no sentido deleuziano de criação (DELEUZE, 1992). Os desenhos, colhidos do conhecido blog “Olhe os muros” e das Redes sociais, ajudam a refletir sobre a relação entre cidade, política e tecnologia, evidenciando que a resistência criativa também emerge nestas sociedades que mesclam dispositivos disciplinares e de controle.

Do global em direção ao local, a segunda parte do trabalho acolhe a pesquisa empírica que tratou da questão das câmeras de vigilância a partir do contexto da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Escolhemos como estratégia de pesquisa uma determinada fração territorial da universidade monitorada por câmeras, o Pavilhão de aulas de Ondina – campus que reúne a maior quantidade de unidades universitárias e onde está localizada a Central de Monitoramento (CEMON). O recorte empírico, além de entrevistas com o público universitário, procedeu com a combinação de observações de caráter etnográfico, trabalhos científicos, artísticos, reportagens veiculadas na mídia, documentos visuais do campus e, principalmente, entrevistas com os administradores e operadores do sistema de tecnologia das câmeras.

Pode-se dizer que o trabalho de campo é composto por uma estrutura geral em dois blocos: 1) Operadores do sistema de videovigilância e segurança⁴; 2) Alunos, professores, e técnicos administrativos. Essa divisão tem a intenção de valorizar o trabalho coletivo na pesquisa, buscando ressaltar a percepção do público universitário e corroborando para um resgate de uma visão de conjunto, há muito defendida com competência por Hilton Japiassu (1976) e por outros autores mais contemporâneos, a exemplo de Ivani Fazenda (2007).

O primeiro bloco é composto pelas entrevistas realizadas com os agentes que realizam os serviços de videovigilância e segurança na universidade. Foram entrevistados agentes importantes que trabalham na gestão da segurança e da vigilância, o que nos forneceu elementos para a compreensão do funcionamento do sistema, a dinâmica do ato de olhar e vigiar e os objetivos e efeitos relacionados ao uso da vigilância visual.

O segundo bloco se apóia em entrevistas com professores, alunos e técnicos administrativos. A proposta de entrevistar esses grupos vem contribuir para a organização dos dados e, por conseqüente, para as teorizações posteriores. Valorizar a percepção do público universitário tem aqui uma intenção especial: confrontar a teoria revista com os achados específicos do campo. No cerne desses cruzamentos reflexivos, procuramos identificar de que

⁴ Operadores em sentido mais amplo, não só os que realizam o monitoramento, mas técnicos, gestores da administração da segurança e da vigilância e funcionários que mesmo indiretamente colaboram para o seu funcionamento.

forma as características do sistema de videovigilância da UFBA demonstram significativas mudanças nas práticas de vigilância na sociedade contemporânea, ainda que preserve aspectos do funcionamento do poder em sua inscrição disciplinar e panóptica, nos termos de Foucault (2013).

Dessa forma, para contextualizar a questão da videovigilância no contexto universitário atual da UFBA, fez-se necessário, antes, um recorte histórico do tema. Como falar dos dispositivos tecnológicos de vigilância e controle, sem remontar inevitavelmente aos estudos de Michel Foucault (2013) sobre os dispositivos disciplinares? De outro modo, não se pode negligenciar que a vigilância e o controle que se exercem no mundo contemporâneo demonstram rupturas significativas em relação ao modelo disciplinar, emergindo de condições políticas, socioeconômicas e tecnológicas que refletem o estabelecimento, em uma lógica expansiva, de uma sociedade de controle e comunicação. Cabe ressaltar que o estudo não tem a pretensão de revisar teoricamente os trabalhos dos filósofos Foucault e Deleuze, mas antes de usar algumas dentre as suas “caixas de ferramentas”, fazendo-as operar em conjunto com outras abordagens mais contemporâneas do tema e com os dados obtidos na pesquisa de campo.

1.1 Objetivos da Pesquisa

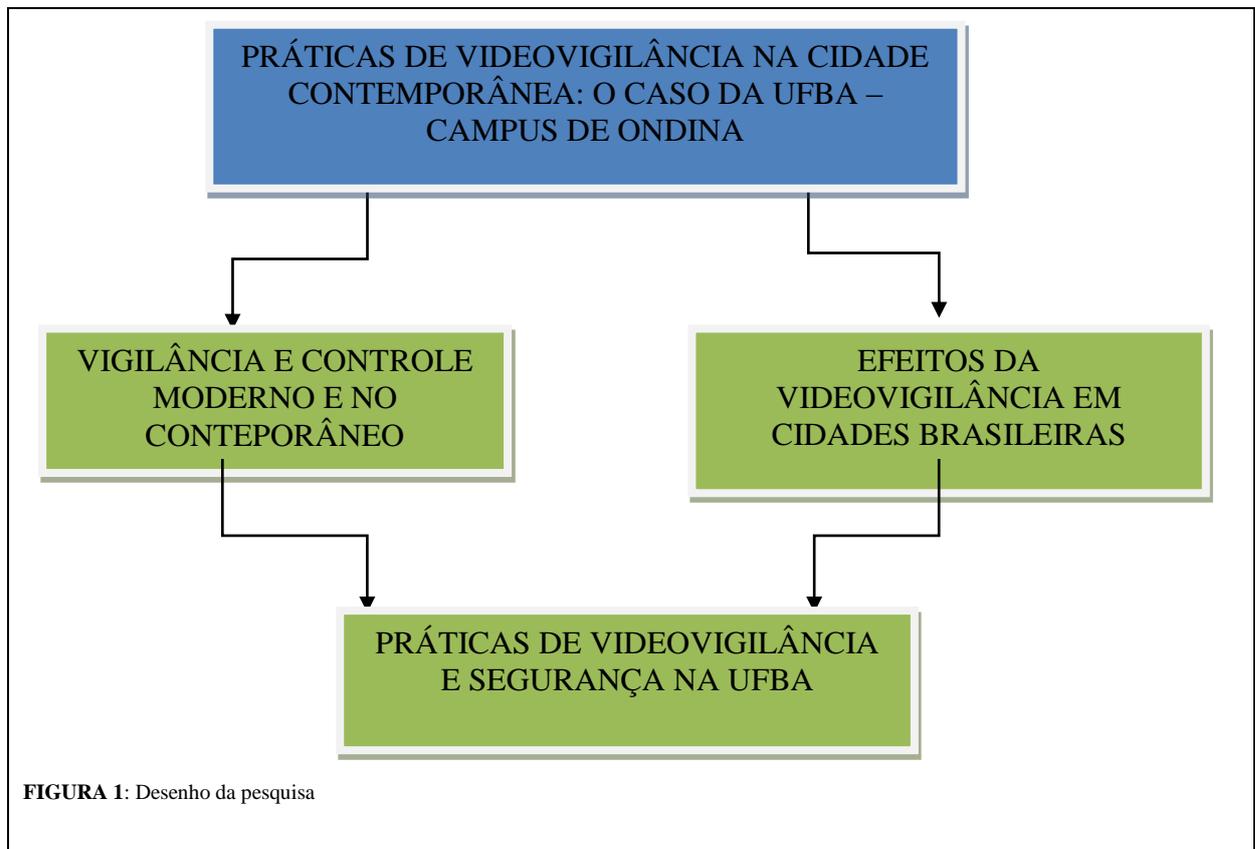
O objetivo geral da pesquisa reside em compreender a relação entre a cidade e as práticas de videovigilância, inscrevendo a discussão sobre os dispositivos de vigilância modernos e contemporâneos, para então perceber as características e dinâmicas do sistema de câmeras da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Por outro lado, têm-se como objetivos específicos:

- A-** Discutir as configurações da vigilância moderna e contemporânea, levando em conta os conceitos de vigilância e controle em Michel Foucault e Gilles Deleuze e atualizando o debate com as questões levantadas por outros autores sobre o tema.
- B-** Tornar visíveis alguns efeitos da videovigilância a partir do trabalho de pesquisadores brasileiros.
- C-** Ampliar as discussões sobre a videovigilância a partir do estudo das práticas de resistência que vem ganhando os muros de cidades brasileiras.

D- Identificar características e configurações do sistema de vigilância visual da UFBA, os aspectos relacionados ao uso das tecnologias e a percepção dos administradores e usuários de tais serviços. Reunir elementos para a análise visual do campus de Ondina.

Um desenho mais geral sintetiza os processos e dinâmicas do estudo empreendido, conforme indica a figura abaixo:



1.2 Procedimentos metodológicos

Colocados os objetivos da pesquisa, cabe evocar os procedimentos metodológicos que foram empregados:

- Revisão bibliográfica: por meio de livros de autores clássicos e comentadores, revistas conceituadas, reportagens na mídia e sites na internet, com o objetivo de atualizar-me sobre as discussões que o tema levanta. No primeiro momento, o enfoque é dado aos estudos de

Foucault e Deleuze sobre disciplina e controle, entendendo que são as principais teorias que subsidiam as reflexões sobre o tema no contexto empírico escolhido.

- Pesquisas bibliográficas sobre o tema na perspectiva de pesquisadores brasileiros, com a intenção de colocar em pauta as discussões e percepções dos autores sobre a videovigilância no Brasil.

- Estudo das práticas de resistência frente aos dispositivos de videovigilância, de modo a entender qual o sentido político por detrás de alguns desenhos nos muros das cidades brasileiras que fazem referencia imediata à vigilância por câmeras.

- Pesquisas de campo na UFBA, com atenção mais direcionada ao Campus de Ondina, com o objetivo de conhecer os serviços de vigilância e segurança da universidade, suas características e seu modo de funcionamento.

- Pesquisas junto à Coordenação de segurança da UFBA com o objetivo de levantar dados sobre as empresas que prestam os serviços de vigilância e segurança e, de outro modo, levantar informações sobre o funcionamento do sistema de vigilância visual. Foram realizadas entrevistas com a intenção de diagnosticar a percepção dos gestores e dos técnicos que trabalham na prestação desses serviços.

- Pesquisa de campo junto à equipe que presta os serviços de instalação e manutenção das câmeras, visando localizar o modo de atuação dos operadores instalam e fazem a manutenção técnica das câmeras.

- Diligências de campo na UFBA em diversos dias e horários, realizando fotografias das câmeras e espaços vigiados.

- Levantamentos de dados da Cemon (central de monitoramento) através da aplicação de questionários junto a Coordenação de segurança, entendendo que a atividade dos operadores de videovigilância é peça chave para perceber o modo de funcionamento do sistema.

- Entrevistas com alunos, professores e técnicos administrativos, como forma de coletar percepções e práticas em relação ao sistema de videovigilância na UFBA.

1.3 Abordagem Teórico-Metodológica

Essa pesquisa possui caráter teórico com aporte de pesquisa social qualitativa. Os trabalhos qualitativos possuem uma dada importância nos estudos contemporâneos devido a urgente demanda pelo exercício de cruzamentos interdisciplinares e novas pontes conceituais. No processo de produção do conhecimento, essas pesquisas contam com algumas características fundamentais, valendo destacar: “(1) O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; (2) O caráter descritivo; (3) O significado que as pessoas dão às coisas; (4) O enfoque indutivo” (GODOY, 1995, p. 62).

Parte-se de um referencial teórico-metodológico interdisciplinar, entendendo que o campo de estudos que contempla a vigilância contemporânea articula vários campos do conhecimento, e portando não cabe um pensamento meramente disciplinar – que muitas vezes pode ser dogmático, normativo e tecnicista (FAZENDA, 2007). O tema dos efeitos das câmeras de vigilância na cidade é tratado diferentemente em estudos que vão da Filosofia Política, “estudos urbanos”, estudos sobre comunicação e cultura contemporânea, estudos na Geografia Humana, na Psicanálise e na Criminologia. Busquei, portanto, autores com as mais diversas perspectivas que pudessem me auxiliar na compreensão das nuances e questões que o tema suscita no ambiente citadino. Com o olhar para o que os autores diziam, procurei encontrar caminhos de pensar o tema e avançar na pesquisa de campo. Isso implica dizer que o fazer científico não é algo *a priori*, feito e acabado, mas um por fazer contínuo repleto de imprevisíveis e improváveis situações e atitudes. Ou seja, a pesquisa é algo que mobiliza um conjunto de devires inevitáveis, cabendo ao pesquisador o “jogo de cintura” para administrar as diversas pontas de reflexão que emergem a cada passo dado.

Nossa escolha por uma abordagem interdisciplinar não é gratuita ou desmotivada: reflete a visão de mundo e a formação do pesquisador no recém criado Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UFBA⁵. O conceito de interdisciplinaridade pressupõe um trabalho em parceria⁶, pois a produção científica nunca é um ato isolado e mecânico do pesquisador; mas, antes, uma busca interativa entre teoria e prática, sendo, portanto, um modo

⁵ O Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da UFBA foi criado diante de um movimento nacional de reestruturação das Universidades Federais no Brasil. O curso, que é acompanhado por outros de estrutura semelhante – Bacharelados em Artes, Saúde e Ciência e Tecnologia – é organizado em componentes curriculares flexíveis entre as várias esferas do conhecimento científico, filosófico e artístico, seguindo uma proposta que se afasta da especialização precoce na universidade. Para mais informações, ver o endereço: <http://www.ihac.ufba.br/bacharelado-interdisciplinar/>

⁶ Conceito desenvolvido por Fazenda (2007) ao longo de sua trajetória acadêmica, sendo firmado inclusive na defesa de sua Livre-Docência.

de proceder que não privilegia isoladamente a dimensão subjetiva ou objetiva na pesquisa (FAZENDA, 2007).

Entretanto, sabe-se que noção de interdisciplinaridade ainda é, quando não repelida, resistida por vários operadores na produção do conhecimento. Se isso ocorre, talvez seja porque, mesmo com a urgente demanda contemporânea por novas pontes conceituais e novos procedimentos metodológicos, ainda subsiste o “policiamento maior das fronteiras das disciplinas e a punição aos que ousarem transpor essas barreiras” (FAZENDA, 2007, p. 15).

Distante disso, o pensar em conjunto que aqui se propõe aproveita-se de várias influências e abordagens metodológicas e epistemológicas, seguindo uma direção de pensamento que escapa de uma tentativa muito comum e também pretensiosa de universalizar entendimentos e saberes. Ou seja, “o pensar interdisciplinar parte da premissa de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma exaustiva” (FAZENDA, 2007, p. 15), ou melhor,

o que caracteriza a atitude interdisciplinar é a ousadia da busca, da pesquisa, é a transformação da insegurança num exercício do pensar, num construir. A solidão dessa insegurança individual que vinca o pensar pode transmutar-se na troca, no diálogo, no aceitar o pensamento do outro. *Exige a passagem da subjetividade para a intersubjetividade*⁷(Ibidem, p. 18).

De fato, pensar em diálogo com várias formas de conhecimento é algo que pode gerar certa insegurança, um desconcerto incessante, mas que também pode fortalecer a imprevisibilidade e a criatividade na pesquisa. Nesses termos, esse risco de deslizamento deve ser observado como próprio ao fazer político e científico e como algo próprio da dinâmica da cultura, que por ser diversa e por se refazer no devir, tende sempre ao embate entre o novo e o velho, entre movimentos de preservação e mudança. A solidão a qual se refere a autora me acompanhou de forma incidental ao longo dos vários momentos da pesquisa. Transformá-la em trabalho coletivo exigiu esforços subjetivos de conversação com os teóricos e, principalmente, em termos de sensibilidade perante os participantes da pesquisa de campo.

1.4 Vigilância e controle: o moderno e o contemporâneo em interação

Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições. Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o

⁷ Grifo nosso.

atendimento a domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas (DELEUZE, 1992, p. 220).

Este estudo utiliza os conceitos de “vigilância” e “controle” em Michel Foucault e Gilles Deleuze como pano de fundo teórico e background crítico para compreender os efeitos das tecnologias de poder no mundo moderno e no contemporâneo. Os dois autores, com suas particularidades, construíram um conjunto vasto de conceitos e não é a nossa intenção investir sobre a trajetória conceitual de cada um deles.

Existem vários diagnósticos teóricos sobre a vigilância contemporânea que remontam ao referencial desenvolvido por Foucault e Deleuze (FUCHS, 2011; LYON, 2010; NEGRI & HARDT, 2006; PASSETTI, 2004, dentre outros⁸). O background crítico construído pelos dois autores vem sendo atualizado por autores nacionais e estrangeiros, refletindo-senuma tentativa de perceber como os conceitos de vigilância e controle podem ser transpostos e lidos a partir de diversas disciplinas científicas e diferentes contextos urbanos. Com relação a Foucault, nos interessa principalmente as reflexões sobre vigilância que integram o livro “Vigiar e Punir. Foucault (2013) demonstra pormenorizadamente o modo de exercício do poder e das práticas de vigilância que se exercem “nos séculos XVIII e XIX; atingem seu apogeu no início do século XX”. (DELEUZE, 1992, p. 219).

A escolha pelo texto “Vigiar e Punir” surgiu de uma posição teórica pessoal, pois concordo com Zimmer (2009) que o modelo panóptico subsiste como elemento central nos estudos sobre vigilância e com Lyon (2010), para quem o panóptico deve ser hoje o conceito mais utilizado quando se pensa na relação entre câmeras de vigilância e cidades. Porém, à vigilância panóptica somam-se outras práticas de controle social que tornam-se dispersas e sobrepostas (BRUNO, 2013; KOSKELA, 2010). Um bom exemplo é o sinóptico, onde “muitos vigiam poucos”, cuja forma de vigilância decorre de uma atualização de questões relacionadas às sociedades do espetáculo, descritas oportunamente por Guy Debord (1997).

As formulações de Deleuze (1992) sobre a sociedade de controle – ou da comunicação – dão conta de uma mudança paradigmática que estava a se evidenciar na segunda metade do século XX. Reconhecendo, com Foucault, a ‘crise das disciplinas’, Deleuze notou que o controle no capitalismo pós-fordista exerce-se mediante uma sutileza característica, no sentido

⁸ Alguns autores brasileiros que trabalham com essa perspectiva serão discutidos quando tratarmos dos estudos sobre vigilância no Brasil.

de operar uma naturalização das práticas do vigiar e do ser vigiado, movimentando desejos coletivos diversos e díspares.

Por outro lado, o pensar deleuziano não parece apontar totalmente para uma negação ou superação total do modelo panóptico e dos mecanismos disciplinares⁹ (PASSETTI, 2004). Desse modo, as reflexões sobre a vigilância visual assumem a perspectiva de reconhecer a convivência entre vigilância panóptica e controle (LYON, 2010; MANSANO, 2009; FUCHS, 2011). Isso quer dizer que “os antigos sistemas tradicionais de vigilância ainda são usados, mas acompanhados por múltiplas práticas voluntárias de vigilância” (KOSKELA, 2010, p. 175).

A importância conceitual das teses foucaultianas e deleuzianas reflete-se na obra de vários estudiosos da videovigilância no Brasil. Ganham atenção dos comentadores, mesmo quando a intenção é a divergência de perspectivas e entendimentos. Foucault, por exemplo, é comumente reconhecido como o teórico das disciplinas, como um autor que estudou e descreveu um tipo de vigilância da qual não teríamos mais hoje (BAUMAN, 1999). A análise foucaultiana da sociedade disciplinar é vista como limitada a um contexto sociopolítico específico, argumentando-se que a reflexão não leva em conta as novas facetas que a vigilância assumiu com a emergência midiática da televisão e da internet no segundo pós-guerra. Deleuze (1992), por sua vez, embora seja reconhecidamente um autor basilar no estudo controle contemporâneo, não escapa da crítica por ter dedicado uma atenção mais comedida aos efeitos antidemocráticos das sociedades de controle.

Embora a crítica seja bem vinda, cabe dizer que, sob certos aspectos, os esquemas de vigilância pensados por Jeremy Bentham e, analisados por Foucault (1986) em *Vigiar e punir*, se mantém, sobretudo quando se trata de pesquisas em ambientes institucionais (ZIMMER, 2009). Por outro lado, a teoria da vigilância formulada por Foucault é de caráter aberto e intermediário, e, portanto, não possui a pretensão de domar os sentidos polissêmicos dos acontecimentos.

Por força desse tipo de pensamento, as sociedades de controle são complexas não porque supostamente suprimiram as sociedades de soberania e as sociedades disciplinares. Antes de substituir qualquer coisa, o controle age como um complexo que aciona técnicas de vigilância variadas de tempos e momentos históricos, colocando o moderno e o contemporâneo em conversação e negociação. Já avisara Deleuze (2011, p.44), invocando sua

⁹ Deleuze (1992), no bastante conhecido “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”, dá a entender que a transição entre a sociedade disciplinar para a de controle é um processo em curso, em determinados momentos. Em outros momentos, o autor dá a entender que sociedade de controle já se impôs como reflexo, dentre outras coisas, da ‘crise das disciplinas’.

leitura de Foucault: “todo diagrama é uma multiplicidade espaço-temporal (...) concebem-se diagramas intermediários como passagens de uma sociedade a outra”.

Ou, como dizem dois autores mais contemporâneos, que atualizam os modos de pensar foucaultiano e deleuziano, dizendo:

A passagem para a sociedade de controle não significa, de forma alguma, o fim da disciplina. (...) O que mudou é que, junto com o colapso das instituições, os dispositivos disciplinares tornaram-se menos limitados e vinculados espacialmente no campo espacial. (...) De fato, na transição para a sociedade de controle, os elementos de transcendência da sociedade disciplinar declinam enquanto os aspectos imanentes são acentuados e generalizados (NEGRI & HARDT, 2005, p. 352).

Com isso, resta claro que a perspectiva assumida aqui é de que as lógicas disciplinares não desapareceram diante da explosão tecno-científica da atualidade. O que se tem em mente é que os processos de disciplinarização alcançaram um grau de sofisticação ainda mais apurado, espalhando-se de tal forma pela vida social que a análise de Hardt (2000, p. 369) torna-se crucial: “não há mais distinção entre fora e dentro”.

2. OLHARES CRUZADOS ENTRE AS SOCIEDADES DISCIPLINARES E AS SOCIEDADES DE CONTROLE

2.1 Itinerários das sociedades disciplinares

Esse primeiro momento do texto ressalta as características que envolvem as relações de poder nas sociedades que Foucault (2013) denominou como disciplinares. No célebre *Vigiar e Punir*, o autor voltou um olhar profundo para duas formas diferentes de operação do poder e dos mecanismos de dominação. Se nas sociedades de soberania¹⁰ o poder postula sobre a vida e a morte dos súditos, impondo o terror como estratégia de obediência, nas sociedades disciplinares ocorre uma espécie de “suavização” das práticas de poder e dominação: trata-se de docilizar através de procedimentos que investem o corpo mais que objetivam a alma e o autocontrole, a interiorização da norma. Pode-se dizer que a emergência das técnicas disciplinares materializa uma nova estratégia de exercício do poder de castigar; a questão, aqui, não é punir menos, mas punir melhor, com mais universalidade – extensão e profundidade.

A passagem de um tipo de sociedade a outra não é de modo algum simples ou absoluta, mas antes um processo que está imerso em um campo de forças de rupturas e permanências, de descontinuidades e ressignificações, fazendo florescer embates entre o novo e o velho, entre partilhas e conflitos, entre tentativas de homogeneização e esforços de diferenciação¹¹.

Reconhecendo que as duas sociedades decorrem de condições empíricas e demandas históricas diferentes para o exercício do poder, nosso interesse mais de perto nessa pesquisa são as sociedades disciplinares. Por disciplinas entenda-se um conjunto de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2013, p. 133). Em outras palavras, a disciplina inaugura um conjunto de invenções técnicas voltadas para a extensão útil das multiplicidades, de modo que o poder seja regido de forma mais racional e econômico. As disciplinas se impõem por meio de uma distribuição corporal nos espaços (p.

¹¹ Passetti (2004, p. 154) alerta que a sociedade disciplinar “criou positivities de poder, caracterizando-se como uma sociedade diferente da sociedade de soberania que a antecedeu e não suprimiu, acrescentando-lhe novos trajetos. Da mesma maneira, a sociedade de controle não destrói a que a antecedeu: redimensiona o domínio de forma mais sutil”. Embora o foco dessa pesquisa esteja direcionado às sociedades disciplinares e de controle, registre-se que muitos autores, a exemplo do próprio Passetti, advogam a existência e exercício de práticas de soberania (penalização) em campo aberto nas cidades contemporâneas.

137) e devem sua eficácia aos instrumentos chamados por Foucault de recursos para o bom adestramento: 1) vigilância hierárquica; 2) sanção normalizadora; 3) exame (FOUCAULT, 2013). Antes de analisar tais instrumentos de implementação do poder disciplinar, cabe apontar alguns efeitos mais gerais do poder e das sociedades disciplinares segundo a perspectiva foucaultiana. A forma de funcionamento da disciplina supõe uma distribuição racionalizada dos indivíduos no espaço e, ao mesmo tempo, um gerenciamento de suas ações no tempo.

O poder que opera o detalhe via encarceramento disciplinar, aparentando o funcionamento de um laboratório, coloca saber e poder em interação simbiótica, dinâmica, de modo que o poder investido sobre o interno cresce de forma diretamente proporcional ao saber obtido pela instituição. Em outros termos, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2013, p.30). Ou ainda, “todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (MACHADO, 1979, XXI).

É nesse contexto que os dispositivos disciplinares, ao contrário de tão somente eliminar indivíduos, os fabrica em lógica contínua, estabelecendo moldes (papéis sociais, padrões) que fundamentam uma correção/normalização do errante (anormal/ínfame), aquele que arrisca insurgir contra o discurso hegemônico da pureza e da normalidade. Daí a noção segundo a qual, mediante as técnicas disciplinares, o indivíduo é concebido como “*unidade evidente* que precisava ser conhecida a fim de responder a uma demanda da época como mão de obra disciplinada e inserida no sistema de produção” (MANSANO, 2009, p. 30-31).

Para adentrar numa leitura das sociedades disciplinares, fundamental desde já é o conceito de dispositivo¹², que aqui também segue uma perspectiva foucaultiana. Trata-se de

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Conforme dito por Foucault, o “dispositivo” consiste em determinado modo de *dispor*, de *ordenar*, ou mesmo direcionar/manipular relações e estratégias entre sujeitos e

¹²Outros autores, a exemplo de Aganbem (2009), redefinem o dispositivo procurando ressaltar as dimensões de violência e dominação que se aprofundaram no cenário biopolítico contemporâneo.

equipamentos. No âmbito dos dispositivos que agem nos espaços fechados, encontram-se formas de saber que viabilizam os diversos processos de normalização, bem como os programas institucionais e as regras de conduta. Seguindo diversos pontos de vista, o dispositivo funciona como uma rede heterogênea que conecta e inscreve indivíduos e grupos em espaços de vigilância seguindo o duplo efeito de homogeneização e individualização. Melhor dizendo, seria um processo de investir sobre a individualização para melhor produzir homogeneizações. Diferenciar o “outro” constitui o caminho mais fácil de exercer-lhe a violência da disciplina. Nesse processo, a estratégia consiste em compor uma vigilância contínua e despersonalizada: faz-se necessário vigiar e, ao mesmo tempo, registrar condutas e classificar indivíduos. Disso resultará um mecanismo de competição, pois se o indivíduo é bem avaliado nos processos de vigilância, certamente será recompensado; se, contrariamente, ele é mal avaliado, os efeitos são ambivalentes e podem levar a punições variadas.

Enquanto dispositivo de poder/saber disciplinar¹³, a vigilância comparece nos estudos de Foucault como dimensões gerais de dominação que operam a partir dos métodos, tais como a observação hierárquica, o julgamento e o exame (FOUCAULT, 2013, p. 164-176). Tais métodos, valendo-se do enclausuramento dos indivíduos, revestem-se dos objetivos de normatizar, hierarquizar, punir, homogeneizar, diferenciar e excluir (FOUCAULT, 2013). Daí que, por detrás da vigilância, existe “um conhecimento sobre o homem”; um conhecimento que focaliza o indivíduo para perceber se sua subjetividade está se comportando como deve ou não – se ele está obedecendo as regras ou não (FUCHS, 2011, p. 117). E pra isso seria preciso um regime de visibilidade incessante que, ao estabelecer uma relação de docilidade-utilidade, contextualiza um conjunto de processos em que o corpo é tomado não como potência, mas como uma peça útil com usos e espaços determinados – “corpos dóceis” (FOUCAULT, 2013, p. 131).

O sujeito é tomado pela disciplina como objeto manipulável, que pode ser transformado e aperfeiçoado para fins de desenvolvimento dos meios de produção, ampliando formas de servidão coletiva e apatia política. Contudo, o investimento da disciplina ocorre de forma irônica, pois ao passo que possibilita um desenvolvimento de algumas potencialidades do corpo, ajuda a fortalecer a sua sujeição em níveis e formas cada vez mais insidiosas. Nesse contexto, o sujeito moderno vê-se cercado de inúmeras e astuciosas tentativas de expropriação

¹³Pode-se dizer, na esteira do pensamento de Foucault, que o caráter totalitário da sociedade disciplinar foi representado de forma ilustrada no célebre livro 1984, de George Orwell, e no filme “O show de Truman”, dirigido por Peter Weir. O filme vem refletir sobre as problemáticas da vigilância totalitária abordada por Orwell.

de um agir político pleno e experimental¹⁴ (ARENDR, 2009), e, com isso, esforça-se para voltar o olhar para além das práticas de subjetivação marcadas pelo assujeitamento (FOUCAULT, 2013). De qualquer modo, é preciso concordar com outra faceta da lição foucaultiana, a de que onde há poder, há resistência¹⁵, ou melhor, as tentativas de homogeneização convivem de maneira extremamente conflituosa com os esforços de diferenciação. O poder se exerce por vias estratégicas, por manobras imprevisíveis e improváveis que tomam sentidos diferentes a partir dos encontros e desencontros entre os indivíduos.

2.1.1 Os recursos para o bom adestramento

Faz-se necessário, antes da discussão sobre o *panóptico*, antecipar em nível estratégico aqueles que seriam os “garantidores” de sua efetividade. São três: vigilância hierárquica, sanção normalizadora e exame: Foucault (2013) os denomina como “humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos de soberania ou aos grandes aparelhos do Estado (...) o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvidas ao uso de instrumentos simples” (FOUCAULT, 2013, p. 164).

Na discussão sobre esses instrumentos, o autor exemplifica sua abordagem com situações empíricas que demonstram como a disciplina age e cria técnicas e meios específicos a depender de cada espaço da cidade. Em cada contexto de multiplicidades – escola, exército, oficina, nação –, o poder desenvolve técnicas específicas que tornem possível o “ver sem parar e o reconhecimento imediato” dos saberes e práticas individuais. Conhecer e sujeitar, eis o propósito das disciplinas.

A vigilância hierárquica movimenta um conjunto de técnicas de observação que permitem um privilégio do observador sobre o observado, mas também pode colocar os próprios observadores na condição de observados. Foucault lembra que outras tecnologias do olhar e vigiar se fizeram presentes em momentos históricos mais distantes, a exemplo da época clássica, mas deixa claro que o objetivo é voltar a questão para a vigilância moderna, entendendo-a como “uma arte obscura da luz e do visível (que) preparou em surdina um saber

¹⁴ Ver Foucault (2013, p. 189), que introduzindo a discussão sobre o panoptismo e sobre os esquemas de exclusão presentes na sociedade moderna, diz: “o exílio do leproso e a prisão da peste mão trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura; o outro, o de uma sociedade disciplinar. Duas maneiras de exercer poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas”.

¹⁵ A concepção foucaultiana sobre resistência, que divide muitos comentadores em interpretações distintas, nos será importante quando da reflexão sobre os “Desenhos de resistência na cidade videovigilância”.

novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo” (FOUCAULT, 2013, p. 165).

Foucault exemplifica sua abordagem com o modelo do acampamento militar. Tal contexto, que o autor chama de ideal, deve sua eficácia por possibilitar uma zona de visibilidade excessiva e obrigatória, correlata a uma vigilância exata, onde “cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder” (FOUCAULT, 2013, p. 165). O acampamento funciona como uma arquitetura disciplinar, “que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram” (FOUCAULT, 2013, p. 166). O princípio de visibilidade total envolve as instituições disciplinares, criando um “lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem” (FOUCAULT, 2013, p. 167).

Por outro lado, o autor identifica que o contexto industrial demanda modos também exaustivos de exercício da vigilância. Na indústria, a vigilância espacial deve ser exercida não só pelo patrão, mas por todos os outros que lhes devem subalternidade, tais como fiscais, prepostos e controladores. A lógica é a seguinte: espaços não vigiados comprometem o quadro de dominação das sociedades disciplinares. Por isso, torna-se preciso decompor a vigilância, aumentando sua função produtora: “especificar a vigilância e torná-la funcional” (FOUCAULT, 2013, p. 168).

Foucault detém a análise da vigilância sob o prisma de sua analítica do poder. É preciso não esquecer que o autor, diversamente da importante interpretação de Karl Marx, propõe uma teoria do poder que se afasta do binômio negativo/positivo, capital/ trabalho. Por outra vertente, Foucault invoca um poder que extrapola o Estado e as instituições, que se exerce em contextos microfísicos, produzindo e reproduzindo realidades (FOUCAULT, 2001). Essa microfísica pressupõe que o poder, longe de ser um atributo metafísico, não é necessariamente negativo ou repressivo, mas algo difuso e relacional entre sujeitos, técnicas e instituições. Lazzarato (2006) cita Foucault para mostrar como sua obra transcende a lógica binária corrente desde os estudos do marxismo:

O marxismo, ao se concentrar em uma só dimensão da relação de poder (a exploração), foi levado, de certa maneira, a aproximar a máquina de expressão à ideologia. Um dos objetivos de Foucault em seus estudos sobre as sociedades disciplinares é romper com o economicismo e a cultura dialética dos dualismos, e demonstrar a pobreza e o reducionismo das explicações da dominação pela ideologia (LAZZARATO, 2006, p. 64).

Enquanto técnica do aparato disciplinar, também voltada para a multidão de singularidades, a vigilância hierárquica permite transformar “as multidões confusas, inúteis ou perigosas em classes organizadas” (LAZZARATO, 2006, p. 64). Essa vigilância, no entanto, não nega a possibilidade de exercício inverso na estrutura de ordem imposta, pois, como se sabe, os vigias também podem ser vigiados e nada impede a criação de novas modalidades de vigilância e vigilantes na extração das forças múltiplas de subjetividades. A tendência da disciplina é estabelecer um esquadramento geral.

O poder disciplinar (...) torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente¹⁶: essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados (FOUCAULT, 2013, p. 170).

Essa tese do autor nos será importante para o capítulo em que tratarmos sobre resistência na cidade contemporânea e, posteriormente, na parte da pesquisa empírica sobre a vigilância na UFBA. Por enquanto, caminhemos com os “recursos para o bom adestramento”.

O segundo recurso ou instrumento de exercício do poder disciplinar é a sanção normalizadora. Verificam-se, aqui, dois conceitos “sanção” e “norma” que se alimentam e se interpenetram. Os conceitos fazem referência a processos de punição que envolve “toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações” (FOUCAULT, 2013, p. 172). Tais práticas surgem para penalizar indivíduos que de alguma forma apresentem comportamentos desviantes ou indesejados, mas também visam uma espécie de gratificação quando da obediência e respeito àquilo que é imposto e esperado. De todo modo, “o que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não conforme” (FOUCAULT, 2013, p. 172). Pode-se dizer que o objetivo maior por detrás de penalizar é, com efeito, normalizar em torno de fazer do indefinido definido, de evitar ou corrigir o desvio, amparando-se no ideal de tornar normal o anormal, tornar necessárias as vidas insidiosas marcadas pela infâmia.

Foucault avança dizendo que “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza,

¹⁶ Grifo nosso.

homogeneíza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (FOUCAULT, 2013, p. 176). E mais ainda, diz que a regulamentação tornou-se um dos grandes mecanismos do poder desde a Era Clássica, destacando que “o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras” (FOUCAULT, 2013, p. 177). Nesse contexto, a sanção age como um mecanismo de duplo efeito, tanto se apresentando como tendência homogeneizante, tanto determinando a individualidade, denunciando a diferença como perigo potencial para a manutenção dos sistemas de dominação modernos.

Enquanto terceiro recurso para o bom adestramento, o exame constitui, ao lado da hierarquia e da sanção, “um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados” (FOUCAULT, 2013, p. 177). Foucault trata do exame de forma mais detida no contexto da escola, discorrendo para o modo como o conhecimento e o saber são exercidos como estratégia de poder nos termos de uma normalidade comparativa. O exame, ao possibilitar a documentação, o registro e a classificação, permite “uma comparação perpétua de cada um com todos, que permite ao mesmo tempo medir e sancionar” (FOUCAULT, 2013, p. 178).

Contudo, no contexto das práticas escolares, o exame adquire contornos diferentes, posto que aqui “o poder disciplinar, ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória” (FOUCAULT, 2013, p. 179). Tal invisibilidade se deve por ser o exame uma técnica em que o poder se exerce de forma silenciosa, “sem emitir sinais de seu poderio”, mas garantindo formas de homogeneização e objetivação por meio de um sistema de controle articulado que versa sobre a produção de determinado saber-poder respondente ao paradigma político desenvolvido ou criado por determinado contexto societário. Dizendo mais especificamente, Foucault coloca nos seguintes termos : (com o exame) “se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente” (FOUCAULT, 2013, p. 184).

Diante do que ora foi tratado, cabe dizer que os “os três recursos para o bom adestramento” possuem zonas íntimas de confluências, pois postulam sobre formas modernas de registro e vigilância que objetivam, ao mesmo tempo, uma visão mais geral e outra mais específica, focalizando o indivíduo, mas também o grupo, buscando homogeneizar, mas também individualizar, atuando na correção dos desvios, mas também na gratificação e promoção da normalidade.

O poder disciplinar pode ser definido como um poder que não vincula um local específico, não constitui uma propriedade de alguns, não é meramente instrumento de subordinação e nem essência ou atributo metafísico. O poder, ao revés, é transrelacional e está em todos os locais, impulsionando quadros de dominação e mecanismos de resistência; não constitui uma propriedade estatal, mas uma potência distribuída entre os sujeitos, mesmo que em condições empíricas heterogêneas: por isso mesmo, o postulado da subordinação não é eterno ou plenamente estável. Dessa maneira, o poder é concebido como um construto social e historicamente localizável, que valoriza o local e o regional, e, portanto, não está acima nem abaixo de qualquer relação produtiva entre indivíduos e grupos.

2.1.2 O panóptico como ferramenta conceitual central nos estudos sobre vigilância contemporânea

No contexto dos dispositivos disciplinares, talvez seja o panóptico¹⁷ – *ver sem ser visto* – o modelo que expressa o mais alto grau de eficácia da vigilância na sociedade moderna. O panóptico impõe-se ao indivíduo visando produzir “um estado consciente e permanente de visibilidade que assegure o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação” (FOUCAULT, 2013, p. 191).

Com esse tipo de dispositivo, temos uma inversão do princípio da masmorra e de suas funções: “trancar, privar de luz e esconder”. Na passagem das práticas de soberania (espetaculares) para as práticas disciplinares só a primeira função se conserva, a de trancar, sendo o panóptico, nesse contexto, um dispositivo que autonomiza e desindividualiza o poder. Aqui, pouco importa quem exerce o poder, posto que qualquer indivíduo, em princípio, pode ser o observador oculto e, assim, fazer a máquina funcionar. A importância desse modelo de vigilância assume relevância não só na modernidade, mas também nos estudos atuais sobre o tema:

A relação do panóptico com a vigilância tem sido minuciosamente ensaiada. De fato, esse deve ser o conceito teórico mais discutido e debatido. O ímpeto panóptico é tornar tudo visível; é o desejo e a condução a um olhar generalizado, para ajustar o corpo pela técnica e para gerar regimes de autodisciplina pela incerteza (LYON, 2010, p. 127).

¹⁷ O panóptico consiste em um modelo de prisão projetado pelo utilitarista Jeremy Bentham e analisado por Foucault, no clássico “Vigiar e Punir”.

O olhar onipotente e onipresente do inspetor permite que tal arquitetura de vigilância, com formato de pirâmide, torne-se análoga a uma prisão, cujos detentos são conduzidos e mantidos em regime de sujeição e obediência por meio de uma visibilidade meticulosa. É por isso que o panóptico desdobra-se como “uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder” (FOUCAULT, 2013, p. 192). Sobre isso, veja-se a o desenho a seguir:

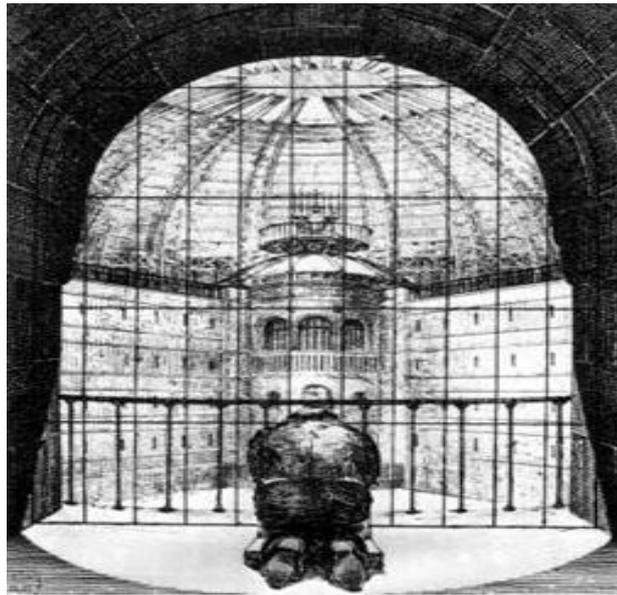


Figura 2: Arquitetura do Panóptico de Jeremy Bentham

Fonte: livro *Vigiar e Punir*, 2013, p. 23

O panóptico, do ponto de vista arquitetônico, assume a forma de um edifício circular que contém uma torre central e um anel composto de células. As aberturas presentes em cada célula voltam-se para a torre de modo a compor um regime de visibilidade homogeneizante, em que os internos não sabem ao certo se estão ou não sendo observados. Desse modo, a potência da vigilância panóptica é fazer crer que alguém olha dentro da torre, ainda que no momento o controlador não esteja com olhares atentos. O panoptismo emerge como um

instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipotente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesmo invisível. Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte, atenções móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada (Ibidem, p. 202).

Em sentido confluyente, Deleuze (2011, p. 42) infere que o panoptismo caracteriza-se por ser “um agenciamento visual e um meio luminoso do qual o vigia pode ver tudo sem ser visto, no qual os detidos podem ser vistos, a cada instante, sem verem a si próprios (torre central e células periféricas)”. Ao funcionar como uma espécie de microscópio do comportamento (FOUCAULT, 2013, p. 167) ou como um laboratório do poder (p. 194), o maquinário de controle do panóptico se insere socialmente mediante duas dimensões inevitavelmente articuladas, uma mais concreta e outra mais abstrata. A dupla faceta do panoptismo disciplinar é bem expressa nos seguintes termos:

quando Foucault define o Panoptismo, ora ele o determina concretamente, como um agenciamento óptico ou luminoso que caracteriza a prisão, ora abstratamente, como uma máquina que não apenas se aplica a uma matéria visível em geral (oficina, quartel, escola, hospital, tanto quanto a prisão), mas atravessa geralmente todas as funções enunciáveis. A fórmula abstrata do Panoptismo não é mais, então, *ver sem ser visto*, mas impor uma conduta qualquer a uma multiplicidade humana qualquer¹⁸ (DELEUZE, 2011, p. 43).

Trata-se de pensar o diagrama, essa “máquina abstrata” (DELEUZE, 2011, p. 44), como mecanismo que existiu mesmo nas sociedades antigas (de soberania), ainda que com outras matérias e funções. O diagrama, enquanto construção histórica e com capacidade eminente de atualização, “é altamente instável ou fluido, não pára de misturar matérias e funções de modo a constituir mutações” (DELEUZE, 2011, p. 44-45). O diagrama disciplinar, em sua fórmula abstrata, volta-se para uma ordenação das multiplicidades humanas, utilizando-as, tornando-as úteis, manobrando as potencialidades de suas interconexões, dos conflitos subjetivos e das produções intersubjetivas.

Recorrer ao panóptico constituiu um movimento importante no pensamento foucaultiano, posto que permitiu mostrar como a lógica do dispositivo disciplinar pode ultrapassar os espaços intra-muros e, alavancar, de maneira inveterada e veloz, a atuação de dispositivos em ambientes abertos, por todo o corpo social. Três passagens parecem sugerir essa tendência expansiva do panóptico:

O esquema panóptico, sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação se tornar aí uma função generalizada (FOUCAULT, 2013, p. 196).

Tem um papel de amplificação: organiza-se o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais fortes as forças sociais – aumentar a produção,

¹⁸ Próximo a Deleuze, Foucault dispara: “de uma maneira global, pode-se dizer que as disciplinas são técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas” (FOUCAULT, 2013, p. 206).

desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar¹⁹ (Idem, p. 197).

Enquanto por um lado os estabelecimentos de disciplina se multiplicam, seus mecanismos têm uma certa tendência a se desinstitucionalizar, a sair das fortalezas fechadas onde funcionavam e a circular em estado ‘livre’ (Idem, 199-200).

Como se vê, o panoptismo é concebido por Foucault como modelo que pode ser transplantado e lido não só aos espaços fechados, mas nos vários domínios da vida social. Isso porque as disciplinas podem ser fragmentadas e desenvolvidas em processos flexíveis de controle, colocando em conversação a vigilância interna e a externa. Com efeito, as instituições preparam seus internos com a intenção de controlá-los, de modo a fazê-los se comportar em qualquer contexto da vida social. O interno, nesse contexto, assume a função e a responsabilidade de interiorizar o controle para então difundi-lo com seus pares. Uma passagem ilustra bem o que estamos dizendo: “a escola cristã não deve simplesmente formar crianças dóceis: deve também permitir vigiar os pais, informar-se de sua maneira de viver, seus recursos, sua piedade, seus costumes” (FOUCAULT, 2013, p. 200).

Lembremos da passagem referida em momentos anteriores segundo a qual “se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até certo ponto para cima e lateralmente” (FOUCAULT, 2013, p. 170). Dessa forma, esse pensar aberto já do Foucault do Vigiar e Punir “não exclui que os métodos de vigilância possam se tornar mais descentralizados e dispersos” (FUCHS, 2011, p. 121).

Christian Fuchs (2011) argumenta que a concepção da vigilância centralizada e hierárquica ainda é oportuna, tendo em vista, que:

a vigilância é hoje panóptica não porque as tecnologias de vigilância estão centralizadas e hierarquizadas (elas são mais dispersas e descentralizadas, como no exemplo da internet), mas porque o Estado e as empresas são atores dominantes e acumulam poder que podem usar para a vigilância disciplinar (disciplinando o comportamento econômico e político). (FUCHS, 2011, p. 122).

É certamente verdade que os atores principais da vigilância são o Estado e as empresas, algo que talvez hoje seja difícil de reconhecer em tempos de razão cínica e otimismo exacerbado em torno das democracias representativas. De todo modo, reconhecer a atualidade do panóptico não nega que a “vigilância mudou fundamentalmente de um aparato

¹⁹ Grifo nosso.

político centralizado para uma prática à qual qualquer um pode contribuir” (KOSKELA, 2010, p. 175). Lyon (2010), um dos autores contemporâneos mais citados no estudo da vigilância, defende que o campo de discussões se abre quando se observa que diferentes modos de vigilância operam em conjunto. Não se trata de defender um ou outro modelo, mas entender como se articulam e caracterizam um sistema geral de controle de pessoas, informações, consumo etc. Talvez seja esse o maior desafio desse trabalho, perceber como panóptico e controle estão embrenhados nas práticas de videovigilância na UFBA.

Por outro lado, cabe observar que a vigilância em Foucault não é essência ou atributo positivo ou negativo, conforme nos referimos no tópico anterior, mas um emaranhado de práticas de poder e saber que são construídas e desenvolvidas ao longo do processo histórico, possuindo caráter polissêmico, instável e fluido. E é justamente isso, ou seja, a capacidade de multiplicação dos mecanismos disciplinares – ademais, da possibilidade de diagramas intermediários – que parece razoável pensar na videovigilância mais como um desdobramento do que como uma negação/superação do *Panoptismo*²⁰.

²⁰Sobre isso, ver o estudo de Lyon (2010), que cita Mathiesem para sustentar a importância e a atualidade dos estudos de Foucault no campo de estudos sobre vigilância contemporânea.

2.2 Desdobramentos das sociedades de controle

O Lumiar e os Fluxos

O espaço transparente do visível estonteante
 Opera o múltiplo e o descaminho rastejante
 Se o *ethos* descentrar e tentar escapar,
 Forças inexoráveis vão se multiplicar.

Ativos e reativos:

Quem salvará o desatino?

Niilistas e libertários:

Quem de vocês lucra com isso?

Visíveis e invisíveis:

Nada mais pode ser esquecido?

(Fonte: Do autor)

Em um momento instigante e clarividente do seu devir reflexivo, Gilles Deleuze (1992) colocou sua “caixa de ferramentas” em conexão para formular uma caracterização crítica do que chamou de sociedades de controle ou da comunicação. Em tais sociedades, emergentes de forma potente no segundo pós-guerra, itinerários tanto conhecidos quanto inéditos passam a se evidenciar, mobilizando o campo de exercício da cidade como arena política em dupla dimensão: se por um lado exige-se um sujeito autônomo, criativo, produtivo e polivalente, por outro ampliam-se as estratégias de promoção de consensos, ampliam-se as capacidades de vigilância e controle, formulam-se processos de sociabilidade programada e fluxos incessantes que forjam liberdades aprisionadas. Nestes termos, a cidade que controla e que é controlada vê-se atravessada por dispositivos variados, sustentados por intenções, usos, desejos, técnicas e contextos diferenciados.

Sabe-se, no entanto, que a análise foucaultiana da sociedade disciplinar foi de tal forma profícua e visionária que fez do autor um dos precursores das sociedades de controle (DELEUZE, 1992). Nas suas trilhas conceituais, Foucault já apresentava deslocamentos reflexivos expressivos que sugerem um pensar aberto, sensível e pouco linear diante das

transformações vigentes em sua época²¹ (ORTEGA, 2001; DUARTE, 2010). Em um desses movimentos, o autor flexibiliza o modelo de vigilância disciplinar:

Nesses últimos anos, a sociedade mudou e os indivíduos também; eles são cada vez mais diversos e independentes. Há cada vez mais categorias de pessoas que não estão submetidas à disciplina, de tal forma que somos obrigados a pensar o desenvolvimento de uma sociedade sem disciplina. A classe dirigente continua impregnada da antiga técnica. Mas é evidente que devemos nos separar, no futuro, da sociedade de disciplina de hoje (FOUCAULT, 2003, p. 268).

Em outro momento, Foucault (1987, p. 122) advertiu que “o principio da clausura não é constante, nem indispensável, nem suficiente nos aparelhos disciplinares. Estes trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina”, o que remonta ao que dizíamos anteriormente sobre o potencial extensivo da vigilância panóptica. Confluyente a Foucault, mas nem por isso negando seus próprios pontos de vista, Deleuze (1992) notará que a ‘crise das disciplinas’ de que falara o primeiro ganhou tal amplitude, sobretudo devido às transformações tecnológicas do século XX, que demandou a formulação de novos olhares e novas questões de pesquisa²².

Foi assim que esse Deleuze (1992), com o cuidado de não anular a sobrevivência das análises sobre a sociedade disciplinar e o panóptico, formulou o que denominou como sociedades de controle ou da comunicação. Esse conceito de sociedade, no entanto, está presente tão somente em um capítulo de uma das obras deleuzianas, numa análise curta, porém luminosa, repleta de inquietações. Diz o autor em dois momentos: A) “estamos entrando nas sociedades de controle, que não funcionam mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 1992, p. 216). Em outra passagem,

B) É verdade que entramos em uma sociedade que podemos chamar de uma sociedade de controle (...) Certamente, conviveremos ainda com toda sorte de “restos” das sociedades disciplinares por anos e anos²³, mas já sabemos que estamos em sociedades de outro tipo, segundo a palavra proposta por

²¹“A noção de sociedade trazida por Foucault implodiu o sossego dos conhecimentos compartimentados, a suposta oposição/ capitalismo e seus correlatos, democracia/ditadura/fascismos. Trincou a metáfora do sólido edifício teórico, provocou espasmos nas concepções inter, pluri, multi ou transdisciplinares, nas várias maneiras de se constatar a crise de paradigmas e abriu novas problematizações” (PASSETTI, 2011, p. 50).

²²Temos consciência de que existem importantes pontos de confluência e interferências entre o pensamento de Foucault e Deleuze. Limitemo-nos àquilo que nos interessa de perto, a saber: as reflexões conjuntas entre disciplina e controle.

²³ Grifo nosso.

Burroughs – e Foucault nutria por ele viva admiração – de sociedades de controle (DELEUZE, 2003, p. 299-300).

O primeiro momento dá a entender que estaríamos transitando entre um tipo de sociedades e outra, ou melhor, as duas estariam convivendo, combinando práticas disciplinares e de controle. O segundo momento reforça essa idéia na medida em que admite que a passagem de uma sociedade à outra não ocorre de forma mecânica, mas como processo complexo que coloca rupturas e permanência em trânsito conflituoso. Ou seja, o pensamento deleuziano (1992), longe de procurar verdades e conclusões, parece estar aberto e disposto a conversações das mais variadas ordens, pois o controle não é algo dado, tampouco a disciplina o é. Ambos agem em um cenário sublinhado por devires desestabilizadores, onde o acontecimento não é exceção, mas regra (DELEUZE, 1992).

É tendo em vista os diagnósticos complementares entre as apostas foucaultianas e deleuzianas que estamos falando em “olhares cruzados entre as sociedades disciplinares e as sociedades de controle”. Trata-se de defender que esquemas diferentes de vigilância e controle não são necessariamente incompatíveis, mas operam em dinâmicas relacionais produzindo efeitos diferenciados sobre os processos de sociabilidades e a produção de subjetividades no contemporâneo.

Em outras palavras, seria o mesmo que defender que

a sociedade de controle não abdica das práticas disciplinares, dos funcionamentos por simultaneidade, justaposição, dispersão, proximidade e distância formando redes. Elas, agora, são redimensionadas segundo fluxos, abolindo as fronteiras conhecidas, pela desterritorialização constante, liberando o trabalhador do confinamento territorial rígido (PASSETTI, 2004, p. 153).

Com esse ponto de vista claro, cabe ingressar de maneira mais detida sobre o funcionamento e as características das sociedades de controle ou da comunicação. Antes de tudo, nota-se um Deleuze (1992) que constrói seus argumentos diante de um pensamento comparativo e crítico²⁴.

O autor enumera algumas diferenças que os conceitos de disciplina e controle evocam: nas sociedades disciplinares “o individuo não cessa de passar de um espaço fechado a outro” (p. 219), de posse de uma linguagem que é, no entanto, analógica (p. 221), adstrita a determinados moldes que se instalam de modo mais fixos e estáveis. Por outro lado, a

²⁴ Em nossa leitura, percebemos um Deleuze (1992, p. 209-226) nem um pouco otimista ou entusiasta em torno das novas configurações de vida das sociedades que descreve.

sociedade da disciplina se estabelece em tempos contínuos e estáveis, de modo que o indivíduo não “parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica)”.

Por outro lado, essa nova sociedade formulou um outro tipo de sujeito, para além daquele com identidades inflexíveis e essencializadas²⁵. Isso fica visível quando Deleuze (1992, p. p. 226) compara o indivíduo moderno a uma toupeira, querendo sugerir que suas ações e comportamentos espelhavam performances mais limítrofes, quando pensadas à luz do ‘homem dos controlatos’ que estava a se anunciar no capitalismo pós-industrial. Não se trata mais do homem confinado, malhado pelo cabresto das arquiteturas com pretensão anti-política; trata-se, agora, do sujeito endividado, imerso em fluxos alienantes que produzem novas formas de sujeição mediante a aceitação dos indivíduos. De todo modo, “a sociedade de controle não destrói o que a antecedeu: redimensiona o domínio de maneira mais sutil” (PASSETTI, 2004, p. 154).

Deleuze (1992) traça um paralelo comparativo entre a fábrica moderna e a empresa contemporânea: no primeiro caso, evoca-se um contexto de produção capitalista calcada na noção de lucro incessante, operando de forma desproporcional às condições de trabalho e renda do proletariado. No interior das fábricas, os “moldes” estabeleceriam a existência de um corpo único, constantemente vigiado pelo patronato. No segundo caso, da empresa contemporânea, o modo de operação do poder privilegia um sistema de modulação do salário dos empregados que funciona nos termos de uma hierarquia dos méritos (DELEUZE, 1992). Para tanto, será necessário criar mecanismos de recompensas (prêmios, metas e desafios) ao trabalhador que superar as barreiras cognitivas e as limitações oferecidas pelas condições de trabalho da empresa. Disso resultarão processos ainda mais refinados de competição e paranóia produtivista, estabelecendo uma “rivalidade inexpiável como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo” (DELEUZE, 1992, p. 221).

No caso das sociedades de controle, há de se pensar em novas interfaces de tempo e espaço, em novos constructos sociais que ignoram os limites até então conhecidos. Os espaços agora se interpenetram, fazendo abolir as fronteiras entre as esferas do público e do privado, ou melhor, criando uma zona cinzenta entre elas²⁶; o espaço é dessacralizado por um quadro social de comunicação instantânea e controle permanente. Há uma

²⁵ Foucault (2013) critica severamente as noções de essência, de *a priori* – fundamentadas em conhecimentos metafísicos.

²⁶ Essa zona cinzenta entre o público e o privado foi tratada por Arendt (2009) naquilo que a autora chamou de advento do social.

interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto (COSTA, 2004, p. 161).

Como bem considera Giorgio Agambem (2014), a diferenciação entre as esferas do privado e do público remonta aos primórdios da civilização ocidental – à Grécia Antiga – onde não existia qualquer confusão entre esses dois pólos da vida na polis: a esfera pública – das liberdades e da política e a esfera do privado – da casa, das necessidades. Com o correr do processo histórico ocidental, a indiferenciação entre as duas esferas veio se tornando um problema político na modernidade. Reiterando a crítica de Arendt (2009), adverte Agambem:

Essa indiferenciação se materializa na videovigilância das ruas em nossas cidades. Tal dispositivo conheceu o mesmo destino que o das impressões digitais: concebido para prisões, ele tem sido progressivamente estendido para os lugares públicos. Um espaço videovigiado não é mais uma ágora, não tem mais nenhuma característica pública; é uma zona cinzenta entre o público e o privado, a prisão e o fórum. Tal transformação tem uma multiplicidade de causas, entre as quais o desvio do poder moderno em relação à biopolítica ocupa lugar especial: trata-se de governar a vida biológica dos indivíduos (saúde, fecundidade, sexualidade etc. (AGAMBEN, 2014).

A partir das palavras anteriores pode-se retirar que, quanto mais liberdade é garantida ao cidadão, mas este pode ser capturado e controlado em sua mobilidade²⁷, amplificando uma situação de sujeitos livres aprisionados. Com longos passos, a cidade contemporânea veio assistindo a sua projeção enquanto prisão. Mas, curiosamente, a cidade-prisão jamais foi tão desejada quanto agora, nos dias que se seguem.

Em outra medida, basta pensar que “até a arte abandonou os espaços fechados para entrar nos circuitos abertos do banco” (DELEUZE, 1992, p. 224). Também os vigias não estão somente em espaços específicos, mas em qualquer lugar a depender de suas conveniências próprias, de outrem ou do capital. A vida é capturada em todos os momentos, do nascimento à morte, sendo regulada por técnicas variadas e discursos aparentemente positivos, que propõem que o indivíduo ceda o que lhe resta de autonomia e liberdades em troca da suposta saúde, segurança e felicidade.

²⁷ A relação entre vigilância e mobilidade na contemporaneidade tornou-se mais complexa, de forma que: se por uma vertente, a vigilância é tradicionalmente concebida como barreira à mobilidade, por outra, é preciso ampliar o entendimento e enxergar que ela também pode potencializar os fluxos (BRUNO, 2009, p. 138).

Nesse contexto, o controle que antes era previsto tão somente para ser local ou regional, passa a ser global; a vigilância disciplinar que a princípio é dimensionada e distribuída de forma obrigatória, passa a assumir tamanha sutileza que passa a ser necessária e, inclusive, desejada. Afinal,

não é por acaso que nos pedem para sorrir enquanto estamos somos filmados por inúmeros e refinados mecanismos de vigilância eletrônica, pois o controle é reconfortante, nos dá a sensação de máxima liberdade quando nos encontramos totalmente monitorados, até o ponto em que chegamos a querer e desejar mais e mais controle (DUARTE, 2010, p. 113).

O “homem do controle” ganha a forma de dado tecnológico, dispondo-se como uma cifra que circula no emaranhado de informações que sobrepõem enunciados, imagens, lugares e escritos na rede. É desse jeito que o controle, alimentado e emergente por força de uma mutação radical no capitalismo, opera-se por “máquinas da terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus” (DELEUZE, 1992, p. 223).

Esse aparato de controle disseminado – desejado e desterritorializado – faz da cidade contemporânea um grande ambiente midiático, articulando práticas voluntárias e involuntárias de vigilância (LYON, 2010; KOSKELA, 2010). Refletindo esse ideário, a linguagem que traduz o homem do controle, ao invés de analógica, é numérica, digital; o controle se exerce por modulações em série – leves, rápidas e dinâmicas – tal como “uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a casa instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, 221). Deleuze vê o indivíduo pós-fordista como uma serpente, pois ele é demandado a ser flexível, inovador, criativo, produtivo, saudável, e isso cria raízes profundas nas consciências – produzindo o autocontrole, tornando o universo de dominação categórico, tornando-o necessário à própria sobrevivência humana.

Nas sociedades disciplinares, com atenção mais específica para o modelo panóptico, a vigilância conforma um sentido de vedação às interlocuções, contando, para isso, com o espaço dividido em celas em meio a um olhar vertical que não se revela. Resta claro que o contexto vislumbrado pelas sociedades de controle ultrapassa tais estratégias, pressupondo uma analítica do poder que funciona ao nível de um mapa que coloca início, meio e fim em cruzamentos diversos, ilocalizáveis e extremamente móveis, em analogia ao modo de funcionamento de um rizoma (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 33).

O que não se pode perder de vista, pensando com Foucault e Deleuze, é que a vigilância e o controle, embora potencialmente ou mesmo idealmente distribuídos pela

sociedade, alavancam desdobramentos políticos que não podem escapar de uma apreensão crítica. Deleuze (1992) notara que a sedução e o desejo corroboram no sentido de que: “indivíduos que controlam a si mesmos identificam-se com sua própria exploração e dominação, eles consentem e participam ativamente de sua exploração” (FUCHS, 2011, p. 123). É com isso em vista que uma interpretação mais divergente da tese foucaultiana, coloca uma posição nos seguintes termos: “para Foucault, a vigilância é inerentemente coercitiva e dominadora – a negatividade é a pura imanência da vigilância” (FUCHS, 117, p. 117).

O controle contemporâneo impõe um universo de dominação social categórico que investe as mentes e corpos das pessoas, capturando fluxos de toda ordem (sociais, comunicacionais, financeiros). Nesse processo, as mídias, especialmente a Televisão e a Internet, são reduzidas a meros canais tecnológicos cujos efeitos operam em termos de entretenimento e produção de serviços. O controle é tornado um elemento central para a manutenção da vida humana e animal, daí a necessidade de que tudo seja inspecionado e planejado, registrado e classificado dentro de cada contexto de multiplicidades. A questão da segurança, por exemplo, vem constituindo um discurso de justificação e defesa do controle biopolítico realizado pelas câmeras nas cidades. Não bastasse o Estado e as instituições públicas e privadas, agora o cidadão comum também é convocado a participar das práticas de vigilância, seja ele pessimista ou otimista em relação a isso. Um bom exemplo desse controle, que pode operar de forma mais ampla sobre a população, ou de forma mais localizada sobre um sujeito ou grupo, é aquele materializado pelas câmeras de videovigilância.

Olhando do ponto de vista dos ambientes institucionais, públicos ou privados, o uso de câmeras de vigilância vem se multiplicando em progressão geométrica, o que pode ser entendido como uma atualização do itinerário moderno de disciplinarização dos corpos. Embora, em alguns casos, haja um receio do trabalhador em perceber-se vigiado, nada mais lhe restará a não ser integrar-se ao programa da instituição. Ou até, quem sabe, ele não seja convencido/seduzido de que é preciso o “clamor por vigilâncias eletrônicas e segurança e mais segurança” (PASSETTI, 2011, p. 58).

Por outro lado, as práticas de videovigilância também podem espelhar efeitos de controle mais gerais, operando como um sistema de controle biopolítico da população que possui desdobramentos muito mais corrosivos do que aqueles que receberam visibilidade crítica nas sociedades disciplinares. É como dizem Negri & Hardt (2004, p. 163): “na sociedade disciplinar, pois, a relação entre o poder e o indivíduo era uma relação estática: a invasão disciplinar do poder contrabalanceava a resistência do indivíduo”. Nas sociedades de controle – da comunicação e da segurança –, a expansão do capitalismo global fez nascer uma

onda de controle que atravessa toda a malha social, ignorando barreiras físicas e culturais, pois, aqui, o poder opera sobre tudo e todos, até mesmo sobre as mínimas nuances subjetivas, fazendo surgir preocupações com a possível violação do direito à privacidade e à intimidade.

Nesse contexto de controle de tudo e de todos, a noção de controle em Deleuze (1992) está diretamente ligada à questão biopolítica em Foucault (1988). Isso pode ser dito na medida em que “só a sociedade de controle está apta a adotar o contexto biopolítico como terreno *exclusivo* de referência” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 43). A transição das sociedades disciplinares para as atuais, de controle, cria uma situação de domínio que pretende ser completo, demandando a eclosão de um novo regime de poder – o biopoder:

O poder só pode obter um domínio efetivo sobre a vida inteira da população tornando-se uma função integrante e vital que todo indivíduo adota e reativa por espontânea vontade. A mais alta função desse poder é de investir a vida por inteiro, e sua primeira tarefa é administrá-la (HARDT & NEGRI, 2004, p. 162).

Operando sobre a vida, rastreando as condutas e registrando o “*ethos*” do sujeito contemporâneo, o controle contemporâneo conforma a multidão de singularidades, buscando torná-las úteis e produtivas em termos econômicos, ao passo que dóceis e monolíticas em termos de experiência política. Pensando assim, as relações de poder biopolíticas forjaram uma realidade na qual o propósito único será a manutenção e reprodução da vida. O biopoder trata da superação do dissenso e das diferenças, apoiando-se nas supostas peripécias e axiomas da modernidade tecnológica, da homogeneização e da globalização. Para Lazzarato (2006, p. 73):

O biopoder é uma modalidade de ação que, como as disciplinas, é endereçada a uma multiplicidade qualquer. As técnicas disciplinares transformam os corpos, ao passo que as tecnologias biopolíticas se dirigem a uma multiplicidade enquanto massa global, investida de processos coletivos específicos da vida, como o nascimento, a morte, a produção, a doença. As técnicas disciplinares conhecem apenas o corpo e o indivíduo, enquanto o biopoder visa à população, ao homem enquanto espécie e, no limite, como Foucault vai dizer em um de seus cursos, o homem enquanto mente.

Essas técnicas biopolíticas, nascidas na segunda metade do século XVIII, constituem-se como desdobramento desse poder que se exerce sobre a vida nas sociedades disciplinares. Trata-se da eclosão de técnicas diversas, muito mais inteligentes e eficientes que as disciplinas, remetendo-nos a outros “custos políticos”.

As técnicas biopolíticas (a saúde pública, as políticas familiares...) são exercidas como gestão da vida de uma multiplicidade, seja qual for. Aqui, diferentemente das instituições disciplinares, a multiplicidade é numerosa (o conjunto das populações) e o espaço é aberto (os limites da população não são definidos pela nação). (LAZZARATO, 2006, p.65)

Certamente, a sociedade contemporânea se apresenta como um momento de elogio demasiado aos dispositivos, momento em que a crítica se rende ao triunfo capitalista de narrar a vida e a morte como forma de legitimar poderes hegemônicos. Nesse ínterim, embora o consenso seja desejado e planejado em diversas práticas midiáticas, urbanísticas e estatais, ele jamais será plenamente atingido, pois a cidade pluralista demanda novas subjetividades insurgentes, novas composições espaciais para os jogos de poder e, portanto, novas formas de resistência tornam-se contingentes (NEGRI & HARDT, 2006). O consenso, aqui, é sempre adiado, pois a resistência criativa de que nos fala Deleuze (1992) alavanca um devir incessante que produz a cultura como movimento que ultrapassa a estrutura.

Nestas sociedades de controle, os processos de subjetivação são de tal forma sofisticados que qualquer crítica tende a se tornar tola e ineficaz, relegada à condição de narcisismo e de militância – ao sentido problemático que tais noções podem atingir quando de um emprego desarrazoado, cumulado por um pensamento do fechado (disciplinar, normativo e tecnicista).

A crítica ao controle e aos efeitos assimétricos que dele decorrem pode inserir o agente na condição de “louco”, “anormal”, “infame”, “anti-social”. Um bom exemplo, hoje, é a questão do Facebook. Durante a pesquisa de campo, que será relatada em momento posterior, um agente da segurança da UFBA me fez a seguinte pergunta: “qual o seu Facebook? Posso mandar as respostas do questionário por lá?”. Ao responder que não possuía conta, meu interlocutor foi tomado por espanto, e acrescentou em tom humorado, dizendo: “sério, todo mundo têm facebook hoje, você por um acaso é anti-social?”. A fala do agente me fez refletir e pensar na capacidade de captura dos dispositivos de controle e de comunicação. A opção por não ter facebook me fez assumir a figura do estranho, levando meu interlocutor a desconfiar da minha recusa a essa rede social.

Nesse caso, ao invés de entrevistar, fui entrevistado. Uma lição ficou bastante clara com esse episódio: as novas normalizações para a existência e as novas sanções das sociedades de controle estão refletindo a “instalação das novas forças que se anunciam” (DELEUZE, 1992, p. 220). Parece que, mediante as relações via facebook, os indivíduos

participam como agentes de vigilância e controle incessante sobre tudo e todos. Torna-se preciso prestar contas sobre os acontecimentos mais corriqueiros da vida cotidiana.

Logo, vemos crescer a importância atribuída ao cidadão comum que, mesmo não participando diretamente da dinâmica interna das instituições como um de seus membros (trabalhador ou usuário), torna-se agora responsável pela vigilância sobre a aprendizagem, a saúde e a segurança pública (...) Tudo isso ocorre ao mesmo tempo, fazendo que por vezes o indivíduo se conecte com os agentes especializados e institucionalizados, que se ocupam profissionalmente dessas práticas, e lhes ofereça informações preciosas para o exercício de um controle mais eficiente (MANSANO, 2009, p. 46-47).

Outro caminho de discussão, também oportuno, problematiza a associação direta entre os conceitos de controle e democracia. Em nossa percepção, comparar e, pior ainda, identificar o controle como uma forma de democracia é, de certo modo, camuflar seu impacto social assimétrico e negar sua dimensão em termos de violência e dominação (FUCHS, 2011).

Diante do que ora foi colocado, pode-se inferir que a chave interpretativa básica para entender os efeitos dos dispositivos de videovigilância nas cidades busca associar os estudos foucaultianos e deleuzeanos, colocando os dois autores num processo de crítica conjunta com estudos mais recentes sobre o tema, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Estabelecer essa interação com outros autores e outros temas correlatos é a proposta dos próximos passos do estudo.

2.4 Videovigilância nas cidades brasileiras

Arlindo Machado (1993), em texto que integra a obra “Máquinas de vigiar”, mostra, como já na década de 1990, as câmeras de vigilância compareciam de forma proliferada nos diversos cenários urbanos no Brasil.

Os sistemas eletrônicos de vigilância multiplicam-se em progressão geométrica por toda parte. Não apenas os aeroportos ou em estações de trem e metrô, mas agora até mesmo as estradas, os túneis, os supermercados, os grandes magazines, os bancos, as fábricas e, no limite, escolas e instituições psiquiátricas, estão submetidas aos olhares técnicos e impessoais das câmeras de observação (MACHADO, 1993, p. 220).

As primeiras câmeras de vigilância surgiram no Brasil na década de 1980, porém o primeiro circuito de vídeo foi criado muito anteriormente, no ano de 1942, pela empresa alemã Siemens (MELGAÇO, 2010). Nesse momento, as câmeras foram utilizadas com a intenção de auxiliar nos procedimentos de combate durante a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, com a sua incorporação às paisagens urbanas nos anos 80, as câmeras foram utilizadas, em primeiro momento, para inibir casos relacionados a infrações de trânsito (BALBIM, 2003 *apud* MELGAÇO, 2010, p. 187). Somente posteriormente que a sua utilização passou a ser largamente utilizada por empresas privadas e instituições bancárias, apoiando-se em uma retórica securitária.

A imagem da charge que segue refere-se à banalização dos dispositivos de vigilância ligados ao monitoramento do trânsito:



Figura 3: Sorria, você está sendo multado

Fonte: <http://www.sorria-voce-esta-sendo-multado>

A figura acima demonstra de maneira bem humorada como a videovigilância ultrapassa a questão da segurança e pode voltar-se para uma disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 2013) nas questões envolvendo o trânsito. Apesar do mal estar em ter sido multado, o sujeito deve sorrir, pois o registro da câmera é suficiente para demonstrar seu comportamento transgressor no trânsito. Percebe-se, nesse caso, que as câmeras de vigilância acabam funcionando como uma extensão dos olhos dos guardas de trânsito, contextualizando um aumento na capacidade estatal em combater crimes e infrações no trânsito.

Em reportagem recente do Globo Repórter (04/2013)²⁸, as câmeras de vigilância foram abordadas, de modo geral, a partir de sua eficiência ou não para auxiliar no controle social. Aqui merecem atenção as seguintes frases veiculadas: 1) “câmera é testemunha e imagem é documento”; 2) “muito mais do que observar, as câmeras são capazes de analisar o comportamento humano”. As duas frases, com um tanto de caráter otimista, revelam uma percepção corrente explícita nas reportagens sobre o tema na mídia brasileira. A primeira frase vem confirmar a potencialidade da imagem, que, como qualquer criação humana, está sujeita a uma diversidade de usos e efeitos (CAMPOS, 2009). A segunda frase refere-se à implantação de um sistema de videovigilância inteligente na região sul do Brasil: na busca pelo combate ao crime, as câmeras inteligentes são guiadas pelo som dos tiros. O som captado pelo sensor chega a central de monitoramento e lá é possível indicar o ponto de disparo.

Conforme indicam Corrêa & Cunha (2009), que analisaram um conjunto de reportagens sobre o tema na mídia brasileira, as câmeras são correntemente retratadas como sinônimo de segurança. Se isso acontece, talvez seja porque as câmeras são “vistas como artefatos neutros e que deveriam, pela sua dimensão técnica, ser adotados” (LEMOS, 2011, p. 151). A grande questão é que, conforme constatou Lemos (2011) - em uma pesquisa sobre as câmeras de vigilância na UFBA - a justificativa para instalação das câmeras baseia-se menos em dados ou estudos relevantes sobre sua eficiência do que na crença e fé dos seus entusiastas.

No mesmo sentido, ainda que com outra abordagem, vejam-se as palavras de Firmino (2009), que realizou uma pesquisa etnográfica sobre a videovigilância, focalizando no trabalho dos operadores do monitoramento:

não há dados seguros que confirmem a relação direta entre vídeo-vigilância e aumento da segurança, além do discurso e do debate provocado para justificar sua utilização. Ademais, pouco se sabe, em especial no Brasil, sobre as estratégias e os procedimentos de monitoramento utilizados pelos profissionais que operam os olhos da cidade. Considerando-se que as câmeras são dispositivos eletrônicos cujo objetivo é apenas registrar imagens, quem as controla têm papel fundamental na determinação de como esta atividade influencia o dia-a-dia dos observados, e a própria percepção do espaço público ‘vigiado’ (FIRMINO, 2009, p. 134).

Na contramão da associação direta entre vigilância e segurança, o trabalho de Melgaço (2012) mostra que a opção pelas câmeras, para além da questão securitária, pode ter o efeito de gerar violência na cidade, no sentido em que se evocam situações de uso indevido de

²⁸ Acessado em: www.globoreporter.com

imagens íntimas das pessoas. Nesse caso, a videovigilância pode desencadear um processo de busca por segurança para uns e violência para outros, o que favorece, por sua vez, um quadro de discriminação e exclusão (MELGAÇO, 2010; 2012).

No Brasil, assistimos aos usos e efeitos variados que a videovigilância pode agregar:

Uma imagem de vigilância pode estar nos arquivos policiais, num espetáculo televisivo, nos circuitos oficiais da arte, nos arquivos mortos das empresas privadas de segurança, na Internet, no cinema. Livre circulação das imagens de vigilância: dos aparatos policiais aos flagrantes sexuais de celebridades em praias paradisíacas, do entretenimento à arte, das revistas de fofoca locais às conexões globais das redes de computadores (LINS & BRUNO, 2010, p. 213-214).

Em meio a essa “cultura da vigilância”, as imagens do “outro” que são captadas em vídeo podem chegar à rede midiática maior, ampliando desordenadamente uma situação de visibilidade que pode ser positiva ou negativa. Em outros termos, as imagens extrapolam o local e podem ser desaguadas no ambiente global. Se, por um lado, despertam sentimentos coletivos diversos, o que nas fronteiras pode levar a um sentimento nacionalista ou imperialista, por outro, no cotidiano, também afetam o consumo e o uso da imagem.

2.4.1 Videovigilância: limites tênues entre segurança e violência

Os estudos sobre a “cultura do controle²⁹” são variados por diferentes modos e direções, tanto qualitativos quanto quantitativos, onde se verifica um conjunto de resultados diferenciados a depender do foco de análise – a identidade daqueles que filmam, dos que são filmados e de quais efeitos se quer alcançar com o monitoramento. Em um estudo realizado no Parque Estação Luz, em São Paulo, Kanashiro (2006) notou que as práticas de videovigilância podem se distanciar dos objetivos de segurança nos quais são inicialmente propostas, podendo desdobrar, elas mesmas, novas maneiras de se corroborar com a violência na cidade.

A referida pesquisa mostrou que o aparato de vigilância visual fortalece um efeito perverso de gentrificação, tendente a promover um afastamento ou desaparecimento dos antigos habitantes da região, quais sejam mendigos, prostitutas, usuários de drogas e

²⁹Expressão utilizada por David Garland (2001) no livro “The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary, Society”.

homossexuais. Nesses termos, o exercício da vigilância passou a funcionar como um mecanismo de controle dos fluxos “desejáveis” e eliminação dos “indesejáveis” de determinado espaço da cidade.

Ao reservar partes da cidade para serem asseguradas por esse exercício privado, e destinadas a uma parcela da população, as áreas e grupos excluídos desse processo ficam a mercê da segurança a ser promovida por uma autoridade pública erodida. Revela-se assim, a radicalização da promoção do desaparecimento do conflito, que de forma mais contundente, é realizado por meio do desaparecimento de certa parcela da população, no limite, uma política de extermínio menos custosa (KANASHIRO, 2006, p. 32).

A violência associada à busca por segurança também já foi expressa em outras pesquisas no Brasil (JACQUES, 2005; SÁNCHEZ, 2007). Para além da segurança prometida, observa-se que os processos de Revitalização Urbana não produzem necessariamente mudanças democráticas potenciais, mas a valorização incessante de capitais privados, a especulação imobiliária e a negação do “outro” em ambientes de convívio nos espaços públicos.

Nesse sentido, esse contexto social aponta para a criação de um “templo de consumo bem supervisionado, apropriadamente vigiado e guardado”, (o que produzirá, em geral), “uma ilha de ordem, livre de mendigos, desocupados, assaltantes e traficantes” (BAUMAN, 2008, p. 112-113). Essa “ilha” de ordem e consenso desvela tanto um processo de militarização do espaço público, quanto uma zona de estetização do medo (KANASHIRO, 2006). Nos dois casos, o jogo discursivo da segurança é ambivalente por apresentar a exclusão social um efeito necessário, já que a cidade contemporânea é pretendida e desejada como um corpo consensual, harmônico e sagrado (FERRAZ, 2011).

Em outra pesquisa, ao analisar os efeitos da videovigilância em escolas da cidade de Campinas (SP), Lucas Melgaço (2012) demonstrou que o uso de câmeras possui um efeito dual, tanto podendo inibir quanto potencializar práticas de violência na escola³⁰. O argumento do autor é incisivo no sentido de que a vigilância eletrônica favorece a criação de um “ambiente opressivo e inquisidor, onde o estranho, o diferente, é visto sempre como um suspeito” (MELGAÇO, 2012, p. 202). No caso dos dispositivos de videovigilância, ressalta-se uma lógica da privação – uma espécie de prevenção como repressão –, quando a violência é

³⁰ Em outros termos, partes dessas reflexões foram retiradas de um artigo que publiquei na Revista Vozes do Vale da UFVJM, com o título “Os sentidos da vídeo-vigilância na cidade contemporânea”. Ver o endereço: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Os-sentidos-da-v%C3%ADdeo-vigil%C3%A2ncia-na-cidade-contempor%C3%A2nea.pdf>

naturalizada como uma estratégia do poder que pode atingir, de forma potencial, tanto desejáveis quanto indesejáveis.

Trata-se de uma lógica intrigante, pois quanto mais o sujeito é tratado com desconfiança, mas continuará sendo observado e registrado. Daí que, no contexto escolar, “a vigilância em excesso é sinônima de desconfiança e pode comprometer o desenvolvimento moral do aluno” (WESTACOTT, 2011 *Apud* MELGAÇO, 2012, p. 203). Nesse contexto, a pedagogia escolar é pensada nos termos de uma segurança que nega a diferença manifestada pelo “outro”, já que, sendo considerado diferente ou estranho, o outro aparece sob a rubrica de um suposto malfeitor que precisa ser evitado e combatido. A ausência do outro, presumidamente criminoso, é pensada, inocentemente, como uma maneira de se dinamizar a vida cultural e as práticas pedagógicas na escola. Valorizar a cultura do mesmo, do idêntico, como forma de contrapor os riscos eventuais que desequilibram os fluxos de normalidade previstos.

Seria preciso, a despeito disso, conceber a cultura como um campo do imprevisível e do improvável; como um conjunto de saberes e práticas que colocam as identidades em constantes coalizões e devires desestabilizadores. Por ser um dispositivo espacial de disputas e embates, a cultura constitui um universo plural de criações possíveis e, desse modo, a criminalização do outro vai de encontro ao seu potencial dinâmico e teatral, limitando sua força efêmera e experimental (HALL, 2004; CANCLINI, 2006).

Melgaço (2012, p. 204) contextualizou empiricamente a pesquisa relatando o caso onde as câmeras flagraram dois estudantes em atos libidinosos em um colégio tradicional católico de Campinas. O dispositivo de vigilância que, a princípio, foi instalado como forma de produzir algum tipo de segurança, deu margem para a criação de um efeito contrário, pois o registro filmagem foi acessado por outros estudantes, criando-se uma situação humilhante para os envolvidos no caso.

A difusão das imagens confidenciais dos alunos demonstrou que a segurança na informação cedeu lugar a uma espécie de violência da desinformação. Eficaz ou não, parece oportuno pensar que o funcionamento de sistemas de vídeo envolve riscos que muitas vezes são negligenciados por aqueles que planejaram o uso de câmeras. Há de se pensar também que o uso desses sistemas deve ser precedido por uma atuação qualificada dos seus operadores, principalmente no que concerne à interpretação e usos éticos da imagem, sob

pena da produção, numa onda ainda mais crescente, de violência como estratégia de segurança.

3 Controle e resistência

O percurso desenvolvido até aqui buscou uma interpretação da videovigilância de forma aproximada aos diagnósticos pós-estruturalistas de dois autores principais, Michel Foucault e Gilles Deleuze. O foco de interesse deslocou-se, em seguida, para uma discussão sobre alguns efeitos da videovigilância no panorama brasileiro. O próximo passo consiste em dar visibilidade ao que estamos chamando de *Desenhos de resistência na cidade da videovigilância*³¹. Pretende-se realizar uma reflexão de forma mais livre sobre o tema, demarcando o desenho como campo de pesquisas interdisciplinares.

No plano global, observa-se, nos últimos 30 anos, a incorporação de diversas tecnologias de controle e comunicação que atendem a uma quantidade plural de usos e efeitos. Uma mesma câmera que é capaz de comunicar e registrar memórias, podendo gerar desdobramentos afetivos e interativos, também pode ser empregada para favorecer processos de violência e dominação. Pensando em um país como o Brasil, parece-me que a incorporação da videovigilância demarca perigos potenciais no sentido de corroborar com sistemas de exclusão e práticas de controle das ações políticas, principalmente se reconhecermos que os efeitos da colonização estão se atualizando incessantemente.

Dentre os inúmeros dispositivos de vigilância e controle, a videovigilância vem se destacando pela ampla aceitação e desejo por parte significativa da população brasileira. Acredita-se que esses dispositivos podem fazer reduzir o problema da criminalidade urbana no Brasil. Ao mesmo tempo, a esses dispositivos são associados “ares de modernidade”, ressaltando-se, mais uma vez, o sonho moderno de uma sociedade em incessante progresso. A questão mais problemática a ser colocada nesta discussão refere-se ao caráter participativo da vigilância e seus custos para as multiplicidades.

Em cada analítica de poder, o indivíduo e os grupos são estimulados a participar e denunciar como “vigias”, pois, ao fazer isso, estarão contribuindo para o progresso econômico da nação, ao mesmo tempo em que centralizando os esforços para a promoção da suposta

³¹ Muito embora esse momento do texto possua grandes potencialidades, os desenhos de resistência não são propriamente o nosso objeto de estudo. Isso não significa que essa reflexão sobre resistência via desenhos seja secundária. Longe disso, os desenhos de resistência registram importantes movimentos de recusa na cidade contemporânea.

segurança. Estamos, nesse contexto, muito além da vigilância disciplinar e do seu caráter arbitrário, exercido pela violência do olhar oculto. Isso porque, na cidade contemporânea, o sujeito é inserido como cidadão-consumidor, concebido agora como peça útil e cúmplice da lógica vigente.

A análise foucaultiana dos dispositivos disciplinares não se reduz ao efeito homogeneizante das práticas de controle. A aposta de Foucault (2013) não exclui a possibilidade de emanarem procedimentos de resistência, ou se preferirmos, práticas de anti-sujeição. A bem dizer, o indivíduo vê-se imerso em um campo de disputas onde tendências de homogeneização convivem conflituosamente com procedimentos de recusa. O indivíduo produzido pela disciplina procura modos de negá-la, de questioná-la, de subvertê-la. Sabe-se que esses procedimentos de recusa na perspectiva foucaultiana são controversos dentre os seus comentadores, mas a perspectiva assumida aqui concorda com os termos da seguinte passagem:

Esses pontos de resistência estão em toda a rede de poder (...) são, portanto, (relações) distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminaram-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes, provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento (FOUCAULT, 2006, p. 106 *Apud* ZIMMER, 2009, p. 49).

Desse modo, cumpre destacar que a resistência não é exterior ao poder, mas, antes, manifesta-se em níveis individuais e coletivos nos diversos espaços de alteridade. Isso significa que as micropolíticas de resistência extrapolam a dialética de dominantes e dominados, espelhando, ao revés, o fenômeno político como “guerra continuada por outros meios, uma guerra permanente” (PASSETTI, 2011, p. 51). Nessa guerra permanente, a resistência funciona como um mecanismo capaz de sacudir as formas fixas de sociabilidade, de ressaltar as contingências e o devir inexorável dos acontecimentos.

Por sua parte, Deleuze sustenta que o dispositivo está em toda parte e à disposição, a priori, de qualquer indivíduo que queira investir-lhe intenção e desejo. “Pertencemos a dispositivos e neles agimos” (DELEUZE, 1996, p. 92). Isso quer dizer que práticas de resistência, ou melhor, as linhas de fuga são plenamente possíveis e contingentes, mesmo porque o acontecimento está em todo canto, abarcando desde gestos silenciosos até ações mais contestatórias e subversivas.

Isso explica o fato de termos uma apropriação diversificada dos dispositivos de videovigilância: utilização de câmeras tanto para fins securitários quanto para fins violentos;

tanto para registrar situações de crime, quanto para potencializar quadros de segregação e exclusão social; tanto para fins comerciais quanto para fins imperialistas; tanto para flagrar cenas íntimas das pessoas, quanto para disciplinar o comportamento na escola. O mesmo cidadão que é vigiado e controlado, seja pelo Estado, pelas empresas, ou por seu vizinho, possui também a potência, mesmo que isso se dê em níveis mais molares, de exercer o controle e movimentar a disputa de forças como fluxos de resistência criativa (1992).

Contudo, não parece que Deleuze (1992; 1996), quando aduz sobre a potência de utilização dos dispositivos por todos os indivíduos, está defendendo que as democracias ocidentais tenham alcançado respeito pleno às diferenças e uma ética pela multiplicidade no conflito. Ou seja, o caráter descentralizado, multireferencial e multiforme dos dispositivos não fazem do controle algo democrático. Na verdade, nessas sociedades descritas por Deleuze “a democracia transforma-se em discurso de ordem, pretendendo interromper atuações contestadoras” (PASSETTI, 2011, p. 54) (...) “nada deve surpreender, tudo deve ser previsível, visível e exigir precauções” (p. 58).

Nesse sentido, essas sociedades de controle promovem incansáveis capturas procurando negar ou combater “fluxos libertários”³² que não possam ser identificados e classificados: ações e performances corporais diversas devem tornar-se conhecidas e visíveis, capazes de serem identificadas e classificadas, negando-se o anonimato³³, que constitui um importante exercício das liberdades e da pluralidade na cidade contemporânea. Para Haroche (2011), a lógica do controle se impõe como um conjunto de práticas cuja intenção é avaliar o inavaliável, aquilo que é imprevisível por definição. Para isso, torna-se preciso desenvolver sistemas de avaliação que possam operar sobre tudo e todos:

A sociedade foi conduzida a desenvolver ferramentas de avaliação; indiferente ao indivíduo em sua singularidade, a avaliação tende, ao mesmo tempo, a individualizá-lo e controlá-lo incessantemente e a diferenciá-lo e homogeneizá-lo cada vez mais (HAROCHE, 2011, p. 661).

Com essas palavras, evidencia-se que o controle contemporâneo pode funcionar como obstáculo político em termos de negação da ação espontânea ou reação inusitada. Não obstante, o contragolpe da multiplicidade flexibiliza o efeito totalizante do controle, ampliando o ângulo do olhar para além do fatalismo e do determinismo. É justamente isso que sugerem os desenhos de resistências, na discussão a seguir.

³² Tal noção encontra-se em Passetti (2011).

³³ Ver interessante reflexão de Bruno (2010, p. 211-220).

3.1 Desenhos de resistência na cidade da videovigilância

O desenho pensado nessa parte do trabalho inscreve-se na cidade como potência política de resistência. Trabalhar essa outra perspectiva é importante na medida em que as sociedades atuais nos colocam diante “de uma profusão de fluxos anuladores de resistências, às vezes invisíveis, e em velocidades estonteantes” (PASSETTI, 2011, p. 54). A noção de resistência, tomada no sentido deleuziano de criação (DELEUZE, 1992), me parece extremamente oportuna para o pensamento político contemporâneo, inclusive como forma de reafirmar que a pulsação e trânsito do sujeito contemporâneo não cabem em categorias fixas e estáveis, pré-determinadas e supostamente iluminadas por forças metafísicas (WILLIAMS, 2012).

Através de vários desenhos produzidos nos muros pode-se entender como os sujeitos elaboram formas políticas de recusa à vigilância do ambiente urbano. Nessa pesquisa, o desenho é concebido como ação política, comparecendo como forma de afirmação da cidade enquanto campo plural, performático e contraditório, ainda que subsistam as tentativas de homogeneização e domesticação das culturas³⁴.

Por sua abertura e certa acessibilidade pela população, os desenhos nos muros passaram, nas últimas décadas, a ser espaço de vigilância pelos poderes instituídos (JAKOBSON, 1970; CAMPOS, 2007). Por conta do seu poderoso efeito comunicativo, o desenho foi reduzido à condição de mero vandalismo, quando não ato de contestação injustificada e desqualificação estética. Os desenhos, muitas vezes nômades e avessos ao capitalismo, foram negados enquanto expressões que envolvem subjetividades libertárias, descontinuidades eloqüentes e desassossegos no âmbito da cultura urbana.

Embora seja nos muros que os desenhos aqui trabalhados fixam-se como registro, o desenho constitui uma linguagem que incorpora os vários espaços da cidade, evocando-se “nas paredes, nos tectos, nas janelas, nas portas, nos caixotes de lixo, nas carruagens de metro ou de comboio, nos vidros e estofos de autocarros entre outros suportes inanimados, que povoam a geografia urbana” (CAMPOS, 2007, p. 253). Qualquer suporte físico dá condições para que o desenho se enraíze e desdobre seus efeitos variados: “qualquer suporte é, à partida legítimo, desde que cumpra o requisito fundamental: esteja no espaço público, independentemente do estatuto da propriedade, ao dispor de todos” (Ibidem, p. 253). Temos

³⁴ Ortega (2001) ajuda a perceber as confluências entre os pensamentos de Foucault, Arendt e Deleuze, defendendo que estes autores se distanciam de um pensamento do homogêneo, colocando, ao revés, a defesa de heterogeneidades conflitivas que seguem um devir incessante do fazer político.

aqui um primeiro atributo dos desenhos de resistência. Eles não circulam pelos espaços das galerias e das elites, mas habitam a efervescência conflitiva do ambiente urbano.

Como se sabe, existem discussões que questionam o quadro compositivo do desenho. Alguns debates postulam um conceito mais específico para o desenho, procurando dimensões mais limitadas para seu estudo e apreensão, como se o desenho não envolvesse rabiscos, letras, enunciados, intenções, militâncias, consciências e inconsciências; como se houvesse a possibilidade de reduzir o desenho a um campo de autoridades, circunscrito a profissionais qualificados e outros mais ou menos correlatos. Em nossa maneira de pensar, o desenho assume-se como linguagem “na qual o homem exprime suas ideias por meio de linhas, sombras e cores, do mesmo modo que as exprimem por meio de palavras e frases” (TRINCHÃO, 2008, p. 407).

Em seu sentido mais amplo, o desenho “é desregrado e transgressor, como tal, não comporta regras de composição às quais deva cega obediência” (CAMPOS, 2007, p. 257). O desenho é, por definição, um campo de investigação que não opõe palavra e imagem: as duas linguagens não são incompatíveis, como sugere certo pensamento exclusivista.

Conforme propomos aqui, os desenhos de resistência³⁵ confirmam um conjunto de ações, ainda que pontuais, em que se observa um procedimento de recusa à lógica de controle que aprisiona a cidade contemporânea (DELEUZE, 1992; VIRILIO, 1993). Esses desenhos vêm surgindo em várias cidades brasileiras, demarcando processos criativos de negação aos dispositivos da videovigilância.

Os dois primeiros desenhos de resistência fazem uma apropriação subversiva da expressão “sorria, você está sendo filmado”. Vejamos a seguir:

³⁵Poderíamos chamar de Pichação ou de Grafite, embora não seja nossa intenção confundir as duas práticas. Conforme indica Jakobson (1970), elas podem envolver sentidos, intencionalidades e efeitos políticos e estéticos diferentes. Decerto que a pichação é uma prática que parece envolver um potencial anárquico maior que o grafite, porque gera um efeito transgressor e até mesmo agressivo. Contudo, os limites entre o grafite e a pichação parecem não estar plenamente postos, pois, como notou Ferreira (2007) em sua pesquisa de campo: “com diversos depoimentos e entrevistas, os grafiteiros classificam a pichação como uma manifestação, um estilo no interior do próprio graffiti” (FERREIRA, 2007, p. 57). Nossa intenção, aqui, é discutir o efeito político dos desenhos.



Figura 4: “Sorria, mesmo sem estar sendo filmado”

Fonte: <http://olheosmuros.tumblr.com/>



Figura 5: “Não sorria por isso”

Fonte: <http://olheosmuros.tumblr.com/>

De forma comum, os desenhos das figuras 4 e 5 sugerem duas maneiras de recusa ao controle exercido por câmeras de vigilância nas cidades. No contexto das duas produções

visuais, a recusa possui o sentido de que falara Bartleby, quando propõe o “*poder*” não *poder* sorrir (LISSOVSKI & BASTOS, 2010, p. 223). Nestas cidades da videovigilância, sorrir ou não sorrir torna-se secundário, já que o consentimento do cidadão importa menos que sua obediência e crença no dispositivo gerador de imagens. No “sorria, você está sendo filmado (SVSF³⁶), observa-se uma formação discursiva cujo efeito está atrelado a uma humanização da vigilância. Sobre isso, vejamos:

Um de seus efeitos é conferir “humanidade” à situação de vigilância – afinal, o sorriso é sabidamente um atributo exclusivo dos seres humanos, velado a máquinas e animais (...) O sorriso raramente acontece, mas a sua virtualidade nos induz a ainda acreditar que existiriam no mundo duas categorias distintas de pessoas – os vigilantes e os vigiados (...) Se podemos sorrir ou não sorrir diante desse comando travestido de gracejo, é-nos impossível “não sorrir” (isto é, mal conter o riso), assim como nos é vedado não poder deixar de rir (sardonicamente) (LISSOVSKY & BASTOS, 2010, 223).

A fala acima traz elementos importantes para a discussão. O primeiro é que a presença da videovigilância vem naturalizando-se nas cidades, a ponto do cidadão permanecer inerte frente ao potencial de controle do dispositivo. O segundo elemento sugere que ao cidadão é facultado sorrir ou não, mas desde que sua conduta não ultrapasse o fluxo de normalidade aceitável. O terceiro elemento é o caráter normativo do SVSF, já que ele descarta a possibilidade de “poder” não poder sorrir. A repreensão recai também sobre o riso demasiado e intermitente, já que debochar ou ironizar o dispositivo também pode ser perigoso.

Nos dois casos, das figuras 4 e 5, o SVSF não é tão simples e unívoco como pode parecer à primeira vista; por isso, torna-se preciso levá-lo à sério, identificando alguns desdobramentos da videovigilância em termos de proibição, limitação e obrigação. Em termos proibitivos, a vigilância visual pode fazer o agente pensar na provável sanção que seu desvio penal pode alavancar. O sujeito é estimulado a se comportar nos termos da lei, evidenciando-se as recompensas da esfera do permitido e os efeitos corrosivos da esfera do proibido. Em termos obrigacionais, a câmera pressupõe um dever de sorrir como uma espécie de contraprestação obrigacional do sujeito, pois a presença da câmera deve ser presumida como auxílio na promoção da segurança. Se o sorriso não é do seu agrado psicológico naquele momento, pelo menos que dissimule uma civilidade e se comporte de maneira desejável. Estabelece-se um jogo entre direitos e deveres: direito de segurança, dever de ser vigiado. Aqui, a segurança é assumida como palavra de ordem, a câmera como seu correlato. De outro modo, em termos de limitação, a câmera realiza um processo de medição da conduta que tem

³⁶ Utiliza-se essa sigla como referência à expressão “sorria, você está sendo filmado”.

ordem vigente como parâmetro. Nesses termos, o limite da ação encontra sua expressão ideal no comportamento normalizado, atento e em defesa da homogeneidade (FOUCAULT, 2013).

Podemos, então, observar que a formação discursiva do SVSF, especialmente o uso do verbo sorrir “pode estar antecipando e tentando suspender uma reação adversa por parte de quem está sendo filmado. Em verdade, o que realmente espera-se provocar não é um sorriso, mas sim um bom comportamento” (RODRIGUES, 2005, p. 6). Se essas falas tornam-se precisas, certamente é porque elas corroboram no sentido de que às câmeras ligam-se a processos disciplinares e de controle biopolítico, amplamente analisados por Michel Foucault (1998; 2013).

Em termos de resistência, o que se pode extrair das figuras 4 e 5? No “Sorria, mesmo sem estar sendo filmado”, o desenho de resistência desvela uma recusa suave ao dispositivo de vigilância. Essa recusa parece se dar na forma de ironia, onde possivelmente o agente, ao deparar-se com o imperativo do SVSF, atribui-lhe um sentido adverso, valendo-se de uma civilidade dissimulada (BHABHA, 1997). Desse modo, a crítica ao dispositivo envolve a sua afirmação como estratégia para melhor problematizar os seus usos e efeitos, muitas vezes ignorados e negligenciados pela população. Com isso, parece-me que o efeito desse desenho de resistência não é sugerir simplesmente que todos devem sorrir, independente da câmera, mas que o sorriso, enquanto justificativa da vigilância, traz consigo uma interessante ironia. Daí que se torna preciso rebater essa ironia com uma outra.

No caso do desenho de resistência da figura 5, temos um procedimento de negação explícita, mesmo que não simplista, do dispositivo de videovigilância. No imperativo “não sorria por isso”, faz-se pensar que a vigilância das câmeras possui efeitos ambivalentes em relação àqueles que são alegados. Por quais razões uma pessoa repudiaria a videovigilância? Arrisquemos alguns palpites. Primeiro podemos pensar que se o sorriso é privilégio dos humanos, não sorrir insere o sujeito numa zona nada desejável – uma zona grotesca de suspeição/exclusão. Nesse caso, o destinatário desse desenho de resistência permanece incerto, já que não se pode indicar um ator específico – Estado, empresas, instituições, agentes informais –, mas, isso não significa a ausência de uma perspectiva crítica sobre a vigilância. Para Christian Fuchs (2011), muitos estudos contemporâneos sobre vigilância são problemáticos pela ambivalência e amplitude com que tratam o tema. Argumenta-se que a maior parte das definições sobre vigilância preocupa-se em identificar seus efeitos positivos e negativos em mesmo nível categórico:

Se a vigilância é vista como um conceito todo abrangente, torna-se difícil perceber a diferença entre fenômenos da violência e de cuidado. O perigo da confluência teórica sobre a vigilância é que a violência e o cuidado não podem ser mais analiticamente separados porque ambos estão sempre, ao mesmo tempo, contidos no mesmo conceito de vigilância (FUCHS, 2011, p. 126).

Fuchs (2011) propõe pensar na vigilância como um conceito crítico, contexto em que a preocupação reside sobre os seus desdobramentos negativos, a exemplo do medo e da ameaça de violência. O conceito de vigilância aponta, nesse contexto, para um processo de “reunião de dados, sobre indivíduos ou grupos, que são usados para que o controle da disciplina de comportamentos possa ser exercida com base na ameaça de serem alvo de violência” (Idem, 124). Se isso procede, então, que sentidos se pode atribuir ao desenho de resistência da figura 5, à luz desse conceito de vigilância?

Um primeiro sentido é de natureza ética, pois o desenho postula que sorrir para a vigilância é o mesmo que ignorar o contexto antidemocrático onde são gerados seus efeitos assimétricos. Talvez até o agente – seja ele o desenhista ou o fotógrafo – já tenha sido vítima da vigilância, já que nesses Estados de controle tudo e todos podem ser inseridos em um quadro de violência real ou potencial. Ou, quem sabe, o sentido do desenho é acusar uma dimensão manipuladora associada aos dispositivos de videovigilância. Como diz Baudrillard (1990, p. 35):

A manipulação é uma tecnologia suave da violência através da chantagem. E a chantagem exerce-se sempre pela tomada de uma parcela do outro como refém, por um segredo, por um afecto, por um desejo, por um prazer, pelo seu sofrimento, pela sua morte – é com isso que jogamos na manipulação (que cobre todo o campo psicológico); é a nossa maneira de fazer surgir, por solicitação forçada, um pedido equivalente ao nosso.

No horizonte dessa questão deve ser reconhecido que manipular é conduzir, direcionar traços dispersos e sobrepostos ao ideal de linha, em movimento linear e uniforme. No caso da videovigilância, a manipulação parece envolver uma corrida desenfreada para aquilo que deve ser, esgotando-se o potencial crítico diante da crença inabalável na imagem. É como se a “verdade” criada pela imagem incorre-se em uma espécie de substituição do dissenso em nossa *democracia adiada*. Se somos todos reféns, dentro de uma lógica do medo e da violência, a chantagem estabelece-se como uma positividade, como aquilo que garante a *salvação da humanidade*, logo, o resgate da ordem vigente. Dessa maneira, em “não sorria por isso”, a crítica situa o problema da videovigilância como um imperativo que se aproveita

da impossibilidade de escolhas, já que supostamente a “verdade” está dada e deve ser contemplada. O desenho da fig. 5 possui, ainda, natureza pedagógica, ensinando a desconfiar das verdades supostamente absolutas e universais que justificam as práticas de controle.

Por sua parte, o desenho da fig. 6 estende a crítica ao dispositivo de vigilância, alertando sobre o controle difuso nas relações de poder contemporâneas.



Figura 6: “Tem sempre alguém de olho no vigia”

Fonte: <http://olheosmuros.tumblr.com/>

A naturalização do “tem sempre alguém de olho no vigia” remete diretamente ao caráter tecnológico e descentralizado da vigilância atual. Conforme indicou Bogard (2006), a vigilância e o controle contemporâneos são menos sujeitos a restrições espaciais, não obedecem a uma lógica geométrica fechada de enclausuramento e disciplina, tendo em vista que o poder se tornou inteiramente biopolítico e sendo assim ele é “expresso como um controle que se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população – e ao mesmo tempo através da totalidade das relações sociais” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 43-44).

No caso do desenho em questão, recupera-se a discussão dos desenhos anteriores sobre a relação entre cidade e política, frente ao fenômeno da videovigilância. Primeiro cabe perguntar: os reordenamentos contemporâneos, que colocam os vigiados na condição de vigias, produzem, com isso, uma forma de democracia? Se fosse questionada, Arendt (2009) diria que não, que se trata de coisas bem distintas. O poder de vigiar não exime o vigilante da violência estrutural da vigilância. Contudo, ao invés de tão somente fragilizado pela condição

de vigiado, pode-se assumir a posição de vigilante e investir um contragolpe em desfavor de outrem. Nesse cenário de jogos de poder, quanto mais se expandem as formas e sujeitos da vigilância, menos prováveis se tornam as chances de experimentar um regime democrático.

“Na cidade que controla e que é controlada³⁷”, o desenho da figura 6 elabora uma espécie de rebatimento ao caráter de suspeição conferido potencialmente a todos os sujeitos, sejam eles criminosos ou não. O fato de quem vigia ser também vigiado reflete de certa maneira a própria analítica do poder como relação do qual nos falou Foucault (2013). Na esteira das pesquisas de Nietzsche, Foucault apostou em uma analítica do poder que se exerce de forma difusa; um poder que, dada a complexidade das relações sociais, tem sentido de repressão, mas e, sobretudo, produção – produção de saberes, práticas e técnicas. Ao circular por vias diversas, o poder permite um devir incessante dos sujeitos e das características das cidades.

O desenho da fig. 6 faz pensar que a gravação da videovigilância aponta para um tipo de lógica social. Para aqueles que filmam, os objetivos são de controle social e policiamento. Para os que estão sendo filmados, no entanto, os efeitos assumem sentidos ambivalentes. Dependendo de quem é flagrado pelas câmeras, os efeitos podem ser considerados positivos ou negativos. A depender do registro da imagem, a videovigilância tanto pode desdobrar um serviço público, quanto acusar um abuso dos indivíduos ou das instituições que a empregam.

Como se nota no desenho em questão, há dois sujeitos em relação extremamente conflituosa: de um lado, um sujeito fardado, com arma na mão e capacete, exercendo coerção sobre um outro, coberto por uma lona. Esse segundo sujeito, em posição subalterna, aguarda um desfecho violento direcionado por seu interlocutor. Como sugere a imagem, a intenção do sujeito fardado, certamente um policial, não é simplesmente de prender o suposto desviante, pois, se assim fosse, qual o objetivo de se encapsular a criatura?

Mesmo com o risco de especulações, pode-se ressaltar que as práticas de videovigilância não são entendidas nos termos de algo essencialmente bom ou ruim, positivo ou negativo – os usos podem atender a finalidades diversas, inclusive para fiscalizar a atividade policial. É na observação de cada efeito, que constitui um fragmento da realidade mais ampla, que se pode avaliar as conseqüências previsíveis ou inesperadas atreladas ao dispositivo. No presente caso, o uso da videovigilância funciona como instrumento de limitação do poder estatal, podendo, por outro lado, a imagem social registrada ser utilizada como prova em um processo judicial.

³⁷ Ver o trabalho de Rosa Moura (2006).

Fica colocado aqui que esse desenho reflete a amplitude e complexidade do conceito de vigilância na contemporaneidade. Pensar a videovigilância à luz da análise do poder foucaultiana é abrir margem para esquemas de vigilância mais descentralizados e difusos, o que explicaria também a extensão das câmeras para além dos espaços fechados e, portanto, chegando às tecnologias de informação e comunicação na rede (TICS) e vigilância no campo do consumo. Em cada um desses contextos, há de se confrontar com efeitos tanto conhecidos quanto inéditos sobre a eficiência do poder que se exerce em imagem.

Já o desenho da fig. 7, demarca uma recusa mais agressiva:



Figura 7: Aniquilando o sistema

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=516995741671032&set=pb.249780145059261.-2207520000.1368115444.&type=3&theater>

Parece-me irônico e curioso que o desenho da figura acima ganhe expressão no Facebook, uma rede de vigilância digital bastante popularizada e desejada na atualidade. Porém, isso é possível de compreender na medida em que a resistência não tende a se dar fora do controle, mas dentro dele (HARDT & NEGRI, 2006). O desenho da figura 7 é bem interessante porque, nesse caso, demonstra-se o sentido dinâmico das relações de poder no tocante as práticas de vigilância no contemporâneo. Dois dispositivos diferentes, o Facebook e a videovigilância, operando de forma complementar: o desenho evidencia que o primeiro

dispositivo serviu de espaço potencial para uma negação do segundo. Se os desenhos das figuras anteriores expõem uma resistência mais suave, o desenho da figura atual propõe uma subversão mais radical das forças de controle.

No entanto, o “poder do não” que essa figura quer indicar pode ser reduzida, apressadamente, a mero ato de vandalismo, supostamente simplista e injustificado. Por assim ser, o discurso moralizante do controle tende a enxergar esse tipo de ação como um mal eminente, talvez porque, nesse tipo de resistência, verificam-se alguns “conceitos” que questionam o projeto humanista, tais como: devir, transformação, trevas, profundidade, horizontalidade.

Para Melgaço (2010, p. 131):

Há certa resistência em se aceitar que a violência do outro pode ser, na verdade, uma contra-violência a uma violência maior. Os estadunidenses e os europeus, por exemplo, não conseguem perceber que têm responsabilidade nos ataques terroristas que sofreram. Os grandes fazendeiros brasileiros são incapazes de associar as ocupações do MST à histórica concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários.

Como se percebe, há uma tendência em se marginalizar complexos movimentos de recusa na cidade contemporânea, não sendo isso exclusividade do Brasil. Neste país, contudo, em se tratando de videovigilância, o mais impressionante é observar como boa parte da população vibra diante da exibição do indesejável flagrado pela câmera. Isso pode ser ainda mais interessante quando o “marginal” faz graça diante do dispositivo, mesmo depois do cometimento do crime. Nesse espaço, as causas e origens da violência cedem à preocupação com os efeitos mais aparentes. É menos custoso governar os efeitos.

“O marginal é, assim, socialmente produzido” (MELGAÇO, 2010, p. 131), assumindo a imagem daquilo que é ruim e corrupto por natureza. Desse modo, quando se investe na aniquilação do sistema de câmeras, assume-se o risco de ser avaliado segundo os priores parâmetros: quebrar a câmera, fazer cessar o seu objetivo e sentido, faz do suspeito criminoso, capaz de qualquer prática de crime, inimigo, portanto, da almejada segurança. Quando o outro é eliminado, a sociedade experimenta um gozo coletivo (ZIZEK & DALY, 2006) que enxerga sua eliminação como o caminho mais fácil, mesmo que contraditoriamente, para exercer uma política democrática de forma aproximada àquelas das potências européias. Por isso, todos são estimulados a participar e denunciar os suspeitos, pois, ao fazê-lo, todos ganharão, mesmo que diante da chacina de alguns.

O desenho da fig. 7, assim como os anteriores, revela-se como procedimentos de recusa – inúteis e indóceis – onde o sentido é estabelecer “uma relação consigo que nos permita resistir, furtar-nos, fazer a vida ou a morte voltarem-se contra o poder.” (DELEUZE, 1992, p.123).

4 PRÁTICAS DE VIDEOVIGILÂNCIA E SEGURANÇA NA UFBA: O CAMPUS DE ONDINA

4.1 Procedimentos metodológicos na pesquisa de campo

Esta dissertação se debruça sobre as práticas de videovigilância e sua inscrição na cidade contemporânea, pensando a questão em dois planos: enquanto dispositivo que atualiza novas formas de poder, e assim, compondo uma maquinaria importante daquilo que Deleuze (1992) chamou de sociedades de controle; por outro lado, do ponto de vista técnico, como um sistema televisual que envolve olhos eletrônicos e olhares humanos, ligando-se a um centro de controle, onde as imagens geradas pelas câmeras são policiadas e administradas.

As práticas de videovigilância são pensadas como dispositivos de poder que permitem um controle mais geral, que aqui poderíamos chamar, com Foucault (1988; 2000) de controle biopolítico da população. Como efeito decorrente desse dispositivo, a câmera de vigilância é instalada para disciplinar o comportamento de determinado sujeito ou grupo inscrito em um lócus de enunciação.

As pesquisas qualitativas emergem como um investimento laboral do pesquisador no sentido de levantar um conjunto variado de dados sobre o ambiente sociocultural. Esse conjunto de fontes inclui não só observações participantes e a aplicação de questionários, mas o uso de imagens, de reportagens veiculadas na mídia local, e por outro lado, o uso de documentos que reforcem a caracterização do local de pesquisa. Nesse contexto, as pesquisas qualitativas potencializam as dimensões objetivas e subjetivas da pesquisa, permitindo a descrição das características do tema do estudo e a rede de relações de poder contidas no contexto empírico escolhido. Para garantir a confidencialidade e sigilo das informações prestadas pelos informantes, conforme orientação do CEP, todos os participantes da pesquisa são denominados com pseudônimos.

A pesquisa foi realizada dentre o período que vai do mês de julho de 2013 e, estendendo-se até o mês de julho do presente ano de 2014. Porém, meu contato inicial com o local e com alguns sujeitos da pesquisa iniciou muito anteriormente, no final do ano de 2012, quando pude conversar com dois técnicos ligados à gestão do sistema. Naquela ocasião, acompanhado do orientador da pesquisa, nos foi permitido visualizar pela primeira vez a Central de Monitoramento (CEMON) da UFBA. Esse contato foi muito proveitoso, pois

evidenciou os desafios que seriam enfrentados para obter dados significativos e mergulhar nas práticas de vigilância e segurança exercidas na universidade.

É por isso que os trabalhos qualitativos demandam sensibilidade e persistência do pesquisador, exigindo uma observação e interpretação interdisciplinar dos dados captados. O envolvimento do pesquisador deve se dar no sentido de criar “intimidade” com os acontecimentos refletidos no campo de estudo; o desafio é fazer deste espaço um ambiente espontâneo para os entrelaces subjetivos, mas sem perder o foco construtivo do trabalho. Torna-se preciso um olhar de dentro e de perto, nos termos em que sustenta Magnani (2002).

Em se tratando de um ambiente institucional como a UFBA, as resistências por conta da burocracia tornam-se frequentes. No nosso caso, é necessário dizer que a resistência dos gestores existiu, mas sem chegar a um impedimento, por conta da formalidade e burocracia com que as questões pesquisadas são tratadas no referido contexto.

Nessa pesquisa, as práticas de videovigilância são pensadas a partir de dois pontos de vista. O primeiro refere-se à forma institucional como o sistema de vídeo é concebido para exercer o monitoramento na universidade. O segundo diz respeito às percepções e práticas do público universitário (usuários do serviço) em relação ao sistema implantado. A estratégia da pesquisa consiste em avaliar e confrontar o discurso daqueles que prestam o serviço de vigilância e segurança em meio à pluralidade de percepções do público universitário, de forma a refletir sobre o conjunto de forças que movimentam a rede de sociabilidades no seio do ambiente universitário.

O trabalho qualitativo realizado nessa pesquisa utiliza-se de algumas fontes da etnografia. A primeira e mais utilizada fonte são as entrevistas e a aplicação de questionários semi-estruturados. Ressalte-se que, do ponto de vista da população usuária do serviço, o público é visto de maneira ampla, quais sejam professores, alunos e técnicos administrativos, mas também usuários do campus sem vínculo formal com a universidade.

Inicialmente, o meu objetivo na pesquisa de campo foi responder à seguinte pergunta: como funciona e quais são as características do sistema de videovigilância e segurança na UFBA? Através das entrevistas, algumas gravadas e outras respondidas pelos informantes de forma escrita, foram fornecidas informações que permitiram uma descrição das características estruturais relacionadas ao fenômeno estudado.

Os questionários, previamente elaborados e aperfeiçoados ao passo que a pesquisa se desenvolvia, foram confeccionados com perguntas em linguagem acessível, sendo que alguns foram respondidos sob minha presença e outros não. Do ponto de vista dos gestores, a pesquisa evidencia as falas de quatro informantes principais, chamados nesse contexto de X,

Y, Z e W. Esses informantes relataram características, acontecimentos e suas percepções sobre o sistema implantado na UFBA. Temos, aqui, a reunião de dados coletados que refletem aspectos descritivos e de natureza qualitativa em relação ao serviço e ao sistema em funcionamento.

Ao mesmo tempo, a técnica da observação participante se deu cotidianamente em vários espaços da universidade, exceto no contexto da Cemon, onde as imagens do sistema são policiadas e administradas. Devido a uma “resistência” da COSEG, não se pôde observar a rotina dos operadores de vídeo, como estava inicialmente previsto no projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Por assim ser, não foi possível captura mais efetiva das redes de sociabilidade estabelecidas entre os operadores das câmeras, seus comportamentos mais espontâneos e atribuições rotineiras na sala de monitoramento. Tentando compensar essa limitação, depois de seguidos esforços de interlocução, entrevistei e apliquei questionários escritos com os operadores, tendo a Coordenação de Segurança como mediadora do processo. Os questionários denotam opiniões interessantes sobre o serviço e o sistema implantados, o que será discutido oportunamente.

Por outro lado, foi possível acompanhar o trabalho dos técnicos da empresa de instalação e manutenção técnica das câmeras – Grupo Estrela. Em três encontros, observei as práticas de instalação e manutenção de câmeras de vigilância, tendo contato com três operadores, que aqui são denominados como informantes A, B e C. A intenção, com isso, volta-se para o conhecimento de alguns afazeres diários desses informantes, fazendo emergir também suas percepções sobre o serviço de vigilância exercido de forma mais ampla na universidade. Além das conversas, realizei fotografias dos técnicos enquanto realizavam a manutenção das câmeras, o que também poderá ser visualizado mais a frente.

Outra fonte utilizada nessa pesquisa foi o registro de imagens, ou seja, fotografias retiradas em minhas idas a campo, bem como fornecidas pelos gestores e retiradas de sites locais. Esse tipo de fonte é importante na medida em que possibilita uma construção visual do estudo, reforçando a interação entre texto escrito e imagem, ou seja, superando a dicotomia tradicional entre as duas linguagens. A intenção foi constatar o modo as fotografias fortalecem as produções discursivas em torno das práticas de videovigilância na UFBA. Desse modo, o critério para a seleção das imagens é amplo, estendendo-se aos seguintes contextos: (I) espaços videovigiados; (II) registros de videovigilância; (III) cartazes da vigilância praticada; (IV) imagens de manifestações do público universitário; (V) Imagem de evento criminoso envolvendo a morte de um estudante em uma residência universitária.

A última fonte utilizada no trabalho constitui-se de documentos oficiais que orientam as práticas de videovigilância e segurança na universidade, quais sejam, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI- 2012/2016)³⁸ e o Plano de Segurança elaborado pela Coordenação de Segurança (COSEG/UFBA). Esse último documento nos foi fornecido pelo informante X, no encontro ocorrido no final do ano de 2012. Os dois documentos consistem em fontes importantes, demonstrando, em nível objetivo, a forma institucional como a vigilância e a segurança são concebidas no ambiente universitário.

Dando seguimento à pesquisa foi colocado em ação o objetivo de pesquisar as percepções do público universitário em relação à videovigilância e a segurança praticadas na universidade. Era preciso confrontar as opiniões do público com o que poderíamos chamar aqui de “vigilantes”, quais sejam, administradores e técnicos do serviço e sistema de monitoramento.

Dessa forma, foram entrevistadas cerca de 30 pessoas entre os meses de janeiro e julho de 2014. Nas conversas e questionários aplicados com esses informantes, observei que a maior parte das percepções foram convergentes no sentido de conferir importância ao uso da videovigilância no ambiente institucional. Mesmo assim, as opiniões foram variadas e conseguiram trazer elementos diferentes para o quadro de reflexão que será apresentado logo mais. Do universo das 30 pessoas entrevistadas, foram capturadas algumas falas consideradas mais expressivas, sobretudo as que refletem contradições, fragilidades, curiosidades e resistências em relação ao sistema e o comportamento das pessoas diante das câmeras.

4.2 O local da pesquisa

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) encontra suas raízes históricas iniciais no ano de 1808, quando o primeiro curso superior foi estabelecido em terras brasileiras. No decorrer do tempo, criaram-se outras faculdades para abrigar novos cursos, que se distribuíram em diversos bairros da cidade do Salvador, sendo independentes umas em relação às outras.

Por força do Decreto nº 9.155, no dia 8 de abril de 1946, as diferentes faculdades anteriormente isoladas foram articuladas em torno de uma afinidade comum, em decorrência da criação de uma política geral que conectou todos os estabelecimentos

³⁸ Disponível no site da UFBA, ver: https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16_0.pdf

universitários. A UFBA foi elevada à condição de universidade, constituindo-se em autarquia, com todos os privilégios que o sistema jurídico confere a esse tipo de instituição pública³⁹. Atualmente, a UFBA oferece diversos cursos de graduação e pós-graduação nas diversas esferas do conhecimento científico, filosófico e artístico. Cerca de 30 unidades universitárias estão dispostas em Salvador e outros municípios. Em Salvador, a universidade se distribui em vários bairros da cidade: Federação, Canela, Graça, Piedade, Ondina e Pelourinho.

Nesta pesquisa, foi escolhido o campus de Ondina para focalizar espacialmente o presente estudo. A escolha se deu por dois motivos especiais: 1) O campus contém a maior quantidade de unidades universitárias e, portanto, acolhe a maior fração do público universitário da UFBA; 2) Nesse campus está localizada a central de monitoramento – Cemon, para onde as imagens geradas pelas câmeras são transmitidas e administradas em tempo contínuo.

O campus de Ondina é situado numa área central de Salvador, junto a uma avenida de grande circulação, Ademar de Barros, que une outras artérias de grande fluxo, tal como a Avenida Oceânica e a Garibaldi. Essa localização, que é um lugar de passagem de muitos fluxos da população soteropolitana, faz do campus de Ondina um espaço de intensas atividades.

³⁹ As informações utilizadas foram colhidas do Plano Diretor da UFBA (2012-2016), disponível no seguinte endereço: https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16_0.pdf

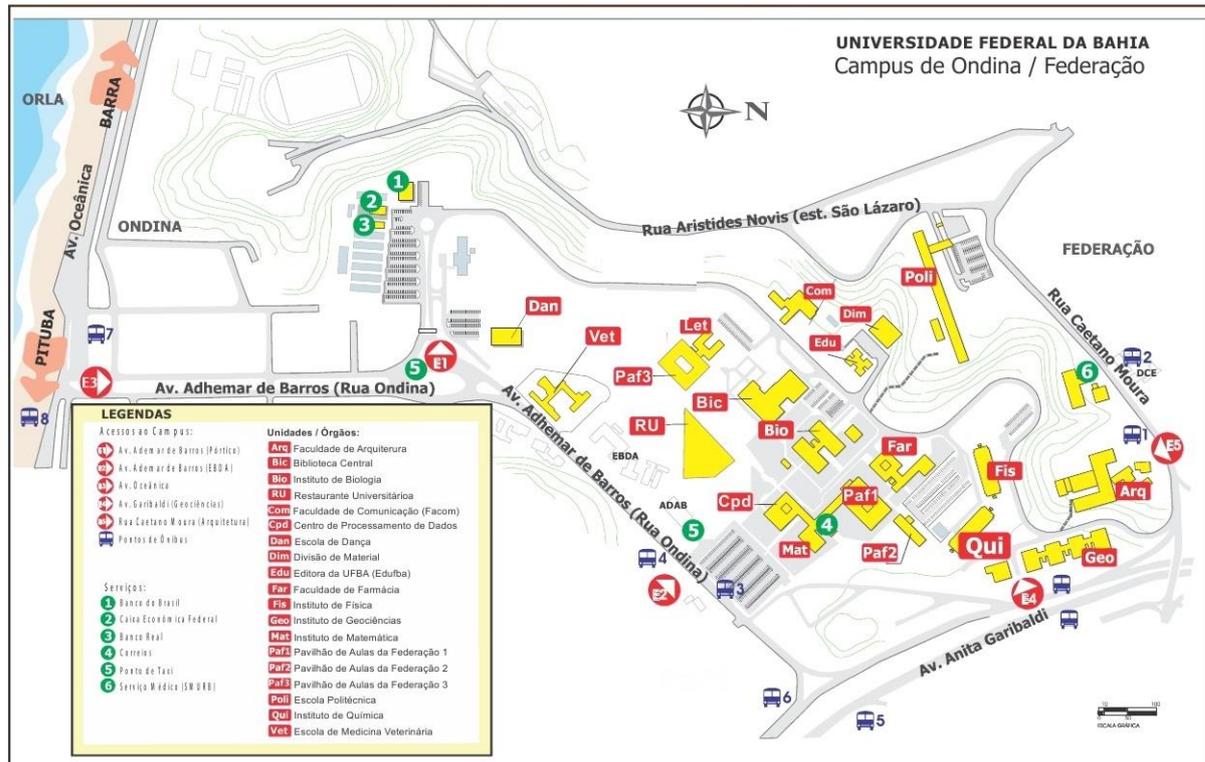


Figura 8: Mapa do Campus de Ondina - UFBA

Fonte - <http://www.escoladeveraog3.ufba.br/Mapa%20Campus%20UFBA.pdf>

O campus de Ondina tem sua área encravada numa zona próxima do centro da cidade do Salvador, que possui características peculiares, como se vê na Fig. 8. As unidades ficam dispersas numa área de aproximadamente 100 hectares que é acessada e cruzada por diversas vias. A entrada do campus, além da portaria central na Ademar de Barros, pode ser através de vários pontos, a exemplo da Federação – acessos pela Escola Politécnica, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Geociências. O entorno do campus envolve bairros populares como o Cababar, o Alto da Sereia e o Alto das Pombas.

No que concerne à vigilância e segurança do campus, a universidade realiza um trabalho conjunto que conecta vários atores e empresas, com competências e funções diversas, além de câmeras com capacidades diferentes, ligadas a um centro de controle. De modo geral, a Coseg (Coordenação de Segurança) é o órgão responsável por formular e executar os projetos e a política da segurança na universidade. A Coseg está localizada no espaço da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), próxima da Prefeitura universitária no campus de Ondina, realizando várias funções, tais como: administrar o serviço de segurança e videovigilância, indicar os espaços para instalação de câmeras, proceder junto a ocorrências de crimes e delitos, exercer atividades de polícia administrativa e de manutenção da ordem

universitária, realizar estudos sobre pontos estratégicos de maior ocorrência da violência, executando ações de forma ostensiva e preventiva na universidade. Também é função da Coseg a fiscalização e o controle das atividades desempenhadas pelas empresas terceirizadas.

A Coseg realiza o serviço de segurança e vigilância em conjunto com quatro empresas terceirizadas, todas contratadas mediante processo licitatório. Foi buscando enfrentar o cenário de violência que atinge a cidade do Salvador e, por efeito, o espaço da UFBA, que se elaborou uma estrutura que articula as seguintes empresas terceirizadas: 1) A MAP⁴⁰ é a empresa que fornece o serviço de vigilância armada, tanto a pé como de forma motorizada, contando com comunicação eletrônica móvel. Somente essa empresa conta com um quadro atual de 490 funcionários, de ambos os sexos, com idades variando entre 25 e 55 anos, trabalhando em turnos alternados por todos os espaços da universidade. Neste serviço, é permitido aos funcionários fazer uso de arma de fogo, devido ao treinamento e capacitação na área de segurança pública; 2) OBRASERV é a empresa que dispõe dos serviços portaria e recepção nos ambientes administrativos, contando atualmente com 360 funcionários; 3) A ESTRELA – Sistemas Eletrônicos⁴¹ é a empresa responsável pelo fornecimento, instalação e manutenção das câmeras de vigilância; 4) A REDE.COM⁴² é a empresa que realiza o serviço de monitoramento das câmeras, as quais enviam imagens em tempo real para as telas de computadores instalados na Cemon. A empresa compõe-se de 12 operadores de vídeo, 5 homens e 7 mulheres, trabalhando em turnos alternados, realizando o policiamento visual 24 h por dia, durante todo o ano. Cada operador possui uma jornada de trabalho composta por “escalas 12 x 36” (doze horas de trabalho e trinta e seis horas de descanso).

Com o decorrer do tempo, as imagens registradas pelas câmeras são transferidas para HD's externos, onde são armazenadas anualmente. As imagens passam a compor um banco de dados, que pode ser acionado a depender do interesse da universidade e da população universitária.

4.3 Sistema de câmeras de vigilância da UFBA

O uso de câmeras de vigilância na UFBA, como estratégia na gestão da segurança, vem constituindo uma realidade crescente a partir do ano de 2003 (LEMONS & BALEEIRO, 2011, p. 147). Porém, nesse período, as câmeras estavam dispersas em pequenas quantidades e

⁴⁰ Ver: <http://www.grupomap.com.br/index.php/areas-de-atuacao/vigilancia-patrimonial>

⁴¹ Ver: <http://www.grupoestrela.com/empresas.php>

⁴² Ver: <http://www.redecom.com/home17/>

em locais mais específicos, a exemplo dos laboratórios, constituindo uma opção das unidades acadêmicas, que atuavam de forma autônoma na administração da vigilância e registros das imagens. Questionado sobre os primórdios da existência da videovigilância na universidade, disse o informante W, professor e gestor do alto escalão da UFBA:

“Essa questão do monitoramento eletrônico através de câmeras é algo recente na universidade, assim como é na sociedade brasileira como um todo. É algo dos últimos anos. E essas tecnologias foram incorporadas ao cotidiano da vida moderna por questões relacionadas à segurança; mas também para a divulgação de informações em tempo real dos acontecimentos. Na UFBA isso não é diferente” (Informante W).

Nos idos do ano de 2009, seguindo um contexto nacional onde as câmeras assumiram uma centralidade no tema do controle social (KANASHIRO, 2008), a universidade montou uma estrutura para prestar um serviço de videovigilância, de forma integrada e em rede, conectado câmeras com capacidades técnicas variadas a uma Central de monitoramento⁴³ (CEMON). A UFBA adotou estratégias visando conter o alto índice de violência na universidade: “além da presença de 350 seguranças em turnos alternados, foram licitadas 400 câmeras de vigilância, sob manutenção da empresa de segurança Selba” (LEMOS & BALEEIRO, 2011, p. 147)⁴⁴. As câmeras eram de pertença da empresa Selba e cabia à UFBA o pagamento pelo fornecimento, instalação e manutenção do sistema de câmeras. Dessa forma, a vigilância visual que no início era descentralizada, opcional e independente entre as unidades acadêmicas, passa a ser realizada de forma centralizada pela Selba junto a uma central de controle (Cemon), sendo este o local de trabalho dos operadores das câmeras de vigilância. Vale destacar que as câmeras foram implantadas na universidade, sem que houvesse uma consulta à população universitária sobre sua necessidade e possíveis efeitos, positivos ou negativos (LEMOS & BALEEIRO, 2011).

A empresa Selba realizou o serviço de vigilância visual por aproximadamente três anos e, na vigência do ano de 2012, o monitoramento foi licitado em favor da empresa atual, a REDE.COM. Durante o tempo em que realizou o serviço de videovigilância na universidade, a Selba anexou diversos cartazes que associam diretamente as noções de vigilância e segurança, como se pode visualizar na figura abaixo.

⁴³ Criada já no ano de 2007, segundo entrevista com informante Y.

⁴⁴ Trata-se de uma pesquisa de campo sobre as câmeras de vigilância na UFBA, ocorrida no ano de 2010: foi possível notar, durante o tempo da pesquisa, “que há 220 câmeras em operação em toda a UFBA, e mais 47 instaladas ainda a serem implantadas (setembro de 2010)” (LEMOS & BALEEIRO, 2011, p. 147).



Figura 9: Cartaz da Selba anexado na Biblioteca Central

Fonte: Do autor

Diferente do sentido do “sorria, você está sendo filmado”⁴⁵, o enunciado da fig. 9 remete a um discurso que procura justificar a presença das câmeras, antevendo que possíveis desconfortos da filmagem tornam-se secundários, pois a manutenção da segurança é caso de “força maior”.

O implícito que aí opera é que a instituição admite que invade a privacidade alheia ao filmar continuamente os corpos nos espaços, mas por motivos “de força maior”, ou seja, para “manutenção da segurança” no local, o sujeito tem que abrir mão de um direito individual em prol de um bem maior, que seria a segurança de todos (RODRIGUES, 2005, p. 7).

A segurança de que trata o cartaz não é extensa a todas as pessoas, mas àquelas que não estão dispostas a destoar da lei, logo, temos uma promessa de segurança que passa pela disciplina do comportamento. O objetivo é similar ao “sorria, você está sendo filmado”, pois, em ambos, verifica-se modalidades instrumentais do poder à serviço do comportamento disciplinado – dócil e normalizado.

A mensagem que acompanha o cartaz: “para a sua segurança, você está sendo filmado”, mostra que a instalação das câmeras de vídeo por si só não é suficiente, é preciso tornar a videovigilância praticada algo de conhecimento de todos. É preciso “fazer perceber-se vigiado” (BOTELLO, 2010, p. 28) como estratégia de buscar uma maior eficácia do sistema e, com isso, gerar um sentimento de segurança. A imagem acima reforça o discurso

⁴⁵ Ver nossa discussão sobre os desenhos de resistência.

do informante X, durante uma entrevista realizada no início de 2014: “A universidade precisa investir em câmeras. Além de ajudar na segurança, as câmeras permitem uma redução do número de pessoas trabalhando” (Informante X). Nesse caso, é possível observar uma percepção mais otimista em relação à videovigilância praticada, apologizando-se sua expansão e, inclusive, a substituição de pessoas por câmeras para atender a demanda por segurança na universidade.

Pode-se dizer que a empresa Rede.com, que realiza o serviço de videovigilância atualmente, possui uma lógica de funcionamento similar à Selba, obedecendo, nos dois casos, ao que está disposto no projeto de segurança elaborado pela UFBA. O projeto observa uma meta de aquisição e funcionamento de 800 câmeras, sendo que atualmente o número existente em funcionamento é de 502 desses dispositivos. Na UFBA, o aumento no número desses dispositivos é seguido por uma ampliação no número de funcionários, já que é preciso contingente humano para controlar a quantidade expressiva de imagens geradas pelas câmeras.

De maneira alinhada ao enunciado da fig. 9, o informante X relata que “o investimento nas câmeras reflete o objetivo de proteger a comunidade acadêmica e assegurar o patrimônio da universidade”. O mesmo informante pondera que “a função da vigilância eletrônica é complementar ao trabalho realizado pela vigilância armada dos agentes”. E prossegue dizendo:

“É preciso que cada um faça sua parte, pois muitas vezes se pretende cobrir falhas administrativas com a instalação das câmeras, quando, nas unidades, ocorrem erros que poderiam ser evitados, como o apagamento equivocado das luzes e o não fechamento de portas e janelas” (Informante X).

Já do ponto de vista legal, a UFBA mostra-se preocupada com o processo de segurança da informação, conforme observa um item do PDI (2012-2016) da universidade. Vejamos uma das preocupações em termos de Tecnologias da Informação e da Comunicação:

IV - A importância e prioridade da segurança da informação, que deve ser protegida de forma a preservar sua integridade, sigilo e acessibilidade, uma vez que todo o conhecimento gerado é resultado da obtenção, armazenamento, processamento e divulgação de informações que estão em meio digital; (p. 65).

A *priori*, isso significa que as informações geradas pelas câmeras não possuem fim outro que não a satisfação do interesse público. Nesse contexto, surge a necessidade de que os operadores de vídeo sejam capacitados semestralmente, pois a função que executam envolve

práticas legais ou ilegais, morais ou imorais do público universitário. É o que nos relatou o informante Y, durante entrevista:

“Os operadores de vídeo são especializados na vigilância e capacitados semestralmente. Eles sabem o que podem ou não fazer, o que é certo e o que é errado. Na UFBA, eles só fazem o que é certo. Até mesmo porque estão sob nossa supervisão. A empresa de vídeo é subalterna em relação à Coseg” (Informante Y).

A fala acima reflete a hierarquia existente entre a empresa de videovigilância e a UFBA, mesmo porque a universidade possui responsabilidade jurídica objetiva pelo dano que seus agentes, terceirizados ou não, provocarem a terceiros. Se, por exemplo, a utilização de uma imagem desvia do objetivo securitário, como no caso de divulgação de imagens íntimas das pessoas, gera-se uma responsabilidade civil por dano moral, devendo a UFBA indenizar a vítima na esfera cível. A Constituição Federal brasileira de 1988 tutelou essa questão nos seguintes termos: Art. 5º. Inciso X: São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Por outro lado, pensando em um caso de violação à dignidade da pessoa humana, a UFBA poderia ingressar com ação regressiva em face da empresa terceirizada ou do outro agente que tenha praticado ato lesivo com culpa exclusiva.

A questão dos efeitos inesperados da videovigilância constitui um vetor profícuo de discussão, tal como notou Melgaço (2012). Nesse estudo sobre os efeitos das câmeras de vigilância em escolas de Campinas (SP), o autor percebeu que existem casos onde as câmeras podem desviar do objetivo inicial ao qual são propostas, fazendo emergir situação de violência, exemplificado com o caso onde imagens íntimas de alunos são vazadas do sistema. Embora na pesquisa não tenhamos identificado nenhum caso de uso inidôneo de imagens, a preocupação com a transparência e probidade do serviço deve existir e ser pauta de discussões. Isso porque, não se pode perder de vista que “todas as imagens visuais tem um potencial político inerente” (KOSKELA, 2010, p. 179). Logo, a fixação das câmeras deve ser orientada tendo por base os limites legais e éticos em relação ao “outro” observado, isso para que o uso desordenado da videovigilância não venha a constituir em abusos para a população universitária.

4.4 A Central de Monitoramento (Cemon)

A Cemon foi criada no ano de 2007, constituindo-se no maior investimento tecnológico em termos de política de segurança na UFBA. Em funcionamento desde 2009, a Cemon realiza o controle das câmeras existentes nos diversos campi da universidade, na capital e no interior do Estado. Durante entrevista no mês de junho de 2014, o informante Y relatou que a UFBA está equipada com 502 câmeras (todas em funcionamento), sendo que 400 pertencem à universidade e as 102 restantes são de propriedade da empresa Estrela, disponibilizadas à UFBA por meio de contrato de locação. Contudo, a meta prevista pela Coseg é que a UFBA chegue à aquisição de 800 câmeras até o ano de 2016.

Para se ter uma noção comparativa, atualmente a UFBA possui um número superior de câmeras em relação à Polícia Militar da Bahia (PM/BA), que conta com cerca de 310 desses dispositivos⁴⁶. Conforme o informante Y, “os serviços de monitoramento e manutenção do sistema rendem à universidade um gasto anual de R\$ 5. 490.437, 00 (cinco milhões, quatrocentos e noventa mil e quatrocentos e trinta e sete reais)”.

A Cemon está localizada no campus de Ondina, em proximidade com as agências bancárias contidas naquele espaço, funcionando em uma das salas do prédio da Pró-Reitoria de Administração (PROAD).



Figura 10: Pró-Reitoria de Administração (Proad) no Campus de Ondina

Fonte: Do autor

⁴⁶ O informante Y relatou que esse dado foi obtido através de uma pesquisa realizada pela Coseg no ano de 2013.

Por detrás dessa porta escura de vidro encontra-se uma recepção, realizando serviços de comunicação entre o público externo e os funcionários que trabalham direta ou indiretamente com serviços relacionados à administração universitária e a segurança. Em nossas visitas a esse espaço, percebemos que há um fluxo expressivo dos funcionários que trabalham na gestão da segurança e da vigilância. Notou-se também algumas curiosidades que mantêm ligação com os estudos de Foucault sobre o panóptico, remontando ao nosso capítulo teórico. Essa porta de vidro funciona como um dispositivo de “ver, sem ser visto”, em analogia à alegoria panóptica. Sobre isso, disse-nos o informante W: “como você pode ver, a estratégia da segurança observa os mínimos detalhes. É preciso nos precaver sempre”. Quem está dentro da sala consegue ver todos os movimentos das pessoas que se aproximam; por outro lado, o interlocutor do lado de “fora” não consegue visualizar o que ocorre na recepção.

No interior da recepção, há uma câmera IP filmando em um ângulo de 360° graus, registrando não só as pessoas que se dirigem à Proad, mas também a própria recepcionista. É o que mostra a figura a seguir:



Figura 11: Recepção da Proad/UFBA

Fonte: Do autor

A câmera IP que vemos na parte superior da imagem está posicionada de modo a focalizar em seu campo de filmagem toda a sala de recepção. Além desse dispositivo, existem câmeras nos corredores que podem ser acessados pelas duas portas laterais, em sentidos ambivalentes. Do mesmo modo, existem câmeras no interior da própria Cemon, gerando imagens dos operadores de vídeo e do ambiente de produção da videovigilância. Contudo, nas salas de outros funcionários e gestores da Coseg e da Proad, as câmeras não se fazem presentes.

Perguntei, via questionário escrito, dirigido a um operador de vídeo, o que acha de ter sua rotina também vigiada e registrada pelas câmeras. A resposta foi objetiva: “Não entendemos como sendo vigiados, mas como segurança”. Em mesmo questionamento, direcionado a outro operador, esse argumento é reforçado nos seguintes termos: “O trabalho executado dentro da Cemon não gera nenhum desconforto, pois envolve profissionais competentes tanto monitorando quanto supervisionando o serviço”. As duas respostas podem revelar que os conceitos de vigilância e segurança são entendidos como sinônimos, negando-se ou negligenciando-se suas dimensões e efeitos mais amplos. Isso nos fez pensar que há, nas duas percepções, certa mistura ou fusão entre as noções de disciplina e segurança, o que será discutido em momento oportuno posteriormente. Outra questão curiosa é que as respostas do questionário, respondido pelos operadores, foram antes de me ser entregues, passadas à Coseg para que pudesse avaliar o conteúdo das respostas indicadas pelos operadores.

Durante as conversas com os gestores, notei que existe uma preocupação com o que podem ou não falar, pois, segundo eles, existem informações que não podem ser divulgadas, de forma que comprometeria a eficácia do sistema. Talvez seja por isso que o acesso desta pesquisa foi muito evitado por alguns informantes, o que leva a pensar que a intenção institucional é que o sistema seja algo desconhecido e até certo ponto fechado, para que nada supostamente venha inferir contra o seu “bom funcionamento” e para que ninguém identifique as contradições e fragilidades do sistema e serviço realizados.

A questão da eficácia do sistema constitui um vetor importante de discussão, na medida em que, conforme constatou Lemos & Baleeiro (2011, p.), não existem pesquisas ou dados que comprovem nem a relação direta entre segurança e vigilância, muito menos o poder do sistema de videovigilância para combater a violência na UFBA. O que a referida pesquisa mostrou, contrariamente, é que a presença de câmeras associa-se a um sentimento de insegurança por parte da população universitária da UFBA. A discussão sobre a eficácia do sistema é bem importante e será discutida mais a frente. Voltemos ao processo descritivo.

A Cemon é composta por quatro computadores e quatorze televisores de LCD de grande dimensão, permitindo que as especialidades vigiadas possam ser observadas em maior ou menor grau de nitidez e clareza. Na sala de monitoramento não existem janelas, sendo a iluminação exercida de maneira artificial. É como mostram as duas figuras a seguir, com ângulos diferentes:



Figura 12: Sala de videomonitoramento
(Fornecida pela Coseg)

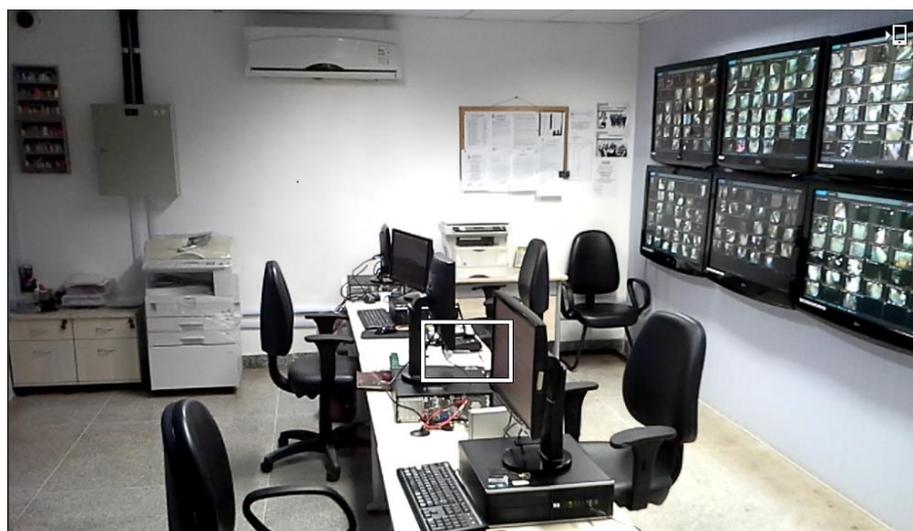


Figura 13: Sala de videomonitoramento
(Fornecida pela Coseg)

Neste ambiente que se vê acima trabalham equipes de quatro operadores por turno, executando serviços de registro em interlocução com a Coseg. Os operadores registram seus horários de chegada e saída em folha de ponto, e eventuais dificuldades técnicas do sistema em Livro de Ocorrência. Da mesma forma, qualquer acesso de pessoas à Cemon, sejam elas visitantes ou mesmo gestores, deve ser registrada e posteriormente inseridas em relatórios mensais. Comumente, os operadores de vídeo ficam sentados observando e escolhendo imagens na tela do computador, ao detectar alguma “anormalidade”, podem olhar

de modo mais preciso através da imagem ampliada transmitida na tela dos grandes televisores. É o que disse um operador de vídeo, durante uma conversa: “a gente presta bastante atenção nos fluxos e pontos estratégicos (acessos), para que nada passe despercebido, principalmente as situações de anormalidade” (Informante K). Após identificar-se um crime contra a pessoa ou o patrimônio, os operadores comunicam a Coseg que, por sua vez, procede com o seguinte trajeto: “o supervisor da Coseg vai até o local, isola a área, fotografa e aciona a Polícia para averiguar o ocorrido e fazer todo o trâmite legal. Fazemos registro de Boletim de Ocorrência⁴⁷ (BO) e Serviço de Registro de Ocorrência⁴⁸ (SRO)” (Informante Y).

Segundo o Plano de Segurança da UFBA, existe a demanda de construção de uma nova Cemon, com maiores capacidades em termos estruturais e técnicos, podendo abrigar mais pessoas trabalhando na observação das imagens. A criação de uma nova Cemon está dentre as demandas propostas no Plano de Segurança da UFBA: “Realizar estudos para a construção de uma nova Central de Monitoramento Eletrônico em Ondina: a instalação atual no prédio da PCU é inadequada” (p. 4). O informante X não concorda de todo com essa proposição, defendendo que “a Cemon não é inadequada, atende ao número de câmeras, hoje instalado. O sistema está sendo continuamente aperfeiçoado, incluindo o acesso às imagens através de senhas para os gestores da UFBA e a gravação nos servidores do STI⁴⁹”.

Em outra ocasião, questionei ao informante W sobre a existência de várias situações de violência na UFBA, mesmo com a existência de todo esse aparato técnico e contingente de pessoas trabalhando nas equipes de vigilância e segurança. Ele disse que a segurança na UFBA é patrimonial, mas que a universidade faz o possível para assegurar o bem estar do seu público. “Estima-se que o fluxo diário de pessoas na UFBA seja em torno de 50 mil pessoas. Assim, fica difícil impedir que uma situação de crime venha a ocorrer. Fazemos o possível” (Informante W). Por conta desses limites, o Plano de Segurança da UFBA traz outras demandas tecnológicas a serem aplicadas como proposta securitária: - “Introduzir nos próximos Editais para contratação dos serviços de segurança o controle eletrônico das rondas internas das unidades e de áreas externas dos campi” (p. 3). - “Implantar em unidades e setores da UFBA o controle e identificação de pessoas que acessam os prédios, através de

⁴⁷ Documento emitido pela Delegacia de Polícia.

⁴⁸ Sistema desenvolvido pelo “Centro de Processamento de Dados da UFBA (CPD) e a equipe da Coordenação de Segurança (PROAD/COSEG), o SRO foi criado para reunir uma base de dados com registro de eventos como furtos, roubos, violência sexual, crimes contra o patrimônio universitário ou privado, seqüestro, tentativa de homicídio, assassinato, lesão corporal e tráfico de entorpecentes, ocorridos nas áreas internas das unidades ou em seus entornos”. Informação disponível em: <https://www.ufba.br/noticias/sistema-de-registro-de-ocorr%C3%A2ncias-de-seguran%C3%A7a-%C3%A9-apresentado-na-ufba>

⁴⁹ STI – Sistema de Tecnologia da Informação.

crachás e carteiras de estudantes com tarja magnética, evoluindo para o controle através da biometria” (p. 3). Em entrevista sobre isso, o informante X relatou que questões como a biometria acabam gerando controvérsias entre os membros do Conselho Universitário (CONSUNI), pois alguns acreditam que essas medidas podem gerar ou aperfeiçoar efeitos de exclusão na universidade. Com isso, essas demandas existem formalmente, mas ainda não foram definitivamente implantadas.

4.5 Objetivos e espaços estratégicos (acessos)

Durante minhas conversas informais e entrevistas com os gestores e técnicos uma questão sempre me tocava: quais objetivos, para além da noção de segurança, podem ser associados ao serviço de videovigilância? Um operador de vídeo relatou o objetivo do seu trabalho nos seguintes termos: “O trabalho de monitoramento é considerado de fundamental importância no que tange principalmente a inibição de eventos envolvendo danos físicos, morais e éticos, contando com equipes qualificadas para atender de forma rápida e eficaz as demandas dos eventos ocorridos na UFBA”. Nessa fala, a percepção do agente revela que o objetivo maior do sistema de videovigilância é inibir determinadas práticas consideradas “indesejáveis” em diversos pontos de vista, dos crimes de grande porte aos menores, contra a pessoa ou o patrimônio, até situações de imoralidade e desvios éticos.

Com esse objetivo de “inibir”, de controlar o advento de comportamentos imprevisíveis e indesejáveis, a UFBA confere incisiva atenção vigilante aos espaços considerados mais estratégicos pela equipe de segurança. Tem-se, aqui, que o objetivo da videovigilância em relação ao “futuro” reflete-se na esperança de que a câmera possa evitar que práticas de crimes ocorram, ou seja, que ela seja capaz de introduzir uma sensação de vigilância no criminoso e que isso o leve a pensar duas vezes antes de cometer o desvio. Ou seja, espera-se que a câmera crie no criminoso um sentimento de que algum observador oculto olha por detrás dela, mesmo que o observador não esteja com olhares atentos. Em outras palavras, o sistema de vigilância visual funciona como um

“serviço continuado de manutenção preventiva do patrimônio público, dos agentes e da comunidade acadêmica, mediante monitoramento ininterrupto de locais previamente analisados, conforme o Plano de Segurança da UFBA” (Informante Y).

Dentre os espaços estratégicos, vale chamar atenção especial para os acessos. Um bom exemplo pode ser visualizado com o contexto da entrada oficial (principal) do Campus de Ondina, a qual garante acesso mediante observação dos guardas da MAP, da OBRASERV e das câmeras ligadas a fibras óticas. Em termos de videovigilância, podemos observar como ela se dispõe nesse contexto, contando com o exemplo da imagem a seguir:



Figura 14: Câmeras na entrada principal do Campus de Ondina

Fonte: Do autor

A partir de outro exemplo, podemos visualizar o uso de câmeras focalizando um acessotambém considerado pela Coseg como perigoso, cuja localização está em proximidade com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e com o Instituto de Geociências.



Figura 15: Câmeras no acesso ao Instituto de Geociências pela Av. Cardeal da Silva

Fonte: Do autor

Na imagem (Fig. 14), nota-se que a videovigilância estabelece um controle em dois planos, um mais geral e outro mais específico. Ao todo, existem sete câmeras na portaria principal do campus de Ondina, posicionadas em lados ambivalentes e posições contrárias. O sistema faz um acompanhamento mais geral dos fluxos, que é seguido de outro mais específico, que pretende focalizar não só o cidadão, mas também o veículo de locomoção, como forma de ampliar a quantidade de dados sobre os indivíduos e produtos que acessam o campus. Além das duas câmeras analógicas que se observa na figura 14, existem mais cinco instaladas nos envoltos da portaria da recepção do referido acesso.

Já na outra imagem (Fig. 15), mostra que o ponto de instalação das câmeras privilegia também a parte alta de postes de iluminação, em locais considerados estratégicos, que a Coseg julga pertinente. Observa-se, nesse exemplo, a existência de câmeras de dois tipos, tanto móvel (IP), na parte mais alta, quanto fixa, posicionada logo abaixo.

Nos dois casos, referente às duas imagens anteriores, a vigilância dos acessos é considerada estratégica pela questão lógica de controle dos fluxos e das atividades que movimentam não só as questões acadêmicas mais especificamente, mas também outras atividades, tais como a prestação de serviços de infra-estrutura, a utilização de postos

bancários e o comércio de produtos alimentícios. Para o Plano de Segurança da UFBA, a grande quantidade de acessos é problema a ser vencido: “A grande quantidade de acessos dificulta o trabalho das equipes de segurança e encarece os serviços” (p. 4).

Ao ingressar no Campus de Ondina, o indivíduo já está registrado no banco de dados do qual todas as imagens participam. Uma vez cometido o delito, e sendo registrada a sua conduta, a videovigilância cumpre o seu objetivo em relação à ação passada. A função da câmera em relação ao passado é considerada eficiente pelos gestores, sendo essa opinião corroborada com a dita pela Diretora da Unidade A: “Existem pedidos cada vez mais crescentes de registros das câmeras por parte de professores e alunos. Eles sabem que podem contar com as câmeras”.

O informante Y lembra que no início da instalação de câmeras na UFBA, algumas pessoas resistiam e criticavam, o que veio a inexistir com o decorrer do tempo: “se no início as câmeras eram criticadas, hoje são os próprios alunos que pedem mais delas, inclusive nas residências universitárias. As pessoas se sentem bem porque sabem que as câmeras estão ali registrando”. O mesmo informante prossegue em sua percepção: “A vigilância deixou de ser algo frio e passou a ser um auxílio na promoção da segurança pública”. Pensando com essas percepções, pode-se retirar que o objetivo das câmeras em relação ao passado é visto com bons olhos, pois o registro da câmera pode ajudar na identificação de um crime e do criminoso, aproximando-se da noção de satisfação do interesse público.

Desse modo, os registros das câmeras permitem a construção de um banco de dados que pode ser utilizado na investigação e identificação de criminosos pelo aparelho policial competente, podendo, inclusive, ser utilizados como prova em processos judiciais. Os registros das câmeras são armazenados anualmente e, posteriormente, transferidos para HD's externos, cedendo lugar para novos arquivos. Por conta desse volume de informações criado diariamente, surge a necessidade de que o sistema seja supervisionado periodicamente pela equipe técnica.

De outra forma, em relação à ação presente, espera-se que a videovigilância, através da identificação de uma atitude suspeita ou crime já em vias de ser cometimento, funcione como uma extensão dos olhos das equipes de segurança e vigilância, no sentido de impedir que o crime seja concluído com êxito do criminoso. O objetivo da câmera em relação ao presente também é visto como eficiente pela Coseg. O informante X deu um exemplo no qual a videovigilância impediu o desfecho de um crime: “Em 2012, houve um caso de simulação onde uma pessoa forjou um assalto para tentar retirar dinheiro dos seus pais. Através das câmeras conseguimos identificar e o crime impedido”.

Como podemos ver, as câmeras de vigilância respondem a objetivos passados, presentes e futuros. Pelas entrevistas realizadas, de modo geral, percebemos que as funções em relação ao passado e futuro são consideradas as mais eficazes. A comunidade da UFBA sabe que possui direitos em relação ao registro das imagens das ocorrências nas quais figurem como vítimas, ou ainda, nos casos em que existirem outros interesses diretos no registro. De outro modo, em relação ao futuro, a crença reside na presunção de que a câmera é capaz de impedir uma ocorrência violenta ao passo que induza no criminoso uma sensação de vigilância. A idéia é que, ao visualizar a existência da câmera, o criminoso se perceba inserido numa zona de suspeição capaz de cessar a pulsão de desestabilizar a conduta de crime.

4.6 Tipos de câmeras

As câmeras existentes na UFBA são de vários modelos, mas predominam dois tipos, as fixas e as móveis, e estão distribuídas nos vários espaços da universidade. Segundo o operador da Estrela, informante A, “a câmera fixa focaliza um contexto espacial específico com um ângulo de aproximadamente 200° graus. A câmera fixa, também chamada de analógica, cobre um ponto considerado estratégico pela equipe de segurança, por exemplo, os acessos e entradas de prédios. Um exemplo desse tipo de dispositivo pode ser observado na imagem a seguir:



Figura 16: Câmera instalada na parte lateral do Restaurante Universitário (RU)

Fonte: Do autor

Existem, contudo, câmeras mais sofisticadas do ponto de vista técnico, que superam o ângulo de olhar e registro em relação à que se vê na figura anterior. Trata-se da chamada câmera digital ou móvel, que filma um campo de 360° graus de forma horizontal e 90° graus de forma vertical (Informante A). Esse tipo de dispositivo possui capacidades de filmagem, registro e armazenamento muito superior àquele desempenhados pela câmera fixa, inclusive no tocante a capacidade de *zoom* e alcance lateral das paisagens.



Figura 17: Câmera IP instalada nas adjacências do Paf IV

Fonte: Do autor

Na UFBA, a câmera digital é a mais demandada atualmente, como destaca, em nível de exemplo, uma das ações propostas no projeto de segurança para a UFBA, que assim diz: “instalar câmeras do tipo speed dome ou superiores voltadas para os pontos de ônibus em frente às unidades, como implantadas recentemente na área do ICS e a FACED” (p. 4). No mercado da segurança, existem câmeras superiores às do tipo speed dome; câmeras que contam com sistemas de alarme embutidos em seu sistema de funcionamento, programadas para detectar situações de perigo e suspeição. Segundo o informante W, a tendência é que a UFBA, por meio de editais, vá se atualizando com o uso de equipamentos ainda mais eficazes, que garantam melhores condições de trabalho para o sistema.

A vigilância por câmeras está espalhada pelos vários ambientes da universidade, exceto no interior das salas de aula e banheiros. Instalam-se câmeras prioritariamente em locais de grande fluxo de pessoas, de entrada constante de veículos (acessos) e zonas que abrigam o patrimônio técnico e científico da universidade. Câmeras analógicas e dialógicas permitem o exercício do olhar para além do espaço interno da universidade, estendendo-se à espaços adjacentes da cidade do Salvador. Ou seja, o exercício da videovigilância não só ocorre de forma intra-muros, mas também em algumas áreas externas, sendo possível, portanto, a aproximação das imagens distantes graças a existência de uma tecnologia de visão ótica.

4.7 Pontos de instalação e registro da câmera

Os pontos de instalação das câmeras seguem critérios definidos pela Coseg, sendo que esse órgão realiza estudos e relatórios mensais sobre as ocorrências de atos criminosos e suspeitos na UFBA. Esse órgão supervisiona o serviço de instalação e manutenção técnica das câmeras sob responsabilidade da empresa Estrela, que lhe faz às vezes, embora a titularidade e responsabilidade perante o serviço sejam da UFBA, como relatamos em passagens anteriores.

Convém sinalizar que a videovigilância é implantada em pontos previamente analisados, mas isso não impede que a administração possa demandar câmeras em outros espaços por ela considerados problemáticos. Instalam-se câmeras no interior do espaço construído, nos seus arredores e diversos ângulos, mas também em áreas espacialmente abertas, destituídas de obstáculos, a exemplo da quadra de esportes do Campus de Ondina⁵⁰.

Um exemplo para perceber o processo de implantação da videovigilância pode ser observado com o caso do Pavilhão de Aulas da Federação 3 (PAF III). O prédio foi construído recentemente, concluído no início do ano de 2009, contando com câmeras em sua parte anexa, no ponto mais alto do espaço construído, o que possibilita um campo de filmagem dos fluxos de modo mais amplo, tal como destacado na figura a seguir:

⁵⁰Essa experiência será relatada em momento posterior.



Figura 18: Prédio do Paf III

Fonte: <http://www.ihac.ufba.br/>

No interior desse prédio, retratado na imagem acima, estão distribuídas treze câmeras, todas do tipo IP. No térreo existem quatro câmeras, ao passo que nos andares subsequentes estão instaladas mais três em cada pavimento. Essas câmeras que permitem a gravação dos eventos ao longo do dia, foram apontadas para os corredores e escadas que concentram os principais fluxos. As salas de aula e banheiros são excluídos do processo, pois se entende que são locais onde se pode causar um mal estar aos usuários. Segundo o Informante Y, “esses locais são íntimos e não se pode invadir o íntimo das pessoas. Por isso, não se instala câmeras”.

Na imagem a seguir, podemos ver, através da Planta do Paf III, como os pontos de instalação das câmeras investem uma captura dos fluxos espaciais principais, quais sejam os corredores e escadas.

PAF III

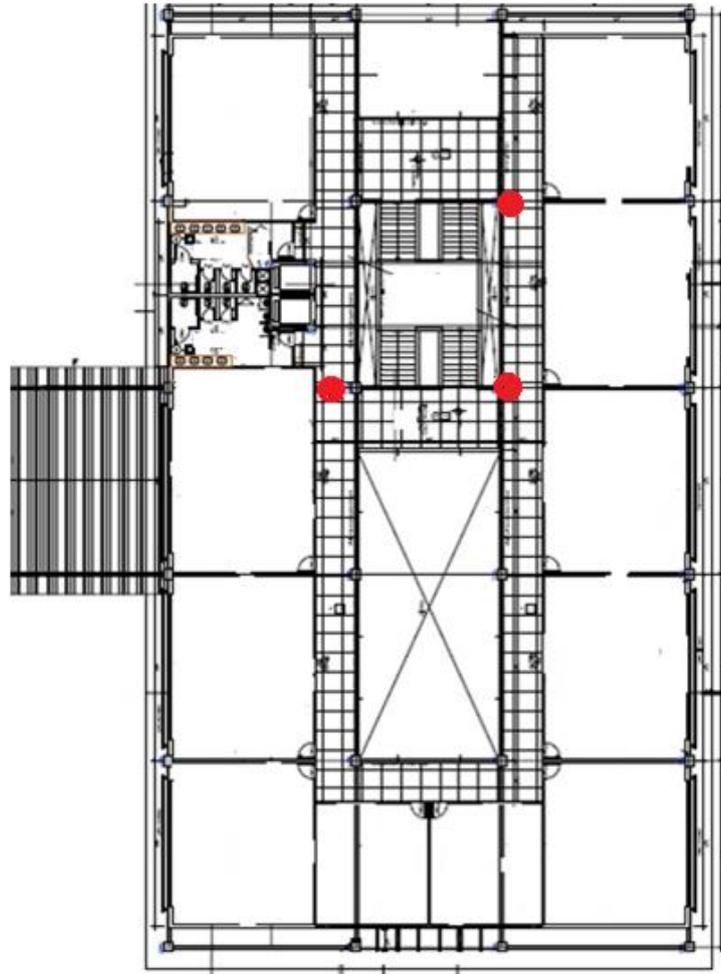


Figura 19: Localização das câmeras no 2º andar do PAF III

Fonte: Planta fornecida pela Prefeitura do Campus

Por outro lado, para se ter uma noção das imagens que essas câmeras produzem, vejamos a figura abaixo:

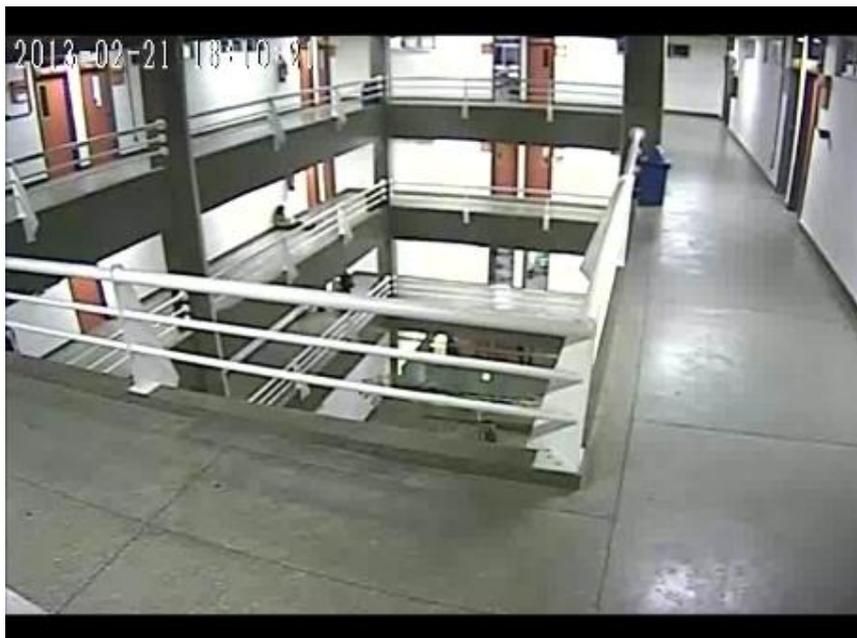


Figura 20: Imagem gerada por câmera de videovigilância do Paf III

Fonte: fornecida pela equipe técnica da Estrela

Nota-se, na figura precedente, que a câmera está localizada em uma posição estratégica, permitindo o olhar da videovigilância para quase 100% dos acessos às salas dessa parte do ambiente construído, mas também para parte das espacialidades referentes aos dois andares de baixo.

Poderia se questionar o fato de que a câmera IP, ao passo que realizando movimento giratório, desse margem para que uma ação dos sujeitos criminosos escapasse da mirada do dispositivo. Essa situação pode ocorrer a qualquer momento, como disse um técnico da Estrela: “Às vezes, quando a câmera gira, ela deixa de flagrar o instante do acontecimento” (Operador B). Se isso vier a ocorrer, a videovigilância perde eficácia em termos de registro dos eventos no campus.

4.8 Processos de instalação e manutenção das câmeras

Os primeiros contatos com os operadores da Estrela foram muito menos evitados, pensando comparativamente em relação aos outros informantes dessa pesquisa. Em sua maioria, os operadores desta empresa possuem formação em cursos técnicos de Eletrotécnica e Eletrônica, em instituições do Estado da Bahia. Esses operadores são capacitados para atuar junto à sistemas de informação, seja supervisionando imagens e, mais especificamente,

instalando, identificando e retificando possíveis funcionamentos irregulares das câmeras. No caso da UFBA, a licitação que regula a contratação dessa empresa não autoriza que seus funcionários realizem o serviço de videovigilância, o qual foi, como vimos, delegado à empresa Rede.com.

Logo no primeiro encontro, percebi a curiosidade dos técnicos sobre os sentidos da minha pesquisa. Um deles perguntou, em tom desafiador: “O que está te preocupando em relação às câmeras?”. De logo, veio a cabeça uma explicação mais teórica baseada em autores que estudam os perigos que rondam essas sociedades de controle, mas pensei melhor, rebatendo a pergunta com uma outra: “você acha que devemos nos preocupar com as câmeras?” Ele respondeu prontamente que não, pois o seu trabalho e o da câmera é de segurança para a própria população do campus. A resposta do operador parece estar alinhada com a proposta da empresa a que pertence, conforme procura demonstrar o próprio cartaz a seguir, anexado pela Estrela em vários espaços da universidade:



Figura 21: Cartaz do grupo Estrela

Fonte: Do autor

A noção de proteção, nesse contexto, sugere uma estreita relação com a questão da segurança. Essa forma discursiva remete àquela que evidenciamos em momentos anteriores, segundo a qual o operador da Cemon deixa claro que a vigilância não é negativa, pois ela sempre objetiva a segurança, daí a desnecessidade de se preocupar com a existência de câmeras no interior da sala de monitoramento. O enunciado da fig. 21 aponta para uma

garantia implícita de segurança, procurando provocar uma espécie de rasura no sentimento de medo e violência espalhados pela universidade. Nesse caso, o cartaz avisa ao usuário que ele não deve mais temer, pois está protegido pelos olhos eletrônicos. Tal como a Fig. 9, o enunciado da fig. 21 não deixa a população universitária esquecer que vive sob constante vigilância. Esses efeitos da vigilância poderão ser retomados em momento adiante, quando tratarmos das percepções e práticas do público universitário em relação às câmeras. Por enquanto, voltemos ao relato sobre a experiência junto a alguns operadores da Estrela.

Numa oportunidade especial, acompanhamos a manutenção técnica de uma câmera apontada para o centro de esportes do campus de Ondina. Na ocasião, dois operadores, aqui chamados de E e F, se dirigiram via automóvel ao local referido com o intuito de descobrir o suposto defeito e as causas correlatas ao mal funcionamento da câmera. Exatamente às 10:12 hs eles separaram as ferramentas necessárias para o serviço, alertando-me que o mesmo poderia ser demorado, já que o sol escaldante acaba por atrapalhar, às vezes, o desenvolvimento da tarefa. O operador E, munido de fita isolante, chave de fenda e alicate subiu a escada para ter acesso à câmera, enquanto o operador F observava junto a mim. O momento foi registrado, como mostra a próxima figura:



Figura 22: Manutenção técnica de câmera na quadra de esportes de Ondina

Fonte: Do autor

Por conta do peso da escada, o instrumento precisou ser manipulado mediante o uso da força conjunta dos dois operadores, o que mostra, desde já, o quanto é requerido o trabalho coletivo para a execução do serviço. Enquanto o operador E verificava a câmera, o operador F ligou o notebook com a intenção de realizar testes sobre a capacidade de funcionamento pleno do dispositivo. Esse operador explicou que naquele tipo de serviço a primeira atitude é observar se o defeito da câmera é de fácil solução ou não; sendo de fácil conserto, como um serviço de configuração, o operador pode realizar no mesmo momento, mas, em se tratando de defeito mais grave, a permanência da câmera pode acarretar em problemas maiores, tais como a queima do dispositivo ou prejuízos para o sistema. Nesse caso, o operador complementou dizendo que a intenção ligada ao acompanhamento das câmeras é evitar que a Estrela e a própria UFBA venham a sofrer prejuízos maiores, já que ambas possuem câmeras em funcionamento.

Na ocasião em tela, o técnico da Estrela utilizou um notebook para ingressar na rede da UFBA e, assim, pôde verificar se as imagens geradas por aquela câmera estavam em consonância com a qualidade exigida no processo de videomonitoramento. O uso do notebook é a técnica adequada, na medida em que através dele, após instalar a câmera, o operador pode visualizar se o dispositivo está cumprindo suas funções com as potencialidades que possui. A partir de um notebook, os operadores conseguem conectar-se ao sistema de controle em rede da universidade, disponibilizando, de forma imediata, uma ligação junto ao centro de controle – Cemon. Segundo relatou o Operador E, sobre isso: “Através de aparelhos chamados Switchs, podemos jogar a imagem da câmera na rede da UFBA. Com o notebook, a gente configura e conecta a câmera à rede da universidade. De imediato, as imagens podem ser observadas pelos operadores da Cemon”. No presente caso, diante da observação do aparelho e das imagens geradas por ele visualizadas no notebook, o operador constatou que a atitude mais razoável era a retirada da câmera, para que pudesse ser encaminhada para a manutenção técnica.

Em outro encontro, foi possível observar o processo de manutenção técnica de uma câmera analógica no Museu de Arte Sacra (MAS) da UFBA. Criado em 1957, esse museu abriga um cabedal artístico e cultural importante para a história nacional, constituindo um espaço de produção e registro de esculturas, pinturas e outras produções de grande relevância que refletem a matriz polissêmica de formação do Brasil⁵¹. Nesse encontro, dois operadores me apresentaram o museu, destacando a importância da videovigilância naquele espaço:

⁵¹Ver: <http://www.mas.ufba.br/>

“Aqui tem obras de muito valor econômico, precisam ser protegidas por causa da criminalidade” (Operador F). Notei que existem câmeras na recepção e nos corredores, algumas aparentemente com funcionamento irregular, o que foi confirmado pelo operador. Segundo ele, o serviço de manutenção é realizado privilegiando-se as demandas mais graves, ou seja, os locais mais perigosos tidos como prioridades.

A recepção do público dentro do Museu não demonstrou surpresas com nossa presença, o que significa que estão familiarizados com os serviços de videovigilância naquele espaço. Existiam pessoas produzindo arte com azulejos, outras acompanhando firmemente os movimentos do artista, garantindo ao local uma situação de ensino e aprendizagem. Chegamos ao primeiro andar, local onde a câmera deveria ser testada. O operador, de posse do conjunto de ferramentas, começou a analisar a câmera e as imagens que ela produzia pelo notebook, na busca pelo diagnóstico do problema. Depois de alguns testes, ele percebeu que o problema estava relacionado à fiação e cabo, solicitando que o outro operador fosse ao carro em busca de instrumentos novos. A retificação do dispositivo se deu de forma célere, o que permitiu gerar a seguinte imagem da portaria principal do MAS.

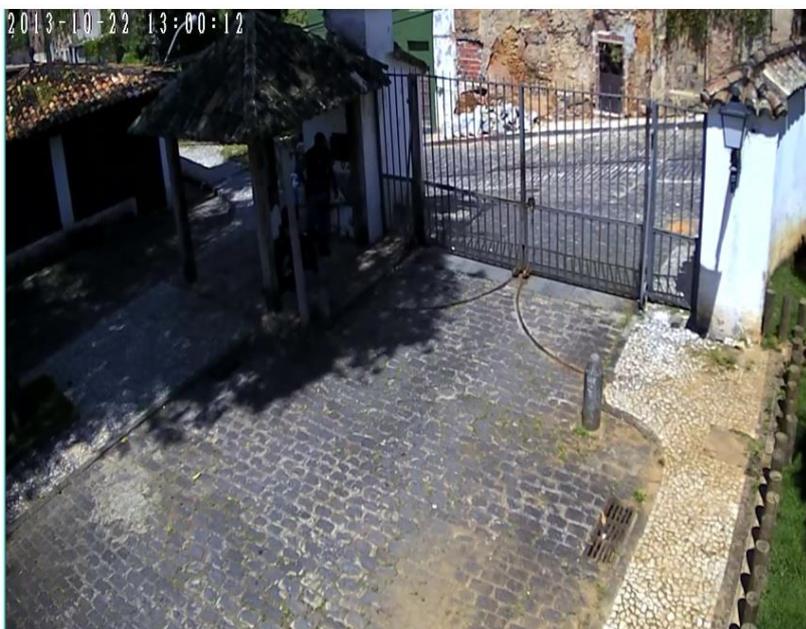


Figura 23: Câmera na entrada principal do MAS

Fonte: Fornecida pelo operador da Estrela

Inicialmente, vimos a filmagem da câmera através da tela do notebook, onde as imagens em movimento demonstraram o fluxo de entradas de pessoas e carros. Além dessa

câmera, pôde-se observar a presença do guarda em seu posto de trabalho, posicionado no lado esquerdo da imagem. O operador alertou que as práticas de videovigilância funcionam como um trabalho em parceria, de modo que a vigilância armada realizada pela empresa MAP torna o poder da imagem ainda mais significativo. Situação curiosa ocorreu quando o operador disparou em tom humorado: “com a câmera dá pra ver se o guarda tá dormindo em serviço”.

A câmera registra o acontecimento, podendo, em princípio, corroborar contra uma possível deficiência ou desvio no trabalho do guarda. Essa relação entre a videovigilância e a vigilância armada, no entanto, levanta questões ainda mais complexas para alguns trabalhadores. Por questões estratégicas, acho mais conveniente discuti-las em momento adiante, onde as reflexões críticas serão colocadas.

4.9 Percepções sobre a videovigilância na UFBA

A descrição até aqui procurou demonstrar características, dinâmicas e as percepções de gestores e técnicos em relação às práticas de videovigilância na UFBA. A intenção agora consiste em dar espaço à fala dos usuários em relação às práticas de vigilância e segurança, dando ênfase aos depoimentos que mantêm maior ligação com a revisão bibliográfica realizada.

Essa parte da pesquisa ocorreu através de entrevistas estruturadas e gravadas em áudio, com um público de 40 pessoas, de ambos os sexos, alunos, professores e funcionários administrativos. Desse universo plural de pessoas, foram selecionadas percepções que apontam para supostos efeitos positivos e negativos que mantêm relação com as práticas de videovigilância. O primeiro critério para a escolha do público a ser entrevistado foi de ordem espacial. Já que minha pesquisa focaliza o campus de Ondina, nada mais oportuno que entrevistar usuários cujas atividades se concentram nesse contexto.

O segundo critério é de ordem qualitativa, uma vez que diz respeito ao conteúdo das ideias registradas nas entrevistas. Foram selecionadas as falas onde os participantes se mostram curiosos, preocupados ou críticos em relação ao exercício da vigilância para segurança na universidade. O terceiro critério, decorrente do segundo, volta atenção para os principais temas evocados a partir do depoimento dos entrevistados, quais sejam: (I) Relação entre videovigilância e segurança; (II) Privacidade; (III) Resistência e comportamento em relação às câmeras; (IV) Ocorrências de crimes; (V) Eficácia da videovigilância. Esses temas

foram escolhidos por serem considerados os mais importantes diante da revisão da literatura consultada na pesquisa.

4.9.1 Videovigilância, Segurança e violência

O processo de investigação nos leva a entender que o discurso que orienta as práticas de videovigilância na UFBA baseia-se na retórica da segurança. A câmera é utilizada doravante como um mecanismo de racionalização do espaço universitário. Daí que as noções de racionalização e segurança, por sua vez, encontram-se interpenetradas no discurso institucional, tal como mostra uma das Diretrizes Institucionais do PDI/UFBA (2012-2016):

IX - Racionalizar, em conformidade com o plano diretor vigente, o uso do espaço físico e das instalações da universidade, assegurando condições de segurança, acessibilidade, tornando-os social e ambientalmente mais acolhedores (p. 20)

O discurso que associa videovigilância e segurança ultrapassa o documento legal transcrito na diretriz acima, refletindo-se nas falas dos vigilantes durante as conversas informais e entrevistas que tivemos. Nas várias situações de interlocução, sempre questionei aos participantes: podemos considerar a UFBA como um espaço seguro? A resposta, de pronto, foi positiva na maioria das vezes. Argumentavam que a segurança se oferecia graças à complexidade e organização do serviço e sistema em funcionamento. Ao mesmo tempo, alguns ressaltavam que o investimento com tecnologias de informação deve ser aperfeiçoado, devendo-se garantir a existência de outras tecnologias de registro e identificação, a exemplo da biometria. Quanto a isso, não existem opiniões consensuais. Para o Informante W, esse tipo de serviço é de difícil implantação devido à ampla quantidade de pessoas que acessam a universidade diariamente, e, por outro lado, por conta da inexistência de estudos que viabilizem a aprovação dessa medida no Conselho Universitário (Consuni). Acrescente-se a isso o imenso gasto financeiro necessário para a instalação e manutenção de um sistema de biometria na universidade.

De maneira geral, as entrevistas revelam que os “vigilantes” consideram a videovigilância um serviço fundamental para a segurança, acreditando-se que as câmeras não geram nenhum constrangimento para o público universitário. Para o Informante X, “as câmeras podem até causar algum desconforto, mas, atualmente, isto não é externado. As pessoas passaram a entender a sua utilidade”. Ainda sobre isso, fui interpelado por um técnico da empresa Estrela, durante uma conversa: “Por que haveriam de gerar constrangimento, se as

câmeras são para a própria segurança da população?” Mais do que um questionamento, a pergunta do operador exaltou uma percepção que não diferencia os conceitos de vigilância e segurança. É como se as duas noções, estivessem inseridas em zona de convergência tão íntima que o esforço de distinção tornar-se-ia desnecessário. É como se a busca por segurança suplantasse a discussão pública sobre as percepções e práticas do público universitário em relação às câmeras.

A fala do informante X, como já foi dada anteriormente, demonstrou um ponto de vista ainda mais otimista a respeito das práticas de vigilância visual: “Precisamos investir em câmeras de vigilância ... expandir o número de câmeras...”. Esse tipo de percepção pode sugerir que a câmera realiza um papel mais importante do que aquele desenvolvido pelos próprios indivíduos, ou que ela, por si só, seria instrumento mais eficiente na gestão das violências. Com isso, o discurso do informante confirma “uma idealização das câmeras, pois elas são vistas como algo não humano e, por isso, isento de intencionalidades” (MELGAÇO, 2010, p. 195).

Ainda nessa entrevista, o informante passou várias outras noções sobre o policiamento de imagens, dando alguns exemplos que aqui podem ser descritos: A) “Houve um caso de saíndinha bancária em 2012 que foi evitado pela ação direta do pessoal da vigilância eletrônica e da segurança”; B) “O caso cômico do cidadão que, não recordando onde estacionou seu carro, solicitou as imagens acreditando que o veículo tinha sido roubado”. O segundo caso é um exemplo de que o sistema de videovigilância extrapola o tema da segurança, permitindo um registro das situações mais inusitadas no campus.

Já na entrevista com o Informante W, professor e gestor do alto escalão da universidade, questionei se considera a UFBA como um campus seguro. Ele disse:

“Eu acho que sim. No espaço da UFBA, a segurança foi se aperfeiçoando ao longo dos anos. Mas, na minha opinião pessoal, isso não se deu tão somente pela instalação de câmeras. Eu acho que a segurança é uma coisa muito mais ampla do que somente se colocar câmeras ou vigilantes. A segurança primeiro está na percepção de que se trata de um ambiente seguro. As câmeras constituem tão somente um dos elementos do nosso programa de segurança. Uma questão que é fundamental para a segurança é o processo de urbanização do campus, em ações como manutenção das áreas verdes, calçadas, praças, áreas de convivência etc.”

Nesse caso, note-se que essa fala desvia um pouco da ideia da videovigilância como sinônima de segurança. Se, por um lado, deixa claro que a câmera sozinha é pouco eficiente na busca por segurança, por outro, faz pensar que ela é importante e deve ser empregada de

maneira integrada com outros serviços que envolvem práticas humanas, tecnologias e contextos espaciais. A fala acima aponta ainda que a segurança passa por uma inflexão subjetiva que não se reduz à implantação de câmeras ou agentes armados.

Enquanto autarquia federal, a visão institucional da segurança na UFBA é refletida na Constituição Federal de 1988, especialmente no seu Art. 144, que tutela o tema da segurança pública. Segue o dispositivo: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)”. Enquanto autarquia, a UFBA possui autonomia política e administrativa para realizar estudos técnicos e implantar, a partir do seu orçamento, as medidas consideradas cabíveis para a promoção da segurança e gestão das violências. Com sugere o referido Art. 144 da CF/1988, a segurança é elevada à condição de Direito Fundamental, constituindo um direito a ser garantido extensivamente a todas as pessoas, inadmitindo-se distinções socioculturais e de classe.

Elevada à condição de direito fundamental, a segurança assume uma centralidade nas discussões políticas da universidade. O mesmo não ocorre, porém, quando se trata dos meios tecnológicos utilizados como estratégia para a sua promoção. A maior parte das discussões é restrita à ampliação do serviço de videovigilância e à instalação de novas tecnologias, ainda mais inteligentes e autônomas em relação ao controle humano.

Uma entrevista com o diretor de unidade 1, instalada no campus de Ondina, revela bem o que está sendo aqui discutido:

“A comunidade quer as câmeras, pela questão da segurança. A biometria também é uma necessidade. Já defendi a necessidade de câmeras internas com um terminal passando as imagens. É um sistema que intimida, e cada aluno pode ajudar a identificar um criminoso ou suspeito (Diretor 1).

De logo, convém entender que a fala acima produz um espelhamento do caráter participativo da vigilância contemporânea. Em tempos de violência exacerbada, a vigilância torna-se um dever de todos e, nesse contexto, cada participante da população universitária é estimulado a participar como um “vigia”, pois, fazendo isso, complementar o trabalho de videovigilância para a suposta segurança. Enquanto vigilante, cabe ao cidadão primeiro cuidar do policiamento próprio, para que, com isso, tenha condições de avaliar o desvio moral e jurídico do seu interlocutor. Isso faz pensar em um contexto que muito se aproxima das palavras de Passeti (2004, s/p):

Convocado a participar, cada cidadão é intimado a denunciar, vigiar, defender bens e valores (...) É preciso policiar: com guardas armados, comunitários, programas de segurança nas periferias e nos computadores; policiar a si próprio para poder ascender, cuidar do outro para ele vir a ser incluído, proteger-se das balas e dos vícios, rejuvenescer. Recomenda-se policiar o próprio corpo porque na sociedade de controle exige-se jovialidade, sorriso, bem-vestir, polimento, o elogio ao outro como forma de prestígio obtido e reconhecido, nivelamentos trazendo cada outro para próximo de si, humanitariamente.

Acompanhando essa questão da vigilância participativa, tem-se outro problema levantado pela relação entre vigilância e segurança. Em momentos anteriores de descrição (ver tópico anterior sobre a Cemon) foi abordada a questão da “vigilância dos vigilantes”, contexto onde os operadores de videomonitoramento também estão sujeitos ao agenciamento do olhar por parte da Coseg/UFBA. Relembro uma frase de um operador sobre isso: “Não entendemos como vigilância, mas como segurança”. No caso da Cemon, é possível pensar que a existência da videovigilância indica um mecanismo de coerção extremamente leve que obriga à prestação de contas das ações passadas, presentes e futuras dos operadores (HAROCHE, 2011).

Nesse contexto, onde a câmera se torna uma espécie de fiscal do comportamento, gera-se um efeito coercitivo que produz vigilância e visibilidade, o que faz remontar inevitavelmente à analítica foucaultiana do poder disciplinar:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzem a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam (FOUCAULT, 2013, p. 165).

Objeto da vigilância disciplinar, o operador é imerso em um campo binário que atende às noções de permitido e proibido, quer saiba disso ou não, quer queira ou não. Com esse tipo de controle que visa o imprevisível – o inavaliável (HAROCHE, 2011), estabelece-se um sistema de avaliação que confere visibilidade como estratégia de exercício do poder. Ademais, é possível pensar com Foucault (2013, p. 172) que em cada relação de poder disciplinar instaura-se um mecanismo penal. “É passível de pena o campo indefinido do não conforme”. Devido ao caráter do serviço que realizam, os operadores de vídeo podem ser punidos caso usem imagens das pessoas com objetivos criminosos; por isso, devem saber e concordar com essa vigilância, tomada como sinônima da segurança em nossas cidades do medo e da desconfiança.

Nessas sociedades de controle, a questão da desconfiança torna-se transversal, influenciando os processos de produção das subjetividades no contemporâneo. Se considerarmos isso, o tratamento da vigilância e da segurança como sinônimas pode significar que a desconfiança constitui o preço a ser pago pela promessa de segurança. O problema é que numa democracia pluralista, marcada pela desconfiança e suspeição, o outro se torna presumidamente desviante, devendo ser inserido numa zona de subalternização que saiba lidar com o tipo de diferença que ele torna visível. Nas fronteiras, isso parece indicar um desvirtuamento do Estado Democrático de Direito, já que pelo menos no plano formal “a boa fé se presume e a má fé se comprova”.

Nesse cenário, se a busca por segurança passa pela desconfiança e suspeição, então podemos considerar que um princípio de violência está presente nesse contexto. A violência está relacionada com a produção da segurança enquanto efeito de práticas discriminatórias, se concordarmos que “toda câmera funciona dentro de um campo de poder e preconceito estruturado por marcadores visuais”. (MCGRATH, 2004, p. 22 *Apud* KOSKELA, 2010, p. 179). Por outro lado, a busca por segurança através do controle pode reforçar assimetrias, produzindo violência para uns, enquanto poder para outros. Muitas vezes, a violência da desconfiança reside em reduzir o outro ao universo das imagens e metáforas atribuídas às populações minoritárias, configurando um contexto onde a presunção de má fé do outro é suficiente e justificadora para domá-lo dentro do “politicamente correto”.

Em se tratando dos registros das imagens, a universidade cria diariamente um volume extenso de informações, exigindo um trabalho constante de inspeção e administração das imagens. Esse é um trabalho que exige responsabilidade e organização, exige também o olhar atento, sem dispersar com outras coisas alheias ao serviço, segundo o informante W. Perguntei a um operador quais seriam as coisas alheias que podem atrapalhar um serviço de videomonitoramento e, segundo ele, mínimas coisas, tais como: redes sociais na internet, celulares, entradas e saídas de pessoas na sala de monitoramento. Acrescentou que também o mal humor pode ser um obstáculo, pois a paciência é importante na prestação do serviço com qualidade. A disciplina exercida pela videovigilância nesse contexto assume a função de evitar as práticas de nomadismos – resistências que desviem o sentido produtivo e útil dos operadores.

Nas várias situações durante a pesquisa, a palavra segurança sempre foi central nos discursos dos vigilantes e dos vigiados. É como se a segurança tivesse se tornado uma palavra de ordem, segundo a qual faz-se necessário desejar e discutir, mas nunca criticar ou pensar sobre as ideologias e problemas que estão atrelados. É como se a paranóia securitária fosse

capaz de blindar qualquer capacidade crítica sobre o assunto. Mas, como asseverou Foucault (2013, p. 206) os nomadismos existem e são contingentes nos vários contextos da malha social, demonstrando os limites do discurso instituído pelo intermédio da crítica política.

Numa percepção mais crítica sobre o tema, disse-me um entrevistado, estudante de Letras:

“Ninguém sabe que tipo de ideologia a câmara está ali sustentando. A segurança é um discurso, um discurso padrão. Mas, por detrás desse discurso, tem muita coisa. A gente conhece esse discurso de segurança e sabe que ele também é normativo. A câmara vem para inibir, para que todos tenham o mesmo comportamento” (ACTANTE 1).

Em sentido contraposto, veja-se a percepção de outro entrevistado, ex-diretor de unidade no campus de Ondina:

“Acho que as câmeras influenciam positivamente, já que servem para evitar comportamentos prejudiciais a outras pessoas e à coletividade. Nunca deixei de fazer algo temendo o registro pelas câmeras. Nunca alterei o meu comportamento por causa de câmeras” (ACTANTE 2).

No caso do Actante 1, fica evidenciado um modo de pensar mais pessimista que acusa a segurança como discurso meramente retórico, alienado da realidade empírica. Faz pensar também no caráter normativo atrelado à busca por segurança, identificando uma lógica de homogeneização subjacente ao projeto de ambiente seguro. Dessa forma, para além da promessa por segurança, a videovigilância passa a interferir na subjetividade das pessoas, funcionando como um dispositivo de controle biopolítico que opera em níveis macro e micro, ao mesmo tempo. A fala do Actante 1 se aproxima muito dos estudos foucaultianos, valendo destacar uma passagem do texto “Em defesa da sociedade”:

Ora, durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo dela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está em outra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes (FOUCAULT, 2000, p. 288-289).

No segundo caso, do Actante 2, argumenta-se que o poder das câmeras pode evitar comportamentos desviantes de modo a impor uma espécie de moral para aqueles que pretendem insurgir contra a segurança. Ao mesmo tempo, o entrevistado demonstra que seu

comportamento nunca foi compelido a mudar por conta das câmeras, entendendo que a vigilância possui maiores sentidos para os desviantes e suspeitos. É como se a videovigilância produzisse um sentido duplo, diferente a depender da intenção do agente: se o indivíduo pretende cometer crimes, a câmera possui função repressiva e seu registro é dotado de natureza sancionadora. Em sentido ambivalente, quando se trata do cidadão de “boa conduta”, a função da câmera passa a ser produtiva e positiva, e a percepção do agente é de que a vigilância é para o “outro”. A questão é que, nos dois casos, “desviante” ou “politicamente correto”, situações de suspeição podem existir, pois, a princípio, não se pode diagnosticar sobre as intenções do agente, valendo-se unicamente da sua aparência física. Desse modo, a videovigilância parece indicar dois problemas: de um lado, mostra-se pouco capaz de identificar a intenção de um agente, por conta mesmo do caráter performático e imprevisível de cada ação social; de outro, as práticas de videovigilância não atacam as raízes profundas da violência em países pós-coloniais, tais como o Brasil.

Em outra entrevista, um estudante do Bacharelado Interdisciplinar se mostrou combativo em relação ao discurso que associa o uso de câmeras ao aumento da segurança:

“Eles nos dizem que as câmeras são para a segurança na universidade. A gente sabe que não é bem assim. Existem câmeras em vários lugares de Salvador, e isso não impede o clima de violência. A gente vê na TV que algumas vezes os bandidos até se exibem para a câmera” (ACTANTE 3).

Outro vetor de discussão sobre a videovigilância na UFBA refere-se ao problema da violência, que, como relata o Actante 3, está espalhada por toda a cidade do Salvador (BA). O entrevistado sugere que à banalização da violência soma-se uma expansão desacreditada na eficácia das tecnologias de vigilância. Além disso, faz pensar em uma situação cômica onde o criminoso subverte a lógica da vigilância acenando para o registro da câmera, exigindo uma reconsideração das estratégias de vigilância. Essa fratura no sistema, desempenhada de forma debochada pelo criminoso, representa uma frustração da estratégia de controle via câmeras de vídeo; flexibiliza-se o poder inabalável atribuído à imagem nestas sociedades da vigilância (LYON, 2010) e do espetáculo (DEBORD, 1997). Por outro lado, pode-se ainda argumentar que o comportamento do criminoso reflete uma descrença pública no Sistema Judiciário, alertando para o problema da impunidade decorrente da deficiência na gestão da Justiça Penal.

Outro entrevistado também oferece um depoimento importante sobre a relação controversa entre segurança, videovigilância e violência, dizendo:

“A UFBA não é segura porque a cidade é extremamente violenta. Se as câmeras fossem capazes de produzir segurança, então seria fácil para o Estado. Acho que a câmera até pode gerar uma sensação momentânea de segurança para alguns (...) Aqui na universidade eu vejo falar em crimes que ocorrem, mas quase nunca são divulgados, nem a mídia fica sabendo” (ACTANTE 4).

De maneira próxima à percepção do Actante 3, a fala acima aponta para uma imagem da UFBA como reflexo da extrema violência em Salvador. Percebe-se, no presente caso, que a imagem da cidade violenta não é abalada pela expansão da tecnologia de videovigilância nas ruas; da mesma maneira, na UFBA, a vigilância excessiva das câmeras também parece não convencer sobre a existência do ambiente seguro. A fala desse entrevistado ainda abre margem para pensarmos que a câmera pode até produzir uma sensação de segurança, mesmo que muito momentaneamente, para algumas pessoas a despeito de outras. Além disso, nas suas últimas palavras, o Actante 4 acredita haver um processo de mascaramento das ocorrências criminosas da UFBA perante os veículos midiáticos locais. Se isso procede, talvez seja preciso arriscar que a universidade utiliza um processo de silenciamento da violência como estratégia de promoção da pseudo-segurança.

Em março de 2014, tive notícia da ocorrência de um crime de estupro no espaço interno de um instituto do campus de Ondina. Conforme relatos de estudantes e da própria diretoria da unidade, a vítima repousava no intervalo entre as aulas quando foi surpreendida com o ataque do agressor. Os relatos demonstraram uma revolta por conta da violência sexual ocorrida, mas, ao mesmo tempo, indicavam muita surpresa, já que o crime ocorreu durante o dia e no local havia câmeras nos pontos altos, inclusive filmando os fluxos no elevador utilizado pelo agressor. Nesse caso, as câmeras tanto não foram capazes de instaurar um abalo psíquico no agressor, quanto não funcionaram em termos de registro do acontecimento. A respeito desse caso, nos disse a diretoria da unidade:

“O excesso de luminosidade atrapalhou o campo de precisão da câmera. Mas, isso depende da hora. Há momentos do dia em que se pode identificar, mas outros não. Nesse caso da violência sexual, foi isso que ocorreu e por isso não se pôde identificar o criminoso” (ACTANTE 5).

O depoimento acima desloca a discussão para a questão da eficácia do serviço e sistema em exercício, levando a questionar se as câmeras realmente funcionam ou porque não funcionam, os seus efeitos positivos e negativos no combate ao crime, da mesma forma que os efeitos ignorados ou inesperados decorrentes de sua implantação. No caso em tela, o

fracasso do sistema de registro de vídeo funcionou como um catalisador da revolta de alguns estudantes, evidenciando que a eficácia das práticas de videovigilância pode depender também de mínimos detalhes em termos de operação e planejamento das tecnologias e das especificidades naturais dos espaços de controle. Até onde pudemos acompanhar, a situação de estupro relatada a pouco não chegou ou pelo menos não foi publicizada na mídia local.

Numa outra situação, já no mês de abril de 2014, houve uma situação de crime contra a vida envolvendo um estudante do curso de Medicina Veterinária da UFBA. O estudante teve a vida ceifada na porta da residência universitária localizada na Av. Garibaldi, bairro de Ondina, na cidade do Salvador (BA), quando supostamente teria reagido a uma tentativa de assalto. Nesse exemplo, a presença das câmeras não conseguiu impedir a ação de latrocínio dos criminosos, mas, ainda assim, o registro da câmera instalada na residência foi preponderante na identificação dos autores do crime.



Figura 24: câmera flagra homicídio na residência da Av. Garibaldi

Fonte: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/camera-flagra-momento-em-que-estudante-da-ufba-e-morto-veja-1580295>

Foi a partir da figura acima, cujo registro flagrou o momento do crime, que a polícia chegou à identificação e captura dos responsáveis. Diante disso, não se pode negar que o serviço de videovigilância cumpriu um papel relevante de interesse público, corroborando para a promoção da justiça.

De forma diversa ao caso anterior, onde a consumação do crime de estupro escapou do olhar da câmera, nesse caso de homicídio a videovigilância correspondeu ao objetivo de registro da ação passada, possibilitando a aplicação de um efeito repressivo materializado na

forma de sanção penal contra os criminosos. Não há de se falar, tanto nesse caso como no anterior, da existência de um efeito preventivo produzido pela câmera frente às condutas criminosas. Não se quer, porém, afirmar que a câmera é incapaz de criar um efeito dissuasor de comportamentos indesejáveis; qualquer afirmação generalista como essa escapa das intenções dessa pesquisa, cujo sentido maior é trazer problematizações e não respostas para o campo de estudos sobre vigilância.

As duas situações de crimes relatadas demonstram duas facetas do problema, inferindo que o uso da câmera deve ser pensado em vista dos seus efeitos, sejam eles positivos ou negativos. Essas situações revelam que as câmeras podem fazer jus ou não à confiança e eficácia que lhes são conferidas. De qualquer forma, não se pode deixar de advertir que no caso do homicídio ocorrido a câmera realmente foi determinante para a elucidação do crime, e, por isso, permitiu um certo abrandamento do sentimento de revolta que levou muitos estudantes a manifestarem-se pelas ruas de Salvador⁵².

4.9.2 Resistências ao controle e ao sistema de vídeovigilância

No início dessa pesquisa de campo, onde o foco estava na percepção dos gestores e na descrição do sistema, poucas situações de resistência chegaram ao meu conhecimento. Dois informantes ligados à administração da segurança informaram que no início da implantação da vídeovigilância uma pequena parte do público universitário mostrou-se resistente, acusando que a emergência dessa forma de vigilância poderia aperfeiçoar quadros de exclusão na universidade. O argumento dos resistentes acusava a UFBA de ser uma universidade “elitista”, ao passo que mantinha distância com a comunidade e os problemas sociais da cidade do Salvador – BA.

O informante X recorda que certa vez, no início de sua implantação, alguns estudantes discordaram da instalação de câmeras em uma das residências universitárias. Nesse caso, a PROAD teria sido notificada e os alunos teriam assumido o risco por eventuais efeitos produzidos pela ausência de câmeras. Essa resistência, contudo, seria passageira: “algum tempo depois, os estudantes solicitaram a instalação das câmeras” (Informante X). Desse modo, a partir desse raciocínio, a resistência foi se fragmentando ao longo do tempo,

⁵² O crime que vitimou o estudante Charles Muller Silva dos Santos foi amplamente divulgado na mídia local. Ver: <http://atarde.uol.com.br/materias/1579847>

justamente porque as pessoas passaram a entender a proposta de segurança atrelada ao uso das câmeras.

Raciocínio semelhante possui o Informante Y. Para este, a vigilância na UFBA deixou de ser “algo frio”, passando a compor um emaranhado de sistemas técnicos e serviços que se exercem de maneira transparente e eficaz. Porque resistir a um sistema de segurança que é transparente e eficaz? Os dois adjetivos que encerram a frase anterior, transparência e eficácia, não parecem obter boa receptividade diante das percepções e práticas de alguns entrevistados. Sobre isso, vejam-se alguns depoimentos colhidos na pesquisa.

Em entrevista no PAF III, uma estudante de Letras ofereceu um relato interessante acerca de sua experiência em relação às câmeras de vigilância:

“Um dia eu cheguei mais cedo na universidade, por volta das 07:00 hs da manhã. Como era cedo, e as outras pessoas deveriam estar em aula, eu era a única estudando num espaço reservado da biblioteca central. De repente, eu percebi que não estava sozinha. Estávamos eu e a câmera. Eu estava usando uma saia, por isso senti um desconforto, ao imaginar que alguém me olhava por detrás da câmera naquele momento (...) Agora que eu sei que a câmera está lá, eu já vou consciente de que meu comportamento não vai ser o mesmo. É como se a câmera forçasse a pessoa a ser algo que ela não é, ou não quisesse ser naquele momento” (ACTANTE 6).

Esse depoimento é incisivo sobre os efeitos normativos associados à presença das câmeras na universidade, trazendo para a discussão um novo elemento, qual seja o de uma forma de resistência ligada a um sentimento de desconforto. A estudante percebeu que, na ausência de grandes fluxos, a câmera pode focalizar no corpo individual, o que para ela funciona como forma de invasão de sua intimidade, diante dos trajes que estava usando. Imaginar que alguém a olhava, ou melhor, a incerteza de que alguém a olhava foi suficiente para interferir no modo como estava se portando, refletindo, nesses termos, uma forma de poder panóptico de “tudo ver sem se tornar visível”. Foucault (2013) adverte em várias passagens do *Vigiar e Punir* que a vigilância disciplinar tanto individualiza quanto homogeneíza, tal como ora foi evidenciado a partir do depoimento da Actante 6.

Agora que sabe que a câmera está lá, a estudante sugere que é preciso um tipo de comportamento específico para exercer suas atividades no local. Talvez seja o caso de usar trajes mais longos, inclusive com as pernas cruzadas, para que nada, muito menos a câmera, possa intervir contra sua privacidade e intimidade. No presente caso, em suas últimas palavras, a estudante faz refletir sobre um tipo de coerção mais violento baseado numa imposição de visibilidade que se traduz em forma de ameaça ou abuso para o vigiado. Em

contrapartida, esse processo pode demandar uma estratégia de dissimular uma civilidade (BHABHA, 1998), deslocando a intenção fiel da ação para o tipo de comportamento esperado pela câmera; não obstante, um comportamento “politicamente correto” e “moralmente recomendável”.

Diante do forte depoimento da Actante 6, cabe lembrar ensinamentos tão fortes quanto, deferidos por Jurandir Freire Costa (2001):

Preservar a intimidade do escrutínio público significava defender o espaço privado das demandas impessoais da coletividade e o espaço público de interesses irrelevantes para o bem comum (...) Não é preciso muito esforço para imaginar o que seria uma sociedade totalmente vigiada com os instrumentos tecnológicos de hoje. Com muito menos, Orwell e Huxley fabricaram os pesadelos ficcionais que conhecemos, e Marcuse e Foucault despertaram a indignação de várias gerações de rebeldes ou revolucionários. Comprometer publicamente os indivíduos pelo que dizem ou fazem no segredo da intimidade é uma insensatez. Só uma esfera pública degradada pode aceitar, com regozijo ou complacência, a prática indiscriminada da escuta telefônica clandestina.

Quando um depoimento como esse surge (Actante 6), torna-se evidente que as forças de vigilância não se reduzem ao tema da segurança. O temor da estudante é não só pela incerteza se está sendo olhada em seu momento mais espontâneo, mas em como isso é feito e nos usos potenciais do registro. No caso das palavras de Costa (2001), a preocupação é sobre os abusos cometidos e muitas vezes negligenciados diante de questões como a publicização e a liberdade de expressão. É como se o “direito de vigiar” tivesse assumido o status de direito fundamental na democracia brasileira; e isso tenha se dado, por sua vez, à revelia de certa dose de privacidade e intimidade que são necessárias para uma ação espontânea.

Em outra ocasião, durante entrevista com a Actante 7, outro relato interessante foi registrado mostrando também um caso de resistência ligada à desconfiança em relação a quem olha, e o que se olha por detrás das câmeras. Transcrevo minha pergunta e a resposta oferecida por uma estudante do Bacharelado Interdisciplinar do turno noturno:

- Você já foi vítima de alguma prática violenta na universidade?

“Já sofri assédio tanto de alunos como de seguranças homens, comentários sobre minha aparência física principalmente, também conheço outras mulheres que passaram pelo mesmo. Por isso, acho que as câmeras também podem produzir assédios” (ACTANTE 7).

A fala que precede acusa um clima de assédio que, segundo a aluna, ocorre contra várias outras estudantes na universidade, não somente por parte de seguranças e vigias, mas

também por colegas. Em se tratando dos vigias, que é o público que nos interessa nesse contexto, a fala sugere que o uso da câmera é potencial para a produção de formas de violência, morais ou sexuais, porque essas espécies de condutas são comuns entre os seguranças. A grande diferença entre seguranças e vigias, além do tipo de serviço que exercem, seria o lado oculto dos segundos, já que a preocupação tende a aumentar quando não se sabe sobre o modo de funcionamento do sistema e serviço de videovigilância.

Apesar de existirem vários cartazes e um número expressivo de câmeras na UFBA, a forma de atuação e as características mais internas desses serviços e sistemas são desconhecidas pelo público que entrevistei. Isso não é de se espantar, já que mesmo eu, pesquisando o tema e tendo sido aprovado em dois Comitês de Ética em Pesquisa encontrei barreiras significativas para a execução do projeto.

Em termos de conhecimento e transparência nas práticas de videovigilância, relata o Actante 8, estudante de Pós-Graduação na UFBA.

“Desconheço completamente como funciona o sistema. E não me sinto desconfortável por saber que ele existe (talvez por não ter consciência do seu grau de monitoramento), mas a única preocupação é quando há abusos e excessos que prejudicam a individualidade e a privacidade”.

A fala do Actante 8, referindo-se a um desconhecimento sobre as práticas de videovigilância, foi encontrado em todas as entrevistas que realizamos com estudantes, professores e técnicos administrativos. A grande diferença é que, enquanto alguns se preocupam com a falta de transparência do sistema, outros não sentem qualquer desconforto. Mas, como evitar os riscos, os abusos? Uma pergunta certamente complexa, mas que pode, senão ser respondida, pelo menos ser apreciada. Em minha opinião, os riscos são contingentes e imprevisíveis, e no caso da videovigilância, talvez o problema maior esteja numa espécie de ocultamento da capacidade de gerar riscos para além ou mesmo contrários à segurança, tal como notaram Kanashiro (2006) e Melgaço (2010; 2012) em seus respectivos estudos já citados.

Já a Actante 9, também estudante de Pós-Graduação, traz sua percepção em tom ainda mais crítico:

“Moro em uma rua que tem câmeras e não gosto, me incomoda a ideia de ser personagem do reality show dos meus vizinhos, acho que deveria ser uma escolha, estou sendo transformada em dados alheios e não tenho direito de negar, afinal a ideia de espaço público quando convém é aplicável”.

Nesse caso, a entrevistada observa que o problema da videovigilância também pode estar na lógica de imposição com que é empregada. Se isso ocorre, talvez devêssemos pensar que o dispositivo de vigilância visual é indiferente ao indivíduo em sua singularidade, fazendo-nos sugerir ainda que os projetos securitários partem de uma pretensão homogeneizante que atende aos ideais modernos, mas ainda sonhados, de consenso e harmonia⁵³. A idéia de espaço público torna-se inconveniente e ameaçadora, por outro lado, quando o turbilhão de vozes ativas demandam rasuras, vazamentos, quebras no projeto de consenso. Aí a diferença deve ser combatida e atropelada pelo aparelho policial, a exemplo do que ocorreu contra as manifestantes de Junho de 2013 no Brasil. Através do aparelho de polícia, o Estado brasileiro adotou, ainda que paradoxalmente, práticas punitivas como estratégia de promoção do “interesse público”. Um complexo de agressões físicas e psicológicas que, além de refletir o panorama cotidiano das populações subalternas, mostram que no Brasil pós-colonial ainda é tímido o direito à manifestação, o direito à diferença – o direito a “poder” dizer não⁵⁴.

A resistência manifestada pelo Actante 9 aponta para uma lógica de privação e imposição com que as práticas de videovigilância são conduzidas no contexto mais amplo da cidade, da mesma forma que na UFBA. Pode-se especular, nesse sentido, que a radicalização crítica de Arendt sobre a modernidade é plenamente atual para pensar a situação política no mundo contemporâneo. Na busca por privar o indivíduo da ação, o Estado moderno

espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a normalizar os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a abolir a ação espontânea ou reação inusitada (ARENDR, 2009, p. 50).

Com efeito, parece que a expansão da videovigilância reverbera um processo de atualização do itinerário moderno de negação da pluralidade. A crítica foucaultiana ao mundo moderno caminha de forma próxima ao estudo de Arendt (2009), principalmente porque o objetivo mais violento do “poder disciplinar “é a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 1999, p. 305). Em minha pesquisa, não foi possível identificar situações mais claras sobre a existência de sectarismos e exclusões voltados para

⁵³ Tal como discute Arendt (2009), em sua crítica ao processo de substituição da ação pelo comportamento normalizado na modernidade.

⁵⁴ Discussão interessante pode ser encontrada no recém publicado: “A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (junho-outubro), de Bruno Cava (2014).

públicos mais específicos na UFBA. Os gestores e técnicos negam que exista um público para quem a videovigilância se dirija de forma específica. Embora isso não me convença, o limite ético suspende acusações sobre o elemento que não foi melhor pesquisado.

Outros mecanismos de resistência demonstram a insuficiência das práticas de vigilância na gestão da segurança e do problema da violência. As reclamações sobre a falta de segurança, com mais ênfase no turno noturno, comparece em diversas falas e imagens, principalmente de discentes e professores. No primeiro semestre do ano de 2013, fotografei a ação de estudantes de direito da UFBA que protestavam contra o problema da violência, ao mesmo tempo em que solicitavam mais segurança e controle, conforme sugerem as duas figuras a seguir:



Figura 25: Estudantes da UFBA protestam contra a violência

Fonte: Do autor



Figura 26: Estudantes da UFBA pedem controle

Fonte: Do autor

Cada uma ao seu modo, as duas imagens (figs. 25 e 26) fazem um contraponto ao entusiasmo presente no discurso de alguns gestores dos sistemas de vigilância e segurança. A primeira figura indica um quadro de violência expressivo, levando a pensar que se mantém um forte sentimento de insegurança, tal como constatou Lemos (2011) em sua pesquisa sobre as percepções em relação às câmeras de vigilância na UFBA.

Questionei o sentido da passeata a alguns estudantes e como percebem a questão câmeras de vigilância. Um dos entrevistados, estudante de Direito, foi objetivo: “o controle por câmeras deve existir, sob pena de se tornarem inviáveis as atividades na academia” (ACTANTE 10). As palavras do aluno corroboram com o discurso do informante Y, quando diz: “se o serviço de vigilância eletrônica foi algumas vezes renegado e criticado no início, hoje os próprios alunos pedem mais câmeras, inclusive nas residências universitárias (...) as pessoas se sentem bem porque sabem que as câmeras estão ali vigiando”. Sob certos aspectos, as duas falas refletem os estudos de Deleuze (1992), segundo o qual o controle opera de forma muito mais rebuscada que as técnicas disciplinares (FOUCAULT, 2013), a ponto de as pessoas perceberem-no como uma necessidade da qual não se pode abrir mão. Na UFBA, a fig. 26 evidencia que o controle também pode ser desejado e solicitado, visto, muitas vezes,

como algo “neutro” em relação ao sujeito de conduta “politicamente correta”. É mais ou menos isso que é mostrado com a fala de uma diretora de unidade localizada no campus de Ondina. Questionei a ela se existe alguma controvérsia de professores e alunos em relação às câmeras instaladas em sua unidade. Ela foi taxativa e forneceu uma resposta dupla: “muito pelo contrário, o que existe é a solicitação de mais câmeras, pois existem muitos pontos mortos. De certa maneira, a câmera inibe uma série de coisas. Não vejo a câmera como ameaça à privacidade, é uma câmera de segurança. Não mudou minha rotina”. Nesse caso, resistir à câmera funciona como um desserviço à segurança, fundamento de sua instalação.

O que é politicamente significativo é o efeito que as figuras 25 e 26 trazem para o campo de reflexões. Nas duas imagens, a resistência é projetada como forma de desconfiança a respeito da capacidade preventiva e repressiva do sistema e serviço de vigilância em funcionamento. A primeira imagem (fig. 25) possui um tom extremamente pessimista sobre a situação atual da UFBA, desvelando uma situação social de medo e insegurança. Já a segunda imagem (fig. 26), onde o aluno pede controle de acesso, me remete a uma lógica de obsolescência que caracteriza o mercado da segurança, onde sistemas de controle ainda mais inteligentes estão sendo desenvolvidos para substituir ou apoiar as tecnologias de menor potencial de registro, identificação e classificação. Nos dois casos, a segurança é defendida a partir de um escudo simbiótico que é incapaz de diferenciar violência e controle.

A questão dos procedimentos de resistência foi relatada ainda pelo informante X, segundo o qual elas já ocorreram em ações bem pontuais, tais como: “cortes de fios de câmeras em festas de alunos, tentativas de burlar o olhar da câmera ao jogar camisas sobre seu campo de visão”. Conversando sobre isso, o técnico da estrela foi emblemático ao afirmar que o corte de fios da câmera é uma estratégia de vandalismo que não funciona, pois as câmeras adquiridas pela universidade atualmente são em sua maioria do tipo IP, prescindindo de fios para a comunicação com o sistema.

Diante dos depoimentos dos entrevistados, dos registros das imagens e das considerações de alguns autores aqui utilizados, podemos identificar quatro formas de resistência frente aos dispositivos de vigilância e ao discurso da segurança na UFBA: (I) Desconforto em relação ao “poder de olhar” dos operadores; (II) Desconfiança em relação à capacidade preventiva e repressiva da câmera; (III) Desconhecimento sobre as práticas de videovigilância e incerteza sobre os usos ilícitos do material filmado.

5. Reflexões sobre os efeitos da videovigilância no campus da UFBA

Feita a descrição do modo como está sendo implantado e operado o sistema de videovigilância, cabe agora uma avaliação do seu funcionamento e uma discussão teórica sobre seus efeitos. Pode-se dar início à discussão partindo-se da citação de Agamben (2014) sobre os dispositivos de poder ligados à segurança:

A crescente multiplicação de dispositivos de segurança testemunha uma mudança na conceituação política, a ponto de podermos legitimamente nos perguntar não apenas se as sociedades em que vivemos ainda podem ser qualificadas de democráticas, mas também e acima de tudo se elas ainda podem ser consideradas sociedades políticas⁵⁵ (AGAMBEN, 2014).

Essa crítica à expansão dos dispositivos de segurança parece extremamente oportuna para as cidades contemporâneas. No caso da UFBA, tem havido uma ampliação do número de câmeras ao longo dos últimos dez anos. Através da pesquisa, foi possível notar de forma mais geral que tanto os usuários do campus, quanto dirigentes e gestores tem demandado cada vez mais câmeras para uma suposta melhoria da segurança no espaço universitário. Mas, como colocou o filósofo italiano, recentemente, na citação que consta acima, por detrás da implantação e ampliação dos dispositivos de segurança— a exemplo das câmeras de vigilância — pode-se falar em um duplo engano. O mais simples é achar que com mais equipamentos a segurança vai ser garantida. Mas, a questão mais grave e oblíqua é um negligenciamento do assunto. Ora, muito se sabe que serviços prestados pelo dispositivo não substituem a ação política.

Ancorados na retórica securitária, os dispositivos tecnológicos que inspecionam e policiam os espaços de convívio na UFBA passam, muitas vezes, despercebidos aos olhos de boa parte da população universitária. Se, por um lado, isso reflete um processo de naturalização/banalização da vigilância e controle, por outro, de forma mais grave, aponta para um sério problema de despolitização (AGAMBEN, 2014). O que a voz agambeniana denomina como despolitização corresponde ao processo chamado por Arendt (2009) de substituição da ação pelo comportamento normalizado.

Por alegadas razões de segurança, nosso acesso à sala de monitoramento por câmeras foi restringido a dois momentos rápidos. Mesmo o projeto tendo sido aprovado por dois Comitês de Ética, tanto o da UEFS quanto o da própria UFBA, não foi permitido observar a rotina dos operadores no processo de policiamento das imagens. Não permitir o acesso do

⁵⁵Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1568>

pesquisador, mesmo depois de meses em interlocução, alegando razões de segurança, parece indicar uma situação contraditória, pois muito foi defendido sobre a transparência das práticas de videovigilância. Talvez os limites da transparência sejam bem inferiores do que aqueles alegados.

Uma hipótese para explicar essa situação pode ser a situação de suspeição/desconfiança que ronda os serviços de vigilância e segurança na universidade. De modo mais evidente, a lógica de suspeição vem do sistema e serviço de videovigilância instalado, por conta da extrema confidencialidade das informações e busca por ocultamento das práticas.

Deixe-se claro que o elemento suspeição que aqui está sendo apontado faz parte dos efeitos da videovigilância, talvez como uma estratégia de eficácia do sistema. Todos os usuários do campus podem ser inseridos como suspeitos potenciais, ainda que em menor ou maior grau, pois a busca incessante por segurança demanda olhares atentos a tudo e a todos. É como se a desconfiança fosse o custo político a ser cobrado como contraprestação pelo serviço de segurança.

A cidade contemporânea tornou-se um grande sistema midiático, onde cada cidadão poder ser identificado, mapeado, julgado e classificado sem que sequer saiba; nesse sentido, “a punição não se desenvolve mais num tempo, não é necessário esperar o momento adequado para que ela tenha lugar: o lugar e o tempo da punição – a recusa de acesso, por exemplo – são simultâneos e imediatos (SOUZA, 2003, p. 162). Tudo isso ocorre à revelia do consentimento do cidadão, pois a retórica da segurança parece não funcionar com o contraditório. A segurança tornou-se palavra de ordem, devendo-se ser sempre propalada e desejada, mas, em sentido ambivalente, pouco problematizada e contrariada. Nesse ambiente de despolitização⁵⁶, urge necessário desmontar a associação direta entre segurança e videovigilância. Ela é ilusória e retórica⁵⁷. Algumas razões se verão abaixo.

Primeiro cumpre destacar que uma câmera, inicialmente instalada por alegadas razões de segurança, pode, contrariamente, produzir violência. Com referência clara ao *panóptico* de Bentham, cumpre destacar que a potência da câmera está na incerteza se alguém olha por detrás dela. Na dúvida sobre o olhar do interlocutor oculto, sugere-se ao indivíduo que se comporte nos termos do “politicamente correto”. Mas, se o observador oculto faz um uso subversivo de imagens, como no caso de divulgação de imagens íntimas das pessoas,

⁵⁶ O conceito de despolitização vem sendo ensaiado por vários autores. No nosso caso, partilha-se dos entendimentos da filósofa judia Hannah Arendt (2009).

⁵⁷ Pesquisas brasileiras questionam o poder da videovigilância na produção da segurança e no combate à violência. Podemos citar os estudos de Melgaço (2010), Kanashiro (2006) e Lemos (2011).

configura-se de fato um tipo de violência, contrariando a promessa inicial de segurança. Ainda que na UFBA não se tenha identificado um caso como esse, isso não significa que a preocupação sobre esse tipo de risco deva ficar em segundo plano. Como mostraram as entrevistas com o público universitário, o caráter oculto do sistema pode produzir desconfortos diversos.

Quando o limite entre segurança e violência torna-se de difícil demarcação, ressalta-se a ambivalência como um efeito da videovigilância. A ambivalência reside em ser o indivíduo vítima e criminoso, seguro e suspeito, bom e mal. Todos esses adjetivos são projetados em sucessões imprevisíveis. Isso tanto demonstra a fragilidade da retórica da segurança, quanto evidencia a possibilidade de usos subversivos (resistentes) das câmeras, a exemplo do que foi mostrado com os desenhos de resistência. O conceito de ambivalência ajuda na esquiva dos essencialismos, ensinando que o aparato de vigilância pode gerar desdobramentos variados, muitas vezes ignorados por aqueles que planejaram a instalação das câmeras.

No caso da UFBA, o interessante é que as imagens das câmeras são policiadas e administradas por empresas privadas. O que ocorre nesses ambientes? O que e quem deve ser vigiado? Quais critérios são usados? Pode-se arriscar que o exercício da videovigilância é indiferente ao indivíduo em sua singularidade, ao mesmo tempo em que demanda precauções e desconfianças em torno do tipo de *ethos* que o “outro” criou ou pode criar.

A sociedade foi conduzida a desenvolver ferramentas de avaliação; indiferente ao indivíduo em sua singularidade, a avaliação tende, ao mesmo tempo, a individualizá-lo e controlá-lo incessantemente e a diferenciá-lo e homogeneizá-lo cada vez mais (HAROCHE, 2011, p. 661).

Esse processo de avaliação incessante pode envolver a produção da cultura como efeito de práticas discriminatórias, já que, quando se define alguém como suspeito ou desviante, estar-se-á delimitando um campo de exclusão que insere o “outro” numa zona nada confortável. Tomado como suspeito, o “outro” deve sofrer uma sanção antecipada para que sua diferença não contamine os demais.

Ainda sobre a questão da suspeição, lembro-me de uma situação vivenciada durante a pesquisa de campo: certo dia do mês de fevereiro de 2014, em que estava fotografando câmeras e espaços vigiados da UFBA, um segurança da MAP veio em minha direção, possuído por um forte tom de desconfiança e tão logo questionou sobre o objetivo e sentido de minhas fotografias. Não satisfeito com as respostas, ou talvez por julgar minha atitude suspeita, o guarda comunicou o seu superior sobre o que estava ocorrendo. Ao se

aproximarem, o superior perguntou em voz alta: “O que você quer fotografando câmeras? Extremamente coagido, comecei a relatar que o objetivo é perceber o funcionamento do sistema de câmeras, de modo que as fotografias desses dispositivos e das espacialidades vigiadas se tornam fundamentais para estabelecer uma dimensão visual do estudo. Eles, enfim, me liberaram, mas algo me dizia que o cenário de suspeição não cessou com o fim da conversa, já que eles comunicaram a situação considerada suspeita via rádio, certamente à equipe da Coseg.

A esse respeito, vejamos as palavras que seguem:

Quando se define que alguns comportamentos são suspeitos, merecedores de observação atenta, delimita-se de certa forma um campo de exclusão. Exibir tal comportamento insere o sujeito automaticamente em uma categoria nada desejável (CASTRO & PEDRO, 2010, p. 53).

Poderíamos arriscar ainda que existe uma idealização da suspeição em dois planos, um mais geral e outro mais específico: em princípio, o olhar é voltado para os fluxos gerais, mas podendo ser focalizado quando da identificação de uma atitude suspeita, um comportamento inesperado e indesejável, moral ou juridicamente falando. Essas questões são elementos que emergem do grande fenômeno da desconfiança que perpassa a sociedade contemporânea.

Estamos doravante muito além daquilo que chamamos sociedades disciplinares e sociedades de controle: estamos atualmente dentro de sociedades de *controle contínuo* onipresente, que provocam e acentuam a falta de confiança; além de uma suspeita e uma desconfiança difusa e crescente, tanto da parte das instituições – sociais, econômicas, financeiras, educativas, universitárias, políticas e empresariais - como da parte dos indivíduos no mundo do trabalho e no vínculo social e privado de maneira geral. Isto nos leva a falar de *sociedade de desconfiança*. Esta sociedade reflete e revela um clima psicológico, moral, social e político que encoraja e desenvolve um tipo de personalidade ou caráter evasivo, inapreensível e defensivo (HAROCHE, 2011, p. 661).

Essa lógica de desconfiança está instaurada de forma transversal na cidade contemporânea, refletindo-se na UFBA em algumas situações interessantes. Podemos colocar outros exemplos disso. Aos operadores de videomonitoramento é cerceado o direito de participar de entrevistas, sob pena de sofrer repreensões e sanções administrativas. A justificativa para isso baseia-se em dois tipos de argumentos: 1) razões de segurança; 2) sigilo profissional. Eles, observadores ocultos, não devem ser conhecidos, pois se acredita que isso

pode, ainda que supostamente, comprometer a eficácia atribuída ao dispositivo de videovigilância.

Esse contexto leva-nos a arriscar uma consideração de que o caráter de suspeição cresce de maneira diretamente proporcional à adoção de novos dispositivos de vigilância e segurança. Qualquer atitude suspeita, a exemplo do simples registro fotográfico, deve ser acompanhada de perto, para, com isso, tornar eficaz a “estratégia disciplinar” de prevenir contra ações e comportamentos que possam levar a uma interrupção dos fluxos de normalidade. De certo modo, essa consideração se aproxima do que foi sugerido por Kanashiro (2006) no estudo dos impactos da videovigilância em espaços públicos em São Paulo.

Outro fato demonstra o cenário de suspeição subjacente às práticas de videovigilância na UFBA. Trata-se, como já tratamos em tópico anterior, da questão da existência de câmeras vigiando o trabalho dos operadores de vídeo. Questionado sobre esse poder baseado na hierarquia (ZIMMER, 2009), um operador (a) relatou uma percepção que acredita ser também dos outros operadores: Disse: “não entendemos como ser vigiados e sim como segurança⁵⁸”. Ainda sobre isso, perguntei via questionário escrito a outro operador (a) se sente algum desconforto por ser também ele registrado pelo olhar da câmera. Ele disse: “O trabalho executado dentro da Cemon não gera nenhum tipo de desconforto, pois envolve profissionais competentes, tanto monitorando quanto supervisionando o serviço”. Uma situação interessante é que o conteúdo do questionário, antes de me ser devolvido, passou por uma espécie avaliação por parte da equipe de segurança.

Nestas sociedades, tanto os organismos quanto os indivíduos devem prestar contas, com precisão, não somente daquilo que fizeram, mas do que estão fazendo no momento presente e também do que pensam fazer. Isto supõe cifrar para procurar suprimir tudo o que é considerado perda de tempo, falta de rentabilidade, tudo que é julgado inútil, imprevisível, portanto inédito e, em outros termos, tudo que é inavaliável por definição (HAROCHE, 2011, p. 661).

Com as palavras acima, poderíamos pensar que o acesso às práticas dos operadores pode favorecer a própria universidade, no sentido de ter uma noção sobre os saberes utilizados, assim como às possíveis falhas e deficiências no serviço. De outra forma, pode-se especular: será que não são também os operadores considerados suspeitos, diante do serviço que realizam? Algo leva a pensar que isso é provável, mesmo que não seja esse o objetivo

⁵⁸ Fala, inclusive, já utilizada anteriormente. Mas que aqui é reutilizada devido a sua importância para a reflexão.

previsto por esse tipo de monitoramento. Poderíamos questionar ainda se não é justamente um efeito de autocontrole que se quer impor através da vigilância dos vigilantes, conforme sugere a figura 6, cujo título é bem expresso nos termos do “tem sempre alguém de olho no vigia”⁵⁹.

Como se viu no tópico sobre a lógica de implantação das câmeras, a instalação das máquinas de visão volta-se, em princípio, para os fluxos dos usuários do campus, seguindo um princípio de “ver, sem ser visto”, em analogia à alegoria panóptica de exercício de poder. Quem está do lado “de fora”, sendo filmado, ignora ou desconhece qual será o uso das imagens captadas. Quem está dentro do sistema de videovigilância consegue visualizar o que ocorre nos diversos espaços do campus. No entanto, essa lógica de funcionamento da videovigilância se amplia enormemente quando pensada enquanto dispositivo, ou seja, articulando-se a rede da UFBA com o sistema mais amplo e envolvente da cidade. Esse dispositivo compreende o acúmulo de diversos equipamentos e redes, envolve a polícia e a mídia, reúne múltiplas estratégias e utilização de imagens.

Outro vetor de discussão refere-se à eficácia dos dispositivos de videovigilância. Mais do que ser realmente eficaz, essas práticas devem parecer funcionar com excelência, fazendo jus aos elevados custos que geram para a universidade. Por isso, além da instalação das câmeras, é preciso tornar sua existência um fato notório por todos, principalmente para os que desejam comprometer a normalidade esperada. É como disse um estudante, durante uma entrevista: “quem gosta de fumar baseado, por exemplo, deve fazer longe do olhar das câmeras”. Sem entrar no julgamento moral da questão, a fala mostra que certas práticas tendem a ser dispersadas pelo olhar da câmera. Lembremos da pesquisa de Kanashiro (2006), segundo a qual as populações subalternas e suas práticas desviantes tendem a desaparecer diante da articulação entre videovigilância e os programas de revitalização urbana. No caso da UFBA, por conta do espírito democrático que deve orientar a universidade, não há o desaparecimento da população usuária de certas drogas, mas a sua concentração em espaços mais selecionados.

Ainda sobre a relação entre vigilância e espaço, outro exemplo ocorreu quando tentei estacionar a motocicleta em um local não permitido no campus de Ondina (PAF III), embora não houvesse nenhum aviso proibitivo. Disse o guarda da MAP: “não pode estacionar aí. Olhe a câmera, ela está lá”. Esse exemplo também demonstra que a prática de videovigilância pode interferir nas formas de uso e experiência do espaço na universidade.

⁵⁹ Ver pag. 54 dessa dissertação.

Em outra oportunidade, quando acompanhei os operadores da Estrela em diligência pelo campus, disse em tom humorado outro guarda da MAP visando os técnicos: “você colocam a câmera para vigiar o meu trabalho, mas mesmo assim vocês são gente boa. Estão trabalhando, assim como eu”. Embora, nesse caso, subsista certo desconforto em relação à vigilância, o guarda da MAP sabe que pouco lhe restará a não ser comportar-se conforme o esperado, sob pena de ver seu contrato rescindido, por conta das fragilidades do trabalho terceirizado no Brasil. Essa tensão interna no trabalho de vigilância é interessante, pois mostra a disputa de forças existentes, refletindo que não existem pensamentos únicos sobre os objetivos, as funções e o efeitos do sistema dentre os vigilantes. Esse não foi, porém, o discurso mais encontrado na pesquisa. Os outros guardas da MAP relatam que a câmera só gera efeitos para quem não realiza suas atividades da forma devida e que, desse modo, “quem não deve, não teme”. É o que disse outro guarda da referida empresa: “venho aqui todo dia, faço meu trabalho com ou sem câmera. Na verdade a câmera está para me auxiliar. Não me preocupo, pois não devo nada. Quem não deve, não teme”.

O conjunto de práticas de videovigilância funda-se na busca por segurança, mesmo que não haja pesquisas ou dados relevantes que justifiquem uma relação direta. O que existe, realmente, são casos em que os registros das câmeras ajudam na identificação de crimes contra a pessoa e o patrimônio da universidade.

De outro modo, a busca pelo ocultamento das práticas de vigilância revela que não há interesse nenhum dos gestores em demonstrar as fragilidades do sistema. A maior parte dos discursos limitam-se a uma defesa da vigilância, enaltecendo os casos em que ela funcionou auxiliando investigações e desfechos de inquéritos policiais. Sem desmerecer a importância desses casos, podemos pensar criticamente que o conceito de segurança vem sendo manipulado como um produto que deve ser imposto, ao mesmo tempo que desejado pelo público universitário. O usuário possui o dever de receber mecanicamente a carga positiva do discurso da segurança, mas, em contrapartida, tem de limitar o seu potencial de práticas àquilo que é desejável. Conceber o sujeito como mero depositário dos efeitos do sistema, parece sugerir um processo de construção da segurança como uma onda vertical “para além” do público universitário.

A lógica de suspeição da videovigilância, no entanto, é invisibilizada pelo tom positivo que perpassa a noção de segurança. Diria que a segurança tornou-se um tema central e transversal destas sociedades de controle. Em torno dela se constroem discursos sobre a paz, sobre a pletera de direitos, sobre o exercício da cidadania. Por outro lado, a busca pela segurança é acompanhada de processos de gentrificação, exclusão e suspeição, de negação do

“outro” indesejável como forma, mesmo que cinicamente, de exercício da política democrática.

Poderia-se questionar, ademais, se a segurança é realmente garantida, ou se ela não passa de uma estratégia discursiva da instituição enquanto “fronteira segura” diante da explosão violenta que atravessa a cidade do Salvador-BA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a realizar uma análise interdisciplinar sobre os efeitos da videovigilância na cidade contemporânea. O estudo da relação entre cidades e câmeras de vigilância demandou um pensar aberto e disposto às contribuições de pesquisas teóricas com diferentes características, tanto qualitativas como quantitativas. Não há como negar que a vigilância tornou-se um conceito demasiadamente complexo, exigindo esforços de ampliação de sua compreensão por caminhos reflexivos que promovam um cruzamento entre as ciências, a filosofia e as artes.

A cidade assiste a uma crescente inserção das câmeras que inspecionam os espaços de convívio, de modo que se evidencia uma propalada noção de que a vigilância é sinônima de segurança. Concordamos com Fuchs (2011), que se faz necessária uma conceituação crítica da vigilância, posto que o tipo de argumentação que coloca as câmeras de vigilância como um “mal necessário”, pode vir a legitimar ou desmerecer os processos de subjetivação e controle que perpassam a cidade contemporânea. Acompanhando essa situação social de naturalização e banalização destes dispositivos, está aquilo que Arendt (2009) e Agamben (2014) chamaram de despolitização, que pode ser aqui descrito como um processo *desubstituição da ação pelo comportamento normalizado*.

A pesquisa bibliográfica propôs uma interpretação da videovigilância de forma aproximada aos conceitos de vigilância e controle em Michel Foucault e Gilles Deleuze. Em seguida, optou-se por registrar alguns efeitos da videovigilância no Brasil, o que se tornou possível a partir da escolha de alguns elementos para reflexão. Percebeu-se que as discussões sobre o tema ainda são bem emergentes no Brasil, carecendo de pesquisas empíricas com dimensão interdisciplinar. Mesmo assim, ficou evidenciado que as práticas de videovigilância possuem efeitos diferenciados a depender de quem filma, de quem é filmado e de quais objetivos, reais ou potenciais, podem surgir com a vigilância. Foi enfatizado que a videovigilância insere-se na cidade contemporânea como uma estratégia espacial que visa uma redução do potencial agonístico da cidade, seguindo uma lógica em que a pluralidade e a segurança se apresentam como duas dimensões inversamente proporcionais. Os dispositivos de videovigilância remetem a um universo contemporâneo que atende a uma tentativa urbana de forjar consensos sociais; grosso modo, seria uma busca pela cessação do agir desviante e uma negação da manifestação subalterna.

Em se tratando do Brasil, a pesquisa sobre a videovigilância alcançou reflexões mais dinâmicas com o que chamamos de *desenhos de resistência na cidade da videovigilância*. Em

ambiente nacional, aqui e ali surge uma crítica à utilização e expansão antidemocrática da vigilância, ressaltando-se desenhos como recusa ao ambiente vigiado. Foram sugeridos alguns palpites sobre os sentidos dos desenhos, mas, com efeito, sua potência maior existe desde o momento em que se inscreveram nos muros. Não se teve nenhuma intenção de domar os sentidos dos desenhos de recusa às câmeras. Algumas de nossas críticas podem parecer uma apologia a uma negação incondicionada da câmera. Não se quis, nessa pesquisa, simplesmente advogar contra as câmeras, já que isso parece tolo e ineficaz, sobretudo porque a potência da câmera está no conteúdo invisível que ela sustenta; ou pelo menos, naquilo que ela quer abrigar, encobrir.

A pesquisa de campo gerou algumas questões importantes. No que tange à Cemon, a videovigilância na UFBA implica uma observação de “cima para baixo”, em um “ver, sem ser visto”, fazendo remontar ao modo de funcionamento do dispositivo panóptico, baseando-se na incerteza e ocultação do olhar vigilante. Verificou-se que o sistema opera a partir de um ocultamento das práticas e efeitos da videovigilância. Acredita-se que a eficácia do sistema reside justamente no encobrimento das estratégias e comportamentos dos operadores de vídeo.

Algumas situações vivenciadas na pesquisa permitem observar que esses operadores não possuem permissão para fornecer nenhum tipo de informação sobre o sistema, tampouco é-lhes permitido o direito de fornecer suas percepções sobre as atividades que exercem cotidianamente. Isso pode ser questionado por vários modos e direções, principalmente porque o serviço realizado na Cemon é de natureza pública, envolvendo diretamente as imagens das pessoas em suas atividades no campus universitário. Contraditoriamente, o discurso institucional faz apologia à transparência dos atos, dos procedimentos empregados e da segurança de informações. Notou-se, então, que essa cadeia sistematizada espelha uma lógica interna de relações de poder que envolve hierarquias e receios de sanções.

Ao mesmo tempo, acredita-se que para potencializar, ainda que supostamente o efeito coercitivo do sistema, torna-se preciso fazer saber da videovigilância – *fazer perceber-se vigiado*, daí a anexação de vários cartazes no campus, acompanhados com os enunciados: “sorria, você está sendo filmado”, “para a sua segurança, você está sendo filmado” e “protegido 24 h”, que operam uma produção discreta da UFBA como ambiente vigiado. Com o passar dos anos, é provável que o sistema atual de vigilância visual da UFBA se torne obsoleto, cedendo lugar para tecnologias ainda mais modernas, que operem um controle espacial ainda mais ilimitado e silencioso. Certamente, por tudo que se tornou perceptível, a UFBA seguirá atentamente as novas dinâmicas do mercado da segurança.

Do ponto de vista institucional, as práticas de videovigilância são observadas com entusiasmo e confiança, verificando-se discursos dos gestores e técnicos que exaltam os bons serviços realizados pelo sistema. Acredita-se que o sistema é transparente e eficiente, sobretudo porque a comunidade acadêmica solicita periodicamente a instalação de câmeras e o registro das imagens. Ainda que isso ocorra em níveis expansivos, é um risco afirmar que a implementação e expansão da videovigilância tem sua eficácia comprovada por pesquisas e dados relevantes. Como na época da pesquisa de Lemos (2011), fica aqui sugerido que o uso da videovigilância baseia-se numa espécie de fé ou crença nestes artefatos tecnológicos.

As práticas de videovigilância ocorrem à revelia do consentimento do público universitário, refletindo um controle mais geral, a bem dizer, um controle biopolítico da população do campus, que é acompanhado por outro que se exerce de forma mais micro, a exemplo da “vigilância dos vigilantes”, no interior da Cemon. Nos dois níveis de controle, ressalte-se a eminente aproximação com os estudos de Michel Foucault sobre as técnicas disciplinares e o dispositivo panóptico. Não se trata aqui de segregar indesejáveis para vigiá-los, mas talvez de vigiar para segregar. Ou seja, o panoptismo subsiste de modo adaptado e adquiriu novas configurações, mas sua “essência” permanece na medida em que a cidade contemporânea alimenta uma sensação de vigilância permanente e distribuída por diversos espaços.

Por outro lado, as características técnicas do sistema e os procedimentos utilizados espelham as máquinas de terceira espécie, anunciadas por Deleuze (1992) como *as novas forças que se anunciam* no capitalismo de controle. Se a modernidade conheceu a vigilância como imposição, adestramento via disciplina, no mundo contemporâneo a vigilância vem associada ao desejo e cumplicidade por parte da população. Por alegadas razões de segurança, o público deve desejar a videovigilância incondicionalmente, já que para além da centralidade da segurança, as câmeras demarcam uma das tendências da cultura contemporânea.

Essa pesquisa mostrou, por outro lado, que os efeitos das práticas de videovigilância não se restringem à questão da segurança. Pelo que se percebeu com algumas entrevistas dos “vigiados”, existem vozes que emanam desconfortos e preocupações sobre a forma de exercício do serviço, seus usos potenciais, positivos ou negativos, bem como o projeto normativo/homogeneizante por detrás das câmeras. Essas percepções sobre as práticas de videovigilância são concebidos como procedimentos de recusa ao sentido unívoco do dispositivo. São, assim, observados como formas de resistência ao controle, indicando suas controvérsias e fragilidades, enfim, suas ambivalências. Diante dos depoimentos do público universitário, fica colocado que as práticas de videovigilância possuem impactos polissêmicos

dentre as subjetividades, fazendo remontar a discussão que realizamos sobre a videovigilância no Brasil.

Por fim, outro elemento gerado pela pesquisa foi o fenômeno da suspeição projetada sobre o público universitário no contexto da UFBA. Nesse caso, o investimento incessante em câmeras sobrevém acompanhado de um acúmulo sucessivo de efeitos em termos de desconfiança em relação ao “outro”. Esse destinatário, contudo, permanece incerto, pois o uso limitado da suspeição também poderia comprometer a pretensão de eficácia do dispositivo de vigilância. Não existindo, em princípio, um “outro” específico, tudo e todos tornam-se suspeitos em potencial, até que provem o contrário através da boa fé de suas condutas. Isso não significa que no olhar do sistema não estejam contidos preconceitos e práticas discriminatórias, mas que, diante da polissemia da violência contemporânea, as práticas de videovigilância estendem-se, ainda que em maior ou menor grau, para a população de forma geral. Como afirmou Agamben (2014), recentemente, em entrevista: “Todo cidadão é um terrorista potencial⁶⁰”.

⁶⁰Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1568>

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Como a obsessão por segurança muda a democracia**. Entrevista concedida ao Diplomatique, em 2014. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1568>
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**– Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, Posfácio de Celso Lafer. -10. Ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. In: *Civilidade dissimulada*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 139-149.
- BAUDRILLARD, Jean. **As estratégias fatais**. Coleção Margens. Editorial Estampa, 1990, p. 30-42.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BENTES, Ivana. **“1984” em 2003**. Folha de São Paulo, Caderno Mais! (Orwell reloaded). São Paulo, 01/07/2003.
- BOGARD, William. 2006. **Surveillance assemblage and lines of flight**. In *Theorizing surveillance*, ed. David Lyon, 97-122. Portland, OR: Willan.
- BOTELLO, Nelson Arteaga. **Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México**. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 17-35.
- BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. – Porto Alegre: Sulina, 2013, 190 p.; (Coleção Cibercultura).
- _____. **Vídeo-vigilância e mobilidade no Brasil**. In *Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil* / André Lemos, Fabio Josgrilberg organizadores. - Salvador : EDUFBA, 2009, p. 137-152.
- _____. **Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital**. Porto Alegre: Revista FAMECOS, 2008.
- BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.

CAMPOS, Ricardo. **Pintando a cidade**: uma abordagem antropológica do graffiti urbano. Dissertação de Doutorado em Antropologia – Especialidade Antropologia Visual, 2007.

_____. **A imagem é uma arma**: a propósito de riscos e rabiscos no Bairro Alto. Antropologia, Arte e Imagem: Centro de Estudos de Etnologia portuguesa, 2009, p. 47-71.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

CARDOSO, Bruno de Vasconcellos. **Todos os olhos**: Videovigilâncias, videovoyeurismos e (re)produção imagética na tecnologia digital. Tese de Doutorado, UFRJ, 2010.

CASTRO, Rafael Barreto & PEDRO, Rosa Maria Leite. **Redes de vigilância**: experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 36-60.

COSTA, Rogério da. **Sociedade de controle**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CORRÊA, Luisa & CUNHA, Maicon. **Câmeras no jornal**: cartografando o discurso jornalístico sobre a vídeo-vigilância no Brasil. Vigilância, segurança e controle social. PUC-PR, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. **Direito à espontaneidade**. Folha. Uol.2001.

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro. Editora 34, 1992.

_____. **Foucault**. Tradução de Claudia Martins. Editora brasiliense: São Paulo, 2011.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**– v.3. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Deux régimes de fous (textes et entretiens 1975-1995)**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**– v.3. São Paulo: Editora 34, 1995.

DRUMMOND, Washington. **A escrita literária**: heterologia, despesa e os dispositivos estatais. Congresso Internacional da Abralic, 2013.

DUARTE, André. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade**. Um projeto em parceria. São Paulo Edições Loyola, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. História da violência nas prisões 41ª Edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. **História da Sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Sobre a História da sexualidade.** In: Microfísica do poder. Trad:Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. **A sociedade disciplinar em crise (1978).** In: Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber. Org. Manoel Barros da Mota. Trad. Vera Lúcia A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 268.

_____. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do Poder.** Ed^a 16. Rio de Janeiro: Graal. 2001.

_____. **Em defesa da sociedade, curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Em defesa da sociedade, curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERRAZ, Fernando Gigante. **A criatividade economicizada e o improfanável.** Salvador: PPGAU-UFBA, 2011, p. 81-88.

FERREIRA, Lucas Tavares. **O traçado das redes:** etnografia dos grafiteiros e a sociabilidade na metrópole. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UFSCAR, 2007, 121.p

FUCHS, Christian. **Como podemos definir vigilância?** Matrizes, São Paulo. Jul-dez, 109-136.

GODOY, Arilda. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** In. Revista de Administração de Empresas. V. 35, n° 2, Mar-Abri, 1995, p. 57-63.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

HARDT, Michael e NEGRI, Antônio. **Império.** Tradução de Berilo Vargas. 8. Ed. Rio de Janeiro, 2006.

HAROCHE, Claudine. **O inavaliável em uma sociedade da desconfiança.** Base Scielo, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. **Errâncias Urbanas:** a arte de andar pela cidade. Arqtexto 7, 2005, p. 16- 25.

JAKOBSON, Roman. **Linguística, poética, cinema.**São Paulo: Perspectiva, 1970.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago,1976.

KANASHIRO, Marta Mourão. **Sorria, você está sendo filmado:** as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Unicamp, São Paulo, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMOS, André; FAGUNDES, Frederico & BALEEIRO, Gabriela. **Câmeras de vigilância e cultura da insegurança**: percepções sobre as câmeras de vigilância da UFBA. Alceu- v. 12- n. 23, 2011, p. 143-153.

LEMOS, André. **Mídias locativas e vigilância**. Sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais. Organizado e traduzido por Fernanda Bruno, Marta Kanashiro e Rodrigo Firmino. Porto Alegre: Sulinas, 2010, p. 61-93.

LYON, David. **11 de setembro, sinóptico e escopofilia**: observando e sendo observado. Organizado e traduzido por Marta Kanashiro, Fernanda Bruno e Rodrigo Firmino. Porto Alegre: Sulinas, 2010, p. 115-140.

_____. **The electronic eye. The rise of surveillance society**. Cambridge: Polity, 1994.

LINS, Consuelo & BRUNO, Fernanda. **Práticas artísticas e estéticas da vigilância**. Organizado e traduzido por Marta Kanashiro, Fernanda Bruno e Rodrigo Firmino. Porto Alegre: Sulinas, 2010, p. 211-220.

LISSOVSKY, Mauricio & BASTOS, Tereza. **A enunciação da vigilância nas fotografias da polícia política brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 223-247.

MACHADO, Roberto (org). **Microfísica do Poder** (textos, entrevistas de Michel Foucault). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MACHADO, Arlindo. **Máquinas de vigiar**. In: Máquina e imaginário. O desafio das poéticas tecnológicas. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 219-234.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2002. Vol 17, nº 49.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sorria, você está sendo controlado**. Resistência e poder na sociedade de controle. – São Paulo: Summus, 2009.

MELGAÇO, Lucas. **Securização Urbana**: da psicosfera do medo à tecnosfera da segurança. Tese de doutorado em Geografia – USP, 2010.

_____. **Estudantes sob controle**: a racionalização do espaço escolar através do uso de câmeras de vigilância. O social em questão- Ano XV- nº 27, 2012.

MOURA, Rosa. **A cidade vigiada**. The Truman Show, de Peter Weir, Vitruvius, 1998.

_____. **Surveillance Cameras in Brazil**: exclusion, mobility regulation, and the new meanings of security. Surveillance & Society, 2008, p. 270-289.

KOSKELA, Hille. **Assista à fronteira 24/7 do seu sofá**: o programa de observação virtual da fronteira do Texas e a política do informante. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 174-187.

ORTEGA, Francisco. **Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público**. Revista TRANS/FORM/AÇÃO, São Paulo, 2001, p. 225-236.

ORWEL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

PASSETTI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle**. Colóquio Foucault/Deleuze – “O que estamos fazendo de nós mesmos”? São Paulo, Unicamp, 2000.

_____. **Segurança, confiança e tolerância: comandos da sociedade de controle**. São Paulo em Perspectiva, 18(1): 151-160, 2004.

_____. **Fluxos libertários e segurança**. Revista Verve, v. 20. 2011, p. 49-78.

POSTER, M. (2004). **The mode of information: poststructuralism and social context**. Cambridge: Polity Press, 2004.

RODRIGUES, Cristina Zanella. **Discurso da vigilância na escola: o caso do sorria você está sendo filmado**. Congresso Internacional Linguagem e Interação, 2005, São Leopoldo. Congresso Internacional Linguagem e Interação, 2005

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo, Boitempo, 2008.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Cultura e renovação urbana: a cidade mercadoria no espaço global**. In: Espaço e cidade: conceitos e leituras. 2ª edição- rio de Janeiro, 7 Letras, 2007.

SAMPAIO, Eledison de Souza. **Os sentidos da vídeo-vigilância na cidade contemporânea**. Revista Multidisciplinar Vozes do Vale, UFVJM, 2013.

_____. **Significações da política em Hannah Arendt: ou da problemática da política na modernidade**. Revista do Cepej (UFBA), v. XIII, p. 113-127, 2013.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Cultura e renovação urbana: a cidade mercadoria no espaço global**. In: Espaço e cidade: conceitos e leituras. 2ª edição- rio de Janeiro, 7 Letras, 2007.

SOUZA, Luis Antônio Francisco. **Obsessão securitária e cultura do controle**. Revista de Sociologia e Política, 2003, p. 161-165.

TREVISAN, Elisa; FIRMINO, Rodrigo; & MOURA JUNIOR, Almir. **Olhos de vidro: observando os observadores no monitoramento de espaços públicos em Curitiba, Brasil**. Vigilância, Segurança e Controle social, PUCPR, 2009, p. 134-152.

TRINCHÃO, Glaucia Maria Costa. **O desenho como objeto de ensino: história de uma disciplina a partir dos livros didáticos luso-brasileiros oitocentistas**. Tese de Doutorado, UNISINOS, 2008.

VEIGA, Luana. **Arte como resistência nas sociedades de controle: nó nas linhas de força**. 16º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas Dinâmicas Epistemológicas em Artes Visuais – 24 a 28 de setembro de 2007.

VIRILIO, Paul. **A cidade superexposta**. In: O espaço crítico. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p.7-21.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo como filosofia da diferença**. Diferença e repetição, de Gilles Deleuze. 2012, p. 83-117.

ZALUAR, Alba. **Oito temas para debate: Violência e segurança pública**. Scielo, 2002.

ZIZEK, Slavoj e DALY, Glyn. **Arriscar o impossível: conversas com Zizek**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins fontes, 2006.

ZIMMER, Marco Vinício. **O panóptico está superado?** Estudo etnográfico sobre a vigilância eletrônica. Tese de Doutorado, UFRGS, 2009.

ZORZO, Francisco Antônio. **Procedimentos visuais: alguns problemas do desenho contemporâneo**. Anais do Graphica, 2007.

Sites e endereços eletrônicos

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/nossa-forca-depender-da-capacidade-de-dizermos-nao/>

<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1568>

<http://olheosmuros.tumblr.com/>

<http://uninomade.net/>

<http://www.transalvador.salvador.ba.gov.br/>

<http://www.atitude-suspeita.blogspot.com.br/>

<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/camera-flagra-momento-em-que-estudante-da-ufba-e-morto-veja-1580295>

<https://www.ufba.br/noticias/ufba-enlutada-pelo-assassinato-de-estudante-de-medicina-veterin%C3%A1ria?page=3>

<http://noticias.r7.com/bahia/balanco-geral/videos/inseguranca-assusta-estudantes-da-ufba-02042014>

<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/05/estudantes-baianos-criam-projeto-para-mapear-locais-de-roubos.html>

<http://www.agendartecultura.com.br/noticias/ufba-promove-ato-ecumenico-violencia/>